JUSTINO ALVES LIMA

COMUNIDADES CARENTES, LUGARES DA NÃO-INFORMAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Acesso à Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciência da Informação, sob a orientação do Prof. Dr. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro.

São Paulo

2006

JUSTINO ALVES LIMA

COMUNIDADES CARENTES, LUGARES DA NÃO-INFORMAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Acesso à Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciência da Informação, sob a orientação do Prof. Dr. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro.

São Paulo

2006

JUSTINO ALVES LIMA

COMUNIDADES CARENTES, LUGARES DA NÃO-INFORMAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação, Linha de Pesquisa: Acesso à Informação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciência da Informação, sob a orientação do Prof. Dr. Waldomiro de Castro Santos Vergueiro.

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador

2º Examinador

3º Examinador

4º Examinador

5º Examinador

São Paulo, ____ de _____ de _____

A Waldomiro de Castro Santos Vergueiro,
pelo compromisso no nobre exercício da orientação.

AGRADECIMENTOS

A todos que indiretamente participaram deste trabalho com manifestações de apoio e incentivo, e diretamente com informações e documentos.

Aos líderes comunitários da região do Grande Rosa Elze.

Aos moradores das comunidades do Grande Rosa Elze

“[...] o que nos constitui é o que nos falta,
o que nos constitui é a carência”.
Martín-Barbero

RESUMO

Este trabalho analisa as necessidades de informação em comunidades carentes. Conduziu-se a investigação junto a 11 comunidades que integram a região denominada de Grande Rosa Elze, situada no município de São Cristóvão, em Sergipe. Os dados analisados foram obtidos tomando-se a opinião de 75 informantes, destes 68 responderam questionários e sete foram entrevistados. A pesquisa teve como objeto de estudo a análise de como comunidades carentes, sem a presença de órgãos públicos de informação, obtém informações que respondam as suas necessidades. Nesse sentido, observou-se o atendimento das necessidades de informação, verificaram-se as práticas de obtenção, avaliaram-se as demandas criadas e as buscas realizadas e identificaram-se as necessidades de informação. Os resultados mostram que: as comunidades carentes do Grande Rosa Elze têm carências de informação; os residentes das comunidades não têm um órgão público a que possam recorrer quando necessitam de informação; a circulação da informação é frágil, pois depende, exclusivamente, de fontes midiáticas; a região é tecnologicamente atrasada, portanto distante da inclusão digital. Conclui-se que a região do Grande Rosa Elze é um lugar onde a informação não acontece, situação resultante da ausência de uma política pública de informação; e que é necessário à existência de um órgão público, para o atendimento da necessidade de informação da comunidade, integrando os processos tradicionais da informação impressa, e os modernos da informação virtual.

PALAVRAS CHAVE

Informação. Comunidades carentes. Necessidade de informação. Biblioteca pública. Comunicação.

ABSTRACT

This work analyzes the need for information in poor communities. The investigation was conducted in the eleven communities that integrate Rosa Elze region, located at São Cristóvão municipality, in Sergipe state. The analyzed data was based on the opinion of seventy-five people, from which, 68 answered questionnaires and 7 were interviewed. The research aimed at showing how poor communities obtain information they need without having public facilities that provide information located near them. Having this in mind, not only was the fulfilment of the information's need observed but the way they were obtained was also verified. After that, the created demands were evaluated and the need for information was identified. The results of this research showed that: the poor communities at Grande Rosa Elze region are in need of information; the communities dwellers don't have a public facility where they can require information when they need; The flow of information is poor as it only depends on social communication means and the region is technologically out-of-date, far from the digital era. In conclusion, we notice that Grande Rosa Elze region is a place where there is no flow of information due to the absence of an information public policy. Therefore, it is imperative to set a public facility that provides not only some traditional printed information as well as some modern virtual one.

KEY WORDS

Information. Poor communities. Need of information. Public library. Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de mapas:

Mapa 1 Restituição Carta-Digital Grande Rosa Elze	21
Mapa 2 Grande Rosa Elze: localização das comunidades	42

Lista de gráficos:

Gráfico 1 Evolução da renda apropriada pelos diversos segmentos sociais .	11
Gráfico 2 Faixa de idade dos moradores do Grande Rosa	107
Gráfico 3 Escolaridade dos moradores do Grande Rosa Elze.....	108
Gráfico 4 Ocupação funcional dos moradores do Grande Rosa Elze	109
Gráfico 5 Lugar em que o morador encontrou informação. Primeira opção...	112
Gráfico 6 Lugar em que o morador encontrou informação. Somatório das opções	113
Gráfico 7 Principais dificuldades encontradas na busca de informação. Primeira opção	115
Gráfico 8 Principais dificuldades encontradas na busca de informação. Somatório de todas as opções	116
Gráfico 9 Tipo de informação necessária. Primeira opção	117
Gráfico 10 Tipo de informação necessária. Somatório de todas as opções	118
Gráfico 11 Importância do local em que podem ser encontradas informações	121

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AMBIENTE DA PESQUISA	17
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
4 CONCEITOS E DIREITOS EM INFORMAÇÃO	43
5 COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO	52
6 COMUNIDADES DE INFORMAÇÃO	56
7 COMUNIDADES CARENTES E A NÃO-INFORMAÇÃO	71
8 NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	81
9 UM LUGAR ONDE NADA ACONTECE.....	93
9.1 Análise da entrevista realizada com as lideranças das comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze	93
9.2 Análise dos questionários aplicados aos moradores das comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze	106
10 CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A - Roteiro da entrevista realizada com os líderes Comunitários do Grande Rosa Elze	137
APÊNDICE B - Questionário aplicado junto à comunidade do Grande Rosa Elze	138
APÊNDICE C - Transcrição das fitas do grupo de foco realizado com os líderes comunitários do Grande Rosa Elze	145
APÊNDICE D – Tabulação dos dados do questionário aplicado junto à comunidade do Grande Rosa Elze	161

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ostenta uma colocação privilegiada no ranking mundial de nações economicamente ricas: é a décima segunda economia do mundo. Apesar disso tem uma marca negativa que é a da desigualdade social com um grande contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza em contraste com a declarada riqueza da nação. Barros e Carvalho (2004, p.435) mostram essa contradição ao afirmarem que “a renda *per capita* no país é seis vezes maior do que o montante requerido para a satisfação das necessidades nutricionais de uma pessoa, e três vezes maior do que o requerido para a satisfação de todas as suas necessidades básicas”.

Ao longo da década de 1990, o Brasil avançou no aspecto social, a ponto de ser um dos que mais reduziu seu nível de extrema pobreza na América Latina, com maior participação do gasto social total sobre seu produto interno bruto (20,9%). Mudanças ocorridas, principalmente, no campo da saúde e da educação. Na área específica da educação, situa-se em sexto lugar, e na área da saúde ocupa o quinto lugar (GANUZA; LÉÓN; SAUMA, 1999). Numa análise de gastos sociais em serviços públicos para a redução da pobreza na América Latina e Caribe, Ganuza, Leon e Sauma verificam a redução no acesso à saúde e à educação públicas, o que está diretamente correlacionado com o poder aquisitivo *per capita* do indivíduo (1999, p. 205-208).

No período, o Brasil reduziu o grau de extrema pobreza em cerca de 10,5 pontos, um desempenho superior entre os países latino-americanos, segundo informações da CEPAL, citada por Barros e Carvalho (2004). (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da renda apropriada pelos diversos segmentos sociais.

Fonte: Barros e Carvalho, 2004, p.438.

A avaliação dos gastos nas áreas sociais é um instrumento importante para determinar a condução da política social de um país, e leva em conta algumas questões. Uma delas diz respeito ao que se entende por gasto social, pois o conceito

varía conforme a las necesidades más apremiantes de la población de un país dado, y esse conjunto de necesidades se altera a lo largo del tiempo. En este sentido se definió como gasto social todo gasto orientado al mejoramiento – a corto o a largo plazo – de las condiciones de vida de la población en general...(GANUZA; LEÓN; SAUMA, 1999, p. 186-187).

Mas, no caso da informação, que, em que pese ser importante, não é apontada como necessidade básica, como verificar as mudanças ocorridas? Pelo número de bibliotecas públicas nas comunidades carentes? Pelo número de aparelhos de TV e rádio por domicílios? Pela assinatura de jornais, revistas e televisões a cabo?

As necessidades existem. Assim, comunidades, quaisquer que sejam, carentes ou abastadas, consomem algo por terem necessidades. As carências, entretanto, clamam por necessidades não no ambiente do consumo, mas no de demandas exigidas. Discute-se a necessidade de combate à pobreza com geração de empregos, mais e melhores postos de saúde e hospitais, mais escolas e mais vagas no ensino fundamental e médio, saneamento básico, habitação, etc.

As necessidades na área social são amplas e complexas e o panorama não é do mais promissor. Neste panorama encontramos mais uma necessidade na esfera social: a de informação.

Uma entrevista concedida por Francisco Weffort, quando Ministro da Cultura (1995-2002), chamou atenção para uma questão: a necessidade de informação.

Para não falar dos outros, falo de mim: eu só vim a saber que existe a cavallhada de Pirenópolis depois que cheguei a ministro [...] Poderia lhe dar dezenas de exemplos desse tipo, coisas do Brasil de caráter popular. Ou coisas mais elaboradas, mais sofisticadas, das quais não tinha informação. Se de fato queremos – e a verdade é que, sim, queremos – valorizar a diversidade cultural do País, essa extraordinária riqueza cultural que o País tem em toda parte, temos que criar e fortalecer mecanismos, que nem precisam ser de Estado apenas, de difusão da cultura. (WEFFORT, 2002, p.64, grifos nosso).

Weffort, à época Ministro da Cultura, e na vida professor de sociologia, fala em informação e disseminação, ou melhor, na ausência destas como bem público. Quando assume que não tinha a informação de determinado aspecto cultural, pode-se fazer uma leitura de que se trata de um fato isolado, de alguém que não tinha interesse no assunto. Entretanto, pode-se, também, fazer uma leitura de que se trata de um problema a ser equacionado: a necessidade de informação. Problema reforçado quando o ministro admite que os mecanismos de difusão estão flácidos, necessitando, portanto, ‘fortalecê-los’.

Os mecanismos sugeridos não ficam claros a partir da afirmação de que não precisam ser do Estado. Mas informação e disseminação, no tocante à inquietação do Ministro, são objetos de trabalho, de estudo, de ação e de filosofia, especificamente, de um equipamento público de cultura: a biblioteca pública.

Mas o que fazer quando determinadas comunidades não contam com a presença do poder público, justamente com tal equipamento público que são as bibliotecas? Como a comunidade resolve as suas necessidades informacionais? Onde buscar a informação necessária e quais são essas necessidades? Este é o aspecto que se pretende desenvolver nesta pesquisa: como resolver a necessidade de informação sem a presença funcional do poder público; como

resolver a questão da informação quando não existe um órgão público que a disponibilize?

É possível analisar as questões acima no conjunto de comunidades denominado de Grande Rosa Elze, a região escolhida para observação, estabelecida no entorno da Universidade Federal de Sergipe. O Grande Rosa Elze faz parte do município de São Cristóvão, onde está instalado o Campus Universitário “José Aloísio de Campos”. Foi estabelecido a partir de dois núcleos habitacionais, os bairros Rosa Maria e Rosa Elze, com este último sendo o mais conhecido e denominando toda a região. Mais núcleos populacionais surgiram criando um centro urbano. Hoje, são onze comunidades, algumas permeadas, sem fronteiras, e com o mesmo problema: a ausência administrativa do poder público.

A região denominada de Grande Rosa Elze (GRE), assim como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), localiza-se no município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe, e integra a região metropolitana denominada de Grande Aracaju, a capital do Estado. No entanto, devido a sua proximidade física com a UFS, totalmente vinculada à capital, e por estar mais próxima desta, recebe pouca atenção da sede municipal de São Cristóvão, e não pode receber assistência de Aracaju. Resultado: uma região mergulhada em carências de ordem social.

Essas carências são reveladas pela pequena presença do poder público, com políticas públicas, e aprofundadas pela diversidade humana lá instalada, resultado da criação do Rosa Elze numa perspectiva para

desafogar o centro da cidade de Aracaju, e para atender a demanda de moradia, pois em virtude do constante êxodo da população do interior para a capital em busca de emprego e estudo, aqueles mais pobres se aglomeravam em vilas que aumentavam a cada dia [...] a área do Rosa Elze foi escolhida em virtude da grande extensão de terras planas e influenciado pela construção da Universidade Federal de Sergipe (LIMA, 2003, p.10).

A área envolve aglomerados de caráter urbano e alguns de caráter rural e revela: ausência de saneamento básico e de políticas de saúde e segurança

pública; precariedade da iluminação pública; inexistência de áreas de lazer; deficiência do ensino público; existência de terrenos baldios e lixeiras a céu aberto (FERREIRA; SANTOS, 2002, p.13).

Embora a informação seja considerada importante para o desenvolvimento social, e que poderia ajudar a combater problemas sociais como os presentes no Grande Rosa Elze, as administrações públicas, tanto de São Cristóvão, como a do Estado de Sergipe, têm demonstrado pouca preocupação para com a informação. Não é sem motivo que as instituições culturais pertencentes ao Estado, existentes em São Cristóvão, os museus históricos, e o de responsabilidade do Município, o museu sacro, órgãos responsáveis por um tipo de informação pública especializada, não recebem a atenção necessária de ordem administrativa, e muito menos de ordem financeira.

Na ausência de órgãos públicos que possam fornecer informação, uma vez que não existe na região, objeto desta pesquisa, biblioteca pública, centro de documentação, arquivo público, museu, centro de cultura, o cidadão tem como fontes de informação os instrumentos privados, acessados na sua residência, como a TV e o rádio, principalmente, mais os suportes impressos, jornais e revistas. Estes últimos, tanto podem ser de uso privado quanto público, acessados em entidades existentes na região, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) que desenvolvem atividades nas comunidades e que se constituem em espaços de informação.

No entanto, quando a TV e o rádio de Aracaju, captados na região do Grande Rosa Elze, mostram preocupação com as questões das comunidades, isso acontece por meio de jornalismo e fica restrito à prestação de serviços. Os problemas locais, como coleta de lixo, insuficiência de transporte público, mau atendimento e ausência de medicamentos nos postos de saúde, mostrados nos telejornais e discutidos nos programas de rádio, não são veiculação de informação e sim de comunicação. Eles, os canais midiáticos, não resolvem as necessidades dos cidadãos. Estes têm a oportunidade de, a partir de informações comunicadas pelos canais de comunicação, fazerem suas reclamações, e até de debaterem com as autoridades, mas sempre sobre os problemas locais pautados pelos

programas. Ou seja, as necessidades de informação não se encaixam nesses momentos. Há um formato jornalístico que engessa o programa com prestação de serviços e utilidade pública - leia-se oferta de empregos e defesa do consumidor - o que é justificado como informações à cidadania. “Em jornalismo, 90% do que se divulga só servem para conversa durante o jantar, não modificam a vida das pessoas em nada” (JORNAL..., 2004, p.288). Em tese, os cidadãos precisariam de informações para o conhecimento, para fazer frente as suas necessidades.

1.1 Hipótese de trabalho

Diante do que foi exposto este trabalho investiga a seguinte hipótese:

Comunidades carentes que não contam com a presença de um órgão público de informação (biblioteca, centro de documentação ou afim) têm dificuldades no atendimento das suas necessidades de informação e têm como fontes de informação para a satisfação dessas necessidades os processos midiáticos, principalmente o rádio e a TV.

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo geral:

- Analisar como comunidades carentes, sem a presença de órgãos públicos de informação, obtêm informações que respondam a suas necessidades.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos:

- Observar como a comunidade do Grande Rosa Elze, localizada no município de São Cristóvão, em Sergipe, está tendo as suas necessidades de informação atendidas;
- Verificar as práticas de obtenção de informação da comunidade, na ausência de políticas específicas;
- Avaliar se os membros da comunidade criam demandas de informação específicas;
- Verificar se fazem e como são feitas as buscas de informação;
- Identificar necessidades de informação e como elas são atendidas.

2 AMBIENTE DA PESQUISA

O ano de 1980, em Sergipe, é marcado por um acontecimento que ficará para a história: a inauguração da Cidade Universitária “José Aloísio de Campos” da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Até então, a UFS criada em 1968, funcionou em um conjunto de faculdades isoladas, dispostas em prédios espalhados pela cidade de Aracaju – capital do Estado de Sergipe. A novidade, então, foi a área escolhida para a construção do Campus, uma área rural do município de São Cristóvão, vizinho à Capital.

O Campus foi instalado em uma área rural proveniente de vários sítios comprados a uma empresa de empreendimentos imobiliários. Um fato digno de registro é que a empresa, na época da negociação com a Universidade, doou uma parte do terreno em que seria construído o Campus, com o compromisso de que o Estado construísse um colégio para a comunidade. Compromisso cumprido, tanto que existe na área da Cidade Universitária um colégio público estadual, o Armindo Guaraná.

A área em que está instalado o Campus da UFS faz limite com Aracaju, situando-se próxima da Capital e distante da sede do Município. Era propriedade de um só dono, que em um determinado momento resolveu desfazer-se das terras. Uma empresa imobiliária comprou a área batizado-a de Rosa Elze, procedendo à venda de loteamentos para transformar a área rural em urbana. A Universidade Federal de Sergipe adquiriu à empresa uma parte das terras e, posteriormente, alguns lotes de proprietários particulares para integralizar a área do Campus.

2.1 O município de São Cristóvão

Localizado no litoral sul do Estado de Sergipe, o município de São Cristóvão tem uma área de 430 km², e faz limite ao leste com a Capital do Estado, a cidade de Aracaju.

Considerada uma das mais antigas cidades do Brasil, a quarta a ter o título de cidade, “somente a antecede a cidade do Salvador, a de São Sebastião do Rio de Janeiro e Filipéia de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa” (BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, 1967, p.95). Primeira capital de Sergipe Del Rey até 17 de março de 1855 quando houve a transferência para Aracaju. A sua conexão com a Capital se dá por duas rodovias: uma federal, a BR 101, e uma estadual, a João Bebe Água. Fundada em 1590, o seu desenvolvimento seguiu o “modelo português de cidade em dois planos: cidade alta com a sede do poder civil e religioso; e cidade baixa com o porto, fábricas e a população de baixa renda” (SÃO CRISTOVÃO., 1989, p.13).

A transferência da sede administrativa para Aracaju, que aconteceu em 1855, seria o fator determinante para a sua decadência. A mudança da capital se deu em um clima de revolta popular sendo comandada por João Nepomuceno Borges, conhecido popularmente como João Bebe Água, homenageado com a sua alcunha denominando a rodovia que liga os dois Municípios. Hoje, considerada uma cidade dormitório, a maioria da população inserida na economia formal trabalha na Capital. Na sede do Município existem duas opções: o funcionalismo municipal e o comércio local. Com forte vocação turística, alguns têm no comércio do artesanato uma fonte de renda.

A cidade consolidou-se como uma paisagem urbana composta por um conjunto arquitetônico de arte colonial com os casarões seculares, as imponentes igrejas e seus majestosos conventos. Abriga alguns dos museus mais famosos de Sergipe, como o Museu Histórico (instalado no Palácio Provincial) e o Museu de Arte Sacra (instalado no conjunto arquitetônico Franciscano). São Cristóvão é elevada a monumento histórico estadual através do Decreto-Lei nº 94, de 22 de junho de 1938. No ano de 1967 é registrada como Patrimônio Histórico Nacional pelo seu conjunto arquitetônico e urbanístico, sendo erigida à monumento nacional através da Lei 7.489, de 11 de junho de 1986 . O turismo cultural, no entanto, pouco explorado não garante para o Município o volume de recursos necessários para o seu desenvolvimento.

Segundo o Censo Demográfico 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001), o último realizado, o Município tem uma população de 64.647 residentes. Essa população está concentrada majoritariamente na zona urbana, são 63.116 pessoas contra apenas 1.531 residindo na zona rural. O seu colégio eleitoral é da ordem de 43.675 eleitores aptos a votarem, que representam 3,36% do eleitorado sergipano.

Alguns dados relacionados a infra-estrutura do Município, considerando-se os 15.830 domicílios particulares permanentes, contabilizados no Censo 2000:

- 13.162 domicílios contam com abastecimento de água, ligados à rede geral;
- 14.254 têm banheiro ou sanitário;
- 3.490 casas estão ligadas ao esgotamento sanitário;
- a coleta do lixo é feita em 10.802 domicílios;
- 5.028 residências não têm assistência quanto ao destino do lixo.

Alguns dados sócio-econômicos:

- existem 42 escolas públicas municipais;
- 24.067 (30,8% da população) pessoas estão inseridas no sistema escolar de ensino, das quais: 4.145 na alfabetização; 15.910 no ensino fundamental; e 3.201 no ensino médio;
- dos economicamente ativos 24.688 não tinham rendimento;
- 11.051 percebem até 1 salário mínimo e 7.010 de 1 a 2 salários mínimos;
- a média mensal de salário dos homens é de R\$ 393,59 e R\$ 245,94 das mulheres;
- 13.845 domicílios possuem TV;
- 13.472 possuem rádio;
- 3.595 possuem vídeo;
- 375 residências têm microcomputador.

2.2 A comunidade Grande Rosa Elze

O Grande Rosa Elze, assim conhecido por reunir um conjunto de onze comunidades, é a região mais povoada do município de São Cristóvão e situa-se na fronteira dos municípios de Aracaju e São Cristóvão, integrante da região metropolitana denominada de Grande Aracaju. Tem uma população estimada em torno de 50.000 habitantes. O mapa do município de São Cristóvão (Mapa 1, p.22) revela uma grande concentração populacional na região do Grande Rosa Elze.

O Grande Rosa Elze, campo de pesquisa deste trabalho, é uma área residencial, que ainda conta com uma pequena área rural, e que, progressivamente, vem cedendo lugar aos lotes residenciais, está situado no extremo norte do município de São Cristóvão e faz limite com a cidade de Aracaju. É composto por onze núcleos residenciais: Rosa Maria, Rosa Elze, Eduardo Gomes, Jardim Universitário, Tijuquinha, Madre Paulina, Luis Alves, Lafaiete Coutinho, Maria do Carmo, Rosa do Oeste e Vila de São Cristóvão.

A pequena área rural, citada no parágrafo acima, trata-se da comunidade do Rosa Maria, justamente a primeira surgida na região. O início do Rosa Maria se dá em 1968, originalmente um loteamento de chácaras. Naquela época seria difícil imaginar que ia chegar a ser um núcleo residencial. Segundo depoimento colhido junto a um líder comunitário, só ia lá quem tinha interesse, o acesso de Aracaju para a região era difícil. Era uma estrada de terra, que em período de chuva era impossível passar carro. A travessia do Rio Poxim, que faz limite entre os municípios de Aracaju e São Cristóvão, era feita por uma ponte de madeira, que, dependendo das chuvas, era preciso deixar o carro e seguir a pé. Foi neste quadro que foi implantado o Campus da Universidade Federal de Sergipe.

MAPA 1

VER CD ANEXO

Com a chegada da Universidade, um outro núcleo habitacional começou a ser formado: o Jardim Rosa Elze; nome que viria se impor e que, posteriormente, designaria toda a região. O nome do Rosa Elze batizando a região, em detrimento do Rosa Maria, o primeiro a ser criado, deve-se a ter sido o Rosa Elze construído a partir de lotes residenciais, enquanto que o anterior ter sido construído como área rural, em tarefas onde as pessoas faziam chácaras e a terra não tinha valor. Quando a área do Rosa Elze foi loteada, por volta de 1973, como lotes residenciais, teve sua expansão facilitada porque algum tempo depois, em 1980, a Universidade foi instalada. A UFS havia comprado o terreno para sua instalação já nos primeiros anos da década de 1970, o que possibilita concluir que todo o empreendimento de loteamento da região foi programado pensando-se na transformação da área rural em área urbana.

A presença da Instituição de Ensino Superior vai modificar o traçado do mapa da região, avançando duas ruas na área do Jardim Rosa Elze, com a desapropriação de lotes de particulares. A avenida que passa ao lado do Campus, deveria seguir e passar pelo meio dos dois núcleos habitacionais, no entanto, para acomodar as instalações da Universidade foi feito um novo traçado com a avenida circulando os dois núcleos e colocando-a ao lado do Rosa Elze. Assim, de um lado tem-se o Campus Universitário e do outro separado por uma rodovia (a João Bebe Água) o Jardim Rosa Elze, o primeiro núcleo residencial do Grande Rosa Elze, do ponto de vista geográfico.

A instalação da Cidade Universitária em área afastada do centro de Aracaju (onde estavam as faculdades isoladas) atendeu a uma proposta de metropolização vigente à época, que consistia na construção de conjuntos habitacionais para diminuir o déficit habitacional, ao mesmo tempo em que diminuía a população dos centros das capitais.

Em compensação, a instalação da UFS numa região distante do centro também vai servir de atrativo para as imobiliárias, pois passa a ter nos estudantes universitários um público potencialmente consumidor, além dos “contingentes populacionais migrados do interior do Estado, em busca de inserção no mercado de trabalho” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2005, p.6) na Capital.

Com o passar do tempo a região vira realidade, mas começa a crescer sem a atenção devida do setor público.

No início, antes da presença da UFS, surgiram o Rosa Maria e o Rosa Elze, para depois, junto com a implantação da Universidade, vir o Eduardo Gomes, um núcleo residencial com 3.500 unidades habitacionais, já com uma infra-estrutura, com ruas pavimentadas, esgotamento sanitário, água e energia. Consolida-se, o Eduardo Gomes, como grande chamariz da região. É a partir dele, independente da existência dos outros dois, o Rosa Maria e o Rosa Elze, que houve a expansão habitacional.

Os problemas decorrentes dessa expansão vão acontecer por ausência do poder público municipal, por considerar o Grande Rosa Elze mais aracajuano que sancristovense (justamente por ter sido pensada como área metropolitana). Os limites geográficos definem a sua posição metropolitana, próximo da Capital do Estado e afastado da sede do seu município. A região foi crescendo, acumulando problemas infra-estruturais e não tendo quem assumisse a resolução dos problemas.

O mapa do município de São Cristóvão (ver p.22) aponta para uma população majoritariamente urbana, com predominância de concentração em uma região que aparece no entorno da UFS, no limite da cidade de Aracaju, e longe da sede administrativa do município. Tal situação geográfica expõe a região a uma relação entre o esquecimento do município sede, pela distância entre eles, inconseqüentemente alimentado pela distância da sede e pela proximidade com a Capital, e a indiferença desta pela ausência de autonomia administrativa para cuidar da área, embora esteja dentro do perímetro denominado de Grande Aracaju, onde o transporte, para citar um dos exemplos, é administrado por uma empresa municipal da Prefeitura de Aracaju.

2.3 Diferenças entre as comunidades

A diferença entre os núcleos residenciais criados sem o beneplácito do governo, como os Rosa Elze e Rosa Maria, os primeiros da região, surgidos a

partir de loteamentos particulares e o núcleo residencial criado pelo governo, o Eduardo Gomes, com esgotamento sanitário, com ruas pavimentadas, água e energia elétrica em todas as unidades, reside no planejamento prévio. Enquanto no Eduardo Gomes tudo foi pronto e entregue para moradia, com a infra-estrutura necessária, nos outros núcleos, o desenvolvimento tem acontecido de forma lenta.

O Rosa Elze tem tido um desenvolvimento também diferenciado, sendo considerado o segundo melhor estruturado na região, com um povoamento ordenado, feito sob controle, com loteamentos aprovados na Prefeitura. Isso, no entanto, não garantiu sua infra-estrutura, e as melhorias vêm acontecendo a partir dos últimos oito anos.

O mesmo não acontece com o Rosa Maria, pois, como um loteamento rural, vem com o tempo aglutinando problemas estruturais. Com a urbanização da área e a valorização da terra, justificada pelo loteamento urbano do Rosa Elze e a implantação do Eduardo Gomes, os donos dos lotes rurais do Rosa Maria, vislumbrando uma forma de ganhar dinheiro, dividiram as suas chácaras em lotes para construção de residências. Isso provocou um crescimento populacional desordenado, sem o controle administrativo. Pequenas unidades vendidas sob o contrato de recibo, que se configuram em ocupação irregular. No restante da região pode-se dizer que se tratou de uma ocupação ordenada; entretanto, isso não garantiu a atenção da Prefeitura do Município.

Este é o lado positivo: o controle da região, embora longe da sede do município. Foi um crescimento ordenado, embora falte infra-estrutura na maioria dos núcleos que integram a área. É uma região valorizada, nos padrões de classe média baixa, inclusive por causa do ordenamento. Por se tratar de uma região periférica o normal seria ser alvo de invasões, o que não aconteceu. Por ficar longe da sede do município e próxima de Aracaju, tem pouca atenção da administração municipal; por outro lado sendo próxima de Aracaju, mas não podendo receber atenção desta, então fica desassistida pelos dois lados.

Essa distância da região com a sede administrativa existe no Plano Urbanístico do Município, o que determina que a área em questão seja tratada como área rural. Quando feito o zoneamento urbano, o Código de Urbanismo

previu, para efeito da lei, três zonas: uma urbana, abrangendo a sede municipal; uma reservada para expansão urbana, considerando-se uma faixa de 1.5 km envolvendo a zona urbana; e a zona rural abrangendo os núcleos rurais (os povoados). (PLANO..., 2005).

Durante quase 20 anos aconteceu o abandono, isso porque sempre foi uma área de investimento do Estado, que investiu em rede de água e energia, e o poder público municipal ficou fora desses investimentos. Por exemplo, a sede do município tem abastecimento de água de competência municipal, e no GRE o abastecimento é de competência estadual. Então, à época, ficou isolada por causa dos impasses administrativos. A prefeitura da cidade de São Cristóvão a tratou como uma área metropolitana, portanto a competência de beneficiamentos seria de Aracaju. Acontece que Sergipe legalmente não tem área metropolitana, não sendo competência de Aracaju cuidar do Grande Rosa Elze.¹

Independente da discussão da metropolização, os prefeitos dos últimos dois mandatos passaram a ter mais decisão, e, portanto, a ter um controle maior da região. Hoje, na região, existe uma subprefeitura, unidades de saúde, escolas do Município, serviços municipais, que antes eram todos de responsabilidade do Estado.

O Rosa Maria é um dos núcleos mais carentes; no entanto, por ser uma área rural, no entorno de uma área urbana, foi lá que se instalaram algumas empresas. Esse retrato econômico passou a ter um reflexo político e as lideranças da região, associadas a políticos não alinhados com os políticos de São Cristóvão, começaram a discutir a emancipação do Grande Rosa Elze. Justificaram que, justamente, por não chegar benefícios para a região oriundos de São Cristóvão, e sendo o principal arrecadador do Município, deveria ter os recursos alocados na própria região para o seu desenvolvimento.

Embora os recursos continuem chegando com dificuldade, a questão da emancipação perdeu a sua força quando o Governo Federal começou a bloquear iniciativas desse tipo. Imaginava-se ser viável a emancipação pelo número de

¹ Na região Nordeste, apenas três Estados possuem área metropolitana legalizada: Bahia, Ceará e Pernambuco. Fonte: IBGE.

habitantes da área e pela projeção de arrecadação de impostos das empresas estabelecidas na área, além da expressão territorial. Como Aracaju não fazia benefícios porque não era de sua competência, e São Cristóvão não os fazia porque não tinha condições, então ficava o lugar como “uma ilha sem nenhum benefício”, conforme afirmação de Antônio José, líder comunitário do Jardim Rosa Maria.

Embora o Jardim Rosa Maria tenha a vantagem do fator econômico pelas empresas instaladas no bairro, é também um dos mais prejudicados em termos de atenção, de retorno do poder público municipal.² Acontece que os benefícios não chegam para a região como um todo, mas para o Rosa Elze que é o mais conhecido. Assim, os projetos que deveriam atingir a todos levam o nome do Rosa Elze como proponente por ser mais conhecido, tornando-se assim mais fácil de aprovação. Essa imagem se deve à presença da UFS, que embora não tenha trazido benefício direto, fez com que o bairro se desenvolvesse justamente pela sua proximidade.

2.3.1 Infra-estrutura

Quando o assunto é saneamento básico, apenas um núcleo habitacional, o conjunto Eduardo Gomes, é atendido. Este núcleo habitacional é um diferencial na região, uma vez que foi projetado e construído pelo governo federal, já com uma infra-estrutura básica. Atualmente, o Rosa Elze conta com a rede de esgoto em via de ser concretizada. Os outros núcleos não contam com um serviço essencial para a saúde, como esgotamento sanitário.

O bairro Rosa Elze tem uma boa estrutura de saneamento básico, com muitas ruas com rede de drenagem e pavimentação. Esses serviços públicos infra-estruturais não atingem ao Grande Rosa Elze, como um todo, e beneficiam quase sempre o Jardim Rosa Elze.

² Pode-se considerar o Rosa Maria e o Jardim Universitário (comunidades com características rurais), mais o Madre Paulina, Rosa do Oeste, Lafaite Coutinho e Maria do Carmo como as comunidades mais carentes. O Conjunto Luís Alves e o Vila de São Cristóvão em que pesem terem sido projetados, não possuem infra-estrutura.

2.3.2 Situação econômica

Algumas empresas instalaram-se na região, e escolheram o Rosa Maria para suas operações; provavelmente, pela composição mista de área urbana com uma área rural. São dois postos de gasolina, sendo um recém-inaugurado no Rosa Elze, dois motéis, casas de materiais de construção (as de maior porte no Rosa Maria), dois supermercados na região, um em expansão – está sendo projetado um hipermercado. Algumas empresas como: uma detentora do mercado de Sergipe em frango (que ameaçou sair da região por falta de infraestrutura para a circulação dos seus caminhões); uma fábrica de pré-moldados, uma madeireira, uma empresa na área de equipamentos de eletrificação (postes, cabos, fios), e uma empresa que presta serviços à Petrobras em equipamentos de sonda. No entanto, isso não trouxe benefícios. O sentimento geral é que, sendo o grande arrecadador da região e favorecendo financeiramente à Prefeitura, a região deveria ter maior atenção da sede administrativa do Município, estabelecendo serviços públicos efetivos para a comunidade.

As empresas instaladas, entretanto, não garantiram emprego para a comunidade. Há casos como o da empresa que presta serviços para a Petrobras, a Marlon, que já se instalou com uma mão de obra própria, por ser especializada. A empresa detentora do mercado de frango, a Frangaço, reservou parte das vagas para a comunidade, mas não se sabe o percentual. O comércio, normalmente, emprega pessoas das comunidades. É o caso dos supermercados, um da maior rede local, o G. Barbosa, e um outro de menor porte, o Prudente Filhos.

2.3.3 Transporte

O transporte na região é considerado deficitário; e se não chega à precariedade, é por conta da presença da Universidade. Um benefício indireto, uma vez que um grande contingente de estudantes depende de transporte. Então, os ônibus fazem o percurso Aracaju - Campus Universitário; a partir do

terminal rodoviário do Campus, os ônibus circulam pelos conjuntos, mas apenas em duas ruas principais.

Durante muito tempo funcionou um terminal no Conjunto Eduardo Gomes, sendo seu funcionamento considerado ilegal. Atualmente existe um terminal rodoviário no Campus Universitário, responsável pela conexão de um transporte integrado. O usuário sai da sede do município ou dos bairros metropolitanos, o caso das comunidades do GRE, e paga uma só passagem. Além do terminal rodoviário do Campus, existem dois pequenos terminais, um no Conjunto Eduardo Gomes e outro no Conjunto Luís Alves, um outro conjunto planejado, mas que tem carências como os demais. São apenas três linhas de ônibus, justamente partindo dos terminais acima citados e uma outra partindo do Tijuquinha, um dos onze núcleos habitacionais.

Essas linhas de ônibus não conseguem atingir a meta estabelecida como ideal para qualquer sistema de transporte que é o de 600 metros de deslocamento do usuário do sistema de transporte coletivo entre dois pontos.³ Então é um sistema que sacrifica o usuário, já que não estabelecendo a correlação exata entre os dois pontos, o usuário tem que andar mais entre os pontos. O outro problema é que os ônibus passam apenas nas principais avenidas (uma na rodovia estadual, a João Bebe Água, que liga Aracaju a São Cristóvão, e outra no centro dos conjuntos Rosa Elze e Rosa Maria) o que determina sacrifícios para os moradores das periferias. Existe, ainda, um sistema de transporte coletivo por táxi-lotação, um sistema cooperativo que faz o percurso do GRE até o centro de Aracaju, auxiliando as linhas de ônibus, que são insuficientes.

2.3.4 Saúde

A situação da saúde é de preocupar. O sistema de marcação de consultas e exames pela internet é precário. Com a municipalização da saúde, os postos de saúde trabalham com agendamento, um funcionamento precário, levando a

³ Informação oral do Sr. Edílio, diretor de Planejamento Urbanístico da Secretaria Municipal de Planejamento de São Cristóvão.

reclamações constantes. Marca-se o dia para marcar a consulta, e no dia não se consegue marcar a consulta, normalmente por problemas no sistema. Refaz-se a marcação para dois, três meses depois.

Existem duas unidades de tratamento psicológico.⁴ A região conta com os serviços de dois postos de saúde: um no Eduardo Gomes, o de atendimento geral, com funcionamento de 24 horas, e um no Rosa Elze. Além destes, existe um posto de dimensão reduzida tanto no espaço físico quanto no atendimento, localizado no bairro Tijuquinha.

2.3.5 Educação

Sete escolas compõem o sistema municipal de educação e estão localizadas nas seguintes comunidades: Conjunto Universitário, Eduardo Gomes, Tijuquinha, Rosa Elze, Rosa Maria, Luis Alves e Rosa do Oeste. Conta-se ainda com mais quatro escolas públicas estaduais, sendo três no Eduardo Gomes e uma no Rosa Elze. Não existe biblioteca pública, museu, arquivo, centro cultural, como também nenhum espaço público que tenha computador à disposição da comunidade. Existe um espaço privado que disponibiliza o serviço de internet, uma LanHouse recém estabelecida no Rosa Elze.

2.3.6 Sistema político

A região do Grande Rosa Elze possui um colégio eleitoral composto por 21.526 eleitores aptos. Uma contradição, considerando-se os 50.000 habitantes da região em relação aos 64.647. A população residente do GRE representa 74,6% do total do município de São Cristóvão; já em relação a população eleitoral,

⁴ O Censo Demográfico 2002 aponta que em São Cristóvão existem 973 deficientes mentais permanentes.

esse percentual cai para 48,8. A explicação para tal fato diz respeito à migração para o trabalho na Capital e à permanência dos domicílios eleitorais.⁵

Atualmente a região possui três dos nove vereadores da Câmara Municipal de São Cristóvão. E o município de São Cristóvão tem dois deputados na Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe.

2.4 Presença da Universidade Federal de Sergipe no Grande Rosa Elze

A Universidade Federal de Sergipe, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, vem desenvolvendo ações de promoção social na região do Grande Rosa Elze. A região foi institucionalmente definida como um local de práticas acadêmicas e para tal foi estabelecido, em 2002, pela Portaria no. 395, o Campus Aproximado Grande Rosa Elze, tomando-se como base “a posição estratégica em que se situa a região do Grande Rosa Elze entre a Capital e a cidade sede do município de São Cristóvão, no qual se inserem todas as mazelas que ocorrem em áreas periféricas” e considerando-se que as comunidades com uma “população em torno de 50.000 habitantes têm em comum indivíduos que em sua maioria vivem abaixo da linha de pobreza e sem o mínimo atendimento pelas políticas públicas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 2005, p.6-8).

O programa instituído (Programa Promoção Social) para ser aplicado no Campus Aproximado Grande Rosa Elze, foi pensado a partir de questões que promovessem igualdade social, buscando-se a melhoria de índices sociais por meio de ações de inclusão social. O Programa privilegia ações voltadas para o empreendedorismo solidário, a alfabetização de jovens e adultos, a educação permanente de professores, a agricultura urbana, a educação ambiental e uma linha de trabalho voltada para a atenção integral à família, à criança e ao idoso, e

⁵ O conceito de domicílio eleitoral advém da concepção civil de domicílio e classifica-se como "domicílio legal" por estar determinado no art. 42, parágrafo único, do Código Eleitoral - Lei n. 4.737, de 15.7.1965, que, ao tratar em sua terceira parte do alistamento eleitoral, assim dispõe: "Para efeito da inscrição é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente e verificando ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas".

é aplicado com moradores dos bairros formados no entorno da cidade universitária, beneficiando 3.000 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos.

As ações programáticas são levadas a efeito e apresentadas no Fórum de Discussão, criado especificamente para dar conhecimento ao poder municipal (Secretarias da Saúde, Educação, Administração, Ação Social e Sub-Prefeitura), às organizações sociais (Associações de Moradores e Conselho Tutelar), e a Organizações Não-Governamentais (Lions Club). Os programas são coordenados e executados pela UFS, com as organizações sociais sendo responsáveis pela participação da comunidade, e o poder municipal responsável pelos espaços para operacionalização dos programas.

As intervenções aqui citadas dizem respeito a um Programa pensado já com o Campus em adiantado estágio de funcionamento. No entanto, além desses compromissos a UFS já tinha uma presença anterior, marcada por uma atuação operacional de implantação do Campus. As intervenções anteriores puderam ser sentidas na década de 1980, quando da chegada da Universidade. Pode-se creditar à Universidade a promoção do acesso à região e ter levado a cabo o fim das enchentes em áreas adjacentes de Aracaju, como sua primeira grande intervenção.

Quando a Cidade Universitária foi construída, o acesso à região era feito de forma precária por uma estrada de terra e uma ponte de madeira. A construção da rodovia estadual (João Bebe Água) e de uma ponte de concreto, foram as providências tomadas junto ao Estado para solução do problema. Além do acesso difícil, existia o problema das enchentes, provocada pela reunião das águas numa área de bacia hidrográfica contígua ao Campus, e propriedade deste. Foi executado um projeto do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Sergipe (DER/SE), que fez uma ponte barragem, uma providência para acabar com as enchentes provocadas em épocas de chuva.

A segunda grande intervenção foi a construção da rodovia João Bebe Água ligando Aracaju à sede do município de São Cristóvão. Esse foi um ato de suma importância, pois anteriormente a conexão era feita pela BR 101, reduzindo pela

metade a quilometragem a ser percorrida. A rodovia valorizou a região, beneficiou a comunidade, e como decorrência vieram os terminais.

No entanto, juntamente com o crescimento urbano, vieram os problemas infra-estruturais. Além das enchentes provocadas pelas chuvas, que interditavam o acesso ao Campus, com a construção deste as águas das chuvas sem escoamento passaram a ocupar as áreas urbanas do Rosa Elze. O setor de engenharia do Campus foi envolvido e a região foi dotada de estrutura para a drenagem. Tratando-se de infra-estrutura, essa foi a única intervenção na área nestes 36 anos.

Com a abertura da rodovia João Bebe Água, vieram os outros núcleos habitacionais surgidos à margem desta. A população aumentou consideravelmente, e a região passou a ser mais observada pela Prefeitura de São Cristóvão.

Uma das medidas foi a instalação da Subprefeitura da GRE, localizada no Eduardo Gomes, como local de representação do poder público na região e a aproximação da população com a sede administrativa, um *bureau* onde as pessoas podem reclamar, podem cobrar melhores serviços públicos municipais.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o estudo das populações de onze núcleos habitacionais no Município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe, que formam a região metropolitana denominada de Grande Rosa Elze, este trabalho tem como enfoque a necessidade de informação, verificando as demandas, as buscas, e o uso que se faz da informação em comunidades carentes. Para atingir esse objetivo, foi necessário dar procedimento a alguns levantamentos importantes para a pesquisa:

- a) levantamento de possíveis necessidades junto aos comunitários:
 - foram consultadas 68 pessoas, por meio de questionários, escolhidas aleatoriamente entre os residentes do Grande Rosa Elze;
- b) levantamento de possíveis necessidades da informação, a partir da opinião de líderes comunitários:
 - foram consultadas sete pessoas, por meio de procedimento de entrevista.

Para o processo de verificação das necessidades de informação da comunidade, realizou-se uma investigação junto aos habitantes das comunidades objeto da pesquisa. Esse estudo investigativo teve como técnica o uso de questionários e entrevistas. Foram aplicados métodos formais de pesquisa para levantamento de dados da comunidade do Grande Rosa Elze, para que, através da análise, fosse possível compor o perfil da comunidade e compreender as suas necessidades em termos de informação.

Diferente do modelo tradicional da concepção necessidade-usuário que pressupõe a existência de um órgão do qual se faz uso, neste trabalho não se vincula a necessidade a um órgão específico responsável por demandas; portanto, a investigação não se insere na área de estudos de usuários. Não se tem como objeto o usuário, aquele que busca a informação em um determinado local oficial, mas o indivíduo que recebe informação de canais variados, sem a necessária interferência estatal, para suprir uma determinada necessidade.

Portanto, partindo-se do princípio de que informação é fundamental, e não existindo na região um órgão público, é de se supor que a própria comunidade

termina por resolver as suas necessidades de informação. Assim sendo, como procurar a informação? Quais as estratégias usadas? Quais os canais de comunicação usados? Quais são essas necessidades? Estas questões que nortearam este trabalho de pesquisa.

3.1 Delimitação da pesquisa.

A pesquisa teve como campo de ação as comunidades integrantes do complexo de bairros denominado de Grande Rosa Elze, pertencente ao município de São Cristóvão, no Estado de Sergipe.

Embora existam ações incidindo sobre a comunidade objeto desta pesquisa, não existe um acervo sistematizado de informações, ou seja, não existem estudos exploratórios sobre a mesma. As diversas ações de trabalho implantadas pela Universidade Federal de Sergipe, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), não têm contribuído para a formação desse acervo, pois que não foram publicados resultados sobre as atividades da Instituição no local.

3.2 Fontes de pesquisa

A pesquisa ora proposta foi baseada em dados de fontes primárias e secundárias que se constituem em fonte oral e documental.

2.2.1 Fontes orais

As fontes orais referem-se às informações obtidas junto aos habitantes da área objeto de estudo, sendo colhidas junto a comunitários e líderes das comunidades por meio de questionários e entrevista semi-estruturada, respectivamente.

As informações que se obtiveram foram provenientes de dois momentos: a realização de uma entrevista semi-estruturada coletiva, um procedimento metodológico denominado grupo focal, e a aplicação de um modelo de

questionário. A entrevista foi realizada junto aos líderes comunitários e a aplicação dos questionários aconteceu junto aos comunitários.

A decisão pela entrevista como grupo de foco atendeu a uma sugestão da banca de qualificação e se deu em função de, além de permitir ser trabalhada a partir de um número determinado de perguntas abertas, como semi-estruturada, o que permite maior profundidade na investigação, também permite um papel mais ativo do entrevistado, a partir do momento em que é ouvido ao tempo em que também pode conduzir o processo.

3.2.1.1 Amostragem

Para efeito de levantamento de informações em relação aos líderes, foram entrevistados sete líderes, número dentro do intervalo para o procedimento do grupo de foco, que permite o mínimo de seis integrantes e o máximo de 12 membros (TARACENA, 1996). Em relação à aplicação dos questionários junto aos residentes, foi adotada a regra de Amostragem Probabilística, que define percentuais de ordem científica de amostragem estatística para pesquisas.

A Amostragem Probabilística é uma amostragem científica que pode ser aplicada tomando-se como base a amostragem equiprovável ou acidentalmente simples. Foi utilizada na amostragem um nível de confiança de 90% (que varia de 90% a 99%). O nível de confiança é uma medida estatística que traduz a probabilidade de ocorrência na obtenção dos resultados da pesquisa. Quanto maior o nível de confiança adotado, maior a probabilidade de acerto nas estimativas dos parâmetros populacionais. A margem de erro situa-se então em 10%.

A amostra foi dimensionada tomando-se como informação os 50.000 habitantes da região pesquisada, o que caracteriza uma população finita. Portanto, para o cálculo estatístico da amostra aplica-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 \cdot P \cdot Q \cdot N}{E^2 (N-1) + Z^2 \cdot P \cdot Q}$$

onde:

n = amostra da pesquisa;

Z = nível de confiança (1.65);

E = erro da amostra (0,1);

N = número do universo da pesquisa;

P = probabilidade de ocorrência de determinada característica (0,5);

Q = percentagem complementar.

Os números correspondentes ao nível de confiança e erro da amostra são formatados em tabelas ao serem definidos os percentuais de 90% para a confiabilidade na pesquisa e 10% para a margem de erro. Como não existiam informações prévias sobre o número de ocorrência de determinadas características da população (frequência de leitura, assinatura de jornais, número de TVs a cabo, preferência por determinado programa de TV e rádio, como exemplos) utilizou-se um valor para $P = 50\%$, isto é $P = 0,5$ e $Q = 0,5$.

Os dados da fonte primária foram fornecidos por 75 indivíduos, tendo como procedimento a realização de entrevista em uma parte do total existente, e a aplicação de questionário por amostragem. A primeira parte foi composta por líderes comunitários em entrevista coletiva, o grupo focal. Foi proposto um grupo de foco com 12 integrantes, sendo onze presidentes das associações de moradores e o presidente da Federação das Associações de Moradores. No entanto, a realização do procedimento se deu com sete membros. A segunda parte, a seletiva, constituiu-se por uma amostra aleatória construída com 68 residentes das comunidades pesquisadas.

3.2.1.2 Instrumentos de pesquisa

A metodologia aplicada por meio do grupo de foco e a aplicação de questionários, permitiu uma análise das manifestações (opiniões, observações, críticas e sugestões). Pretendeu-se saber: como a comunidade faz para conseguir informação; se os cidadãos se reportam à TV, e ao rádio; se as informações que buscam ajudam a melhorar o cotidiano na comunidade; quais os meios utilizados para conseguir informação.

Por se tratar de um conglomerado de comunidades tidas como carentes, as dificuldades interpostas para a consecução da informação revelam-se na questão da escolaridade e do poder aquisitivo. Assim, por dedução, a informação registrada cede lugar para a informação oral e visual. Como os modelos e canais de informação são por demais tradicionais e potencializam a informação impressa, é fácil concluir que os habitantes do GRE situam-se naquele nível que Polke (1982, p.131) considera penalizado: “A obtenção da informação é tanto mais difícil e penosa quanto mais baixo o nível socioeconômico do indivíduo que a busca”.

Assim, os instrumentos de pesquisa adotados (entrevista e questionário) buscam captar junto aos habitantes do Grande Rosa Elze o significado da informação dentro da realidade das comunidades quase sempre expostas ao processo de comunicação midiática, principalmente rádio e TV, a partir da ausência de uma biblioteca pública, ou órgão similar, na área da pesquisa.

2.2.1.2.1 Sobre o questionário.

O questionário, aplicado junto a 68 moradores da região pesquisada, foi dividido em dois campos. O primeiro diz respeito aos dados pessoais dos respondentes, firmando-se nome e endereço. O segundo campo contém 16 questões que verificam a relação das comunidades com a biblioteca pública, com a TV e com o rádio. Neste contexto, analisa os lugares procurados para atender as necessidades de informação, quais essas necessidades e as dificuldades para o atendimento.

A aplicação do questionário, junto aos moradores do Grande Rosa Elze, foi realizada após o procedimento do grupo focal com os líderes das comunidades do Grande Rosa Elze. O número de questionários a ser aplicado em cada núcleo residencial foi estabelecido em reunião, de acordo com os presidentes das associações e o presidente da Federação, tomando-se como base a população estimada de cada comunidade. Assim, foi estabelecida a aplicação de oito questionários em cada uma das comunidades do Rosa Elze, Rosa Maria e Eduardo Gomes; seis questionários no Tijuquinha, em Madre Paulina, no Lafaiete

Coutinho e no Jardim Universitário; e de cinco questionários em cada uma das unidades do Rosa do Oeste, Vila de São Cristóvão, Maria do Carmo e Luiz Alves, num total de 68 questionários.

Tomaram-se aleatoriamente ruas a serem visitadas, no mesmo número dos questionários (68), de forma que em uma mesma rua não fossem submetidos dois questionários.

2.2.1.2.2 Sobre o grupo de foco.

A natureza da pesquisa com abordagens quantitativa e qualitativa faz parte da metodologia adotada, decidindo-se, no campo da entrevista, pela técnica do grupo de foco. Essa técnica, calcada na preocupação com o contexto em que se inserem os atores da pesquisa, tende a desvendar as necessidades existentes, pois que Leitão (2005, p.50), citando Wilson, afirma que “as análises qualitativas são especialmente indicadas para pesquisas a respeito da informação: como as pessoas a obtém (sic), o que fazem com ela e que sentido agrega em suas vidas”. Afirma ainda que

somente com base em dados e explicações dessa categoria, bibliotecários e os demais profissionais dos campos das Ciências Humanas e Sociais poderão desenhar serviços de informação mais eficazes, voltados para um uso mais coerente e adequado (LEITÃO, 2005, p.51).

A decisão pelo método do grupo de foco atendeu a uma sugestão da banca de qualificação, tendo em vista a isenção que o método proporciona e a oportunidade que a pesquisa permite aos entrevistados de serem os condutores do processo. Como afirma Leitão (2005, p.132), “a utilização do grupo de foco também reitera e possibilita atender a uma das expectativas mais elementares do ser humano: ser ouvido, na medida em que destaca e habilita pessoas a conduzirem esse processo”.

Embora utilizada pela primeira vez na Ciência da Informação nos anos 1980, a técnica de entrevista por grupo de foco não tem sido utilizada com frequência na área. Isso talvez por ser um instrumento de análise qualitativa, uma

vez que a área tem tendência extrema para pesquisa quantitativa. A técnica revela-se então um modelo efetivo para “identificar sentimentos e convicções sobre situações, produtos e serviços, bem como a forma como esses sentimentos e convicções moldam o comportamento das pessoas” (LEITÃO; VERGUEIRO, 1999, p.97).

Com a adoção da técnica de grupo de foco na presente pesquisa, reforça-se a questão qualitativa, de conformidade com o que Wilson, citado por Leitão (2005, p.50), aponta como aspectos que caracterizam a necessidade do uso de pesquisa qualitativa:

- 1 para cobrir fatos do dia-a-dia das pessoas pesquisadas;
- 2 para melhor compreensão dos anseios e sentimentos dos pesquisados;
- 3 para desvendar necessidades.

Neste trabalho, para o grupo de foco foram convidadas 12 pessoas, o número máximo permitido pela metodologia, sendo 11 presidentes de associações de moradores, exatamente o número de comunidades existentes na região, conforme já citado, e mais o presidente da Federação que engloba as entidades que representam as comunidades. O objetivo foi analisar como o cidadão responsável por uma entidade (associação de moradores) em uma das comunidades do GRE convive com a questão da informação que tem contorno social. A idéia foi contextualizar a sua opinião e a sua atitude à frente de uma associação, que envolve vários comunitários, portanto vários perfis, no que diz respeito à necessidade de informação no seu cotidiano. Observe-se que o grupo de foco foi efetivado junto a um grupo de presidentes de Associações de Moradores que inevitavelmente, no seu dia-a-dia, fica exposto a uma seqüência de fatos que lhe exigem respostas, o que pressupõe que ele tenha informações para que os fatos sejam resolvidos.

A decisão pela entrevista com líderes comunitários específicos de associações de moradores levou em consideração o tratamento de assuntos de forma geral; assim, um líder comunitário incumbe-se de informações de ordem de mobilização social, enquanto que a um líder de uma organização religiosa, por exemplo, cabe o repasse de informação de valores ideológicos.

As informações obtidas com os líderes a partir da interação do grupo de foco proporcionam confiabilidade, vez que “os grupos focais trabalham com questões abertas e na sua lógica não há lugar para respostas incorretas” (TARACENA, 1996, p.79). Esses grupos visam ainda, na avaliação de Taracena, a obtenção de respostas mais elaboradas, que podem “explicar e interpretar assuntos, para gerar idéias, para a realização de análises simbólicas e para montagens de cenários, visando identificar as redes de significados que elaboram os diversos grupos sociais [...]” (1996, p.80).

Como o objetivo foi a coleta de informações mais profundas sobre o assunto, observando-se as percepções e perspectivas dos participantes, estes foram determinados utilizando-se o critério da representação de função dentro da classe social que co-habitam os responsáveis pela entidades acima citadas, respeitando-se um dos pressupostos da técnica da pesquisa, ou seja, tratando-se a estrutura do grupo de forma homogênea, com os membros do mesmo nível socioeconômico.

Embora o grupo seja formado de forma homogênea, a realização do grupo de foco tem por finalidade reunir sobre o mesmo assunto discursos diferentes; como observam Lopes, Borelli e Resende, citando Alasuutari, “o grupo de discussão é uma técnica de coleta de dados muito útil, na medida em que o assunto em foco é coberto de diferentes ângulos e a discussão produz diversos tipos de discursos sobre o mesmo assunto” (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002, p.62).

Para a prospecção das informações utilizou-se o seguinte roteiro de entrevista:

- qual o papel/importância de uma biblioteca pública no dia-a-dia da comunidade;
- qual o papel da TV e do rádio no dia-a-dia da comunidade;
- de que tipo de informação a comunidade precisa;
- necessidade de existência na comunidade de um órgão público (biblioteca ou outro) que disponibilize ou facilite a informação para os cidadãos.

Na condução do processo, como moderador, esteve o autor da pesquisa. Como observadora esteve a jornalista Nadja Araújo, ex-jornalista de movimentos sindicais e atual Assessora de Comunicação da Secretaria de Saúde do Município de Aracaju.

2.2.2 Fontes documentais

As fontes documentais referem-se às informações obtidas mediante consulta a documentos existentes em arquivos e bibliotecas, estadual e municipal, e na biblioteca universitária (Universidade Federal de Sergipe).

2.3 Ambiente da pesquisa

Na delimitação da pesquisa foi determinada a região do Grande Rosa Elze como objeto de estudo. Assim, as comunidades que integram a citada região formam o referencial desta pesquisa. Rosa Maria, Rosa Elze, Jardim Universitário, Vila de São Cristóvão, Eduardo Gomes, Lafaete Coutinho, Rosa do Oeste, Tijuquinha, Madre Paulina, Maria do Carmo e Luiz Alves, são as comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze (Mapa 2, p.43). Somam aproximadamente 50 mil habitantes, segundo dados do Projeto Campus Aproximado do GRE, desenvolvido pela PROEX/UFS em 2004.

Todas as comunidades têm associação de moradores, sendo as mais conhecidas: a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim Rosa Maria, a Associação dos Amigos do Rosa Elze e a Associação dos Moradores do Eduardo Gomes. Algumas são assistidas por organizações não governamentais. Algumas, também, recebem assistência de projetos da Universidade Federal de Sergipe, dentro de uma proposta de desenvolvimento regional.

MAPA 2

VER CD ANEXO

4 CONCEITOS E DIREITOS EM INFORMAÇÃO

“Informação é fundamental para o dia-a-dia do cidadão”. Este é um bordão cada dia mais freqüente nas propagandas dos meios de comunicação. Assim, pode-se considerar que a informação, a partir do momento em que é tida como fundamental no exercício diário do cidadão, é uma necessidade social. Especificamente com tal configuração, a literatura da área, embora escassa, já traz algumas referências, como a de Couto (1988, p.66), que afirma que a informação, de tão importante na atividade humana, “é identificada como uma necessidade social”.

Pode-se dizer que essa necessidade de informação associada ao social diz respeito às perspectivas de desenvolvimento social a partir do momento em que a informação passou a ser condição básica para o planejamento. Mas como definir algo tão abstrato quanto necessidade de informação, quando se entende que a própria necessidade social é campo vago para conceituação?

A literatura da área mostra-se escassa, existe pouco registro sobre definição do termo informação. Parece apenas que existe a informação dentro de um complexo, dentro de um sistema, que é a Ciência da Informação. Contraditoriamente, o termo Ciência da Informação é recente, posto como campo científico preocupado com a sistematização dos processos de produção e consumo (coleta e armazenamento – produção, e recuperação e disseminação - consumo).

Informar tem significado simples e direto: vem do latim *informare* que quer dizer colocar em forma, informar o fato (BOUCHE citado por GALVÃO, 1993, p.103; BRIGGS; BURKE, 2004). Mas embora se frise a simplicidade do significado da palavra informar, é impossível não registrar a multiplicidade de significados que a mesma encerra, uma vez que vai desde o registro de dados, passando pelo conteúdo textual, até à preservação do conhecimento na mente humana. Assim, informação requer conhecimento de dados e a apropriação destes, como sugere Lima (1986, p. 98): “Informação: não é só o conteúdo, mas

também a essência de todo o conhecimento, de todos os dados estruturados, qualquer que seja a sua forma e o suporte material em que esteja registrada...”.

No sentido geral, informação “es la noticia que se proporciona de um hecho, persona o cosa”. No sentido específico, informação do ponto de vista científico diz respeito à “datos, elementos doctrinarios, fuentes de conocimiento, etc., sobre una materia dada, que se proporcionan al investigador para su debido aprovechamiento em la obra de creación intelectual” (BUONOCORE, 1976, p.259).

Já necessidade é definida como “o que um indivíduo deve ter para o seu trabalho, pesquisa, instrução, recreação” e que “o conceito da necessidade é inseparável dos valores da sociedade” uma vez que “uma necessidade é uma demanda em potencial”, ou seja, aquilo que um indivíduo pede, ou mais precisamente um pedido para um item de informação desejado (LINE, citado por BETTIOL, 1990, p.62).

Martin, citado por Bettiol (1990, p.63), vê dificuldade na definição do termo e diz que “... mesmo se pudéssemos definir, seria difícil identificar, porque muitas pessoas não param para refletir nas suas necessidades...”. Wilson, ainda citação de Bettiol (1990, p.66) reconhece que as necessidades existem porque um indivíduo desempenha um papel na sociedade, ele tem vida social, portanto os aspectos do meio ambiente sócio-cultural e físico devem ser destacados.

Quando se aborda a questão necessidade de informação, os estudos se referem sempre a área de estudos de usuários, que por sua vez têm tido espaços em revisões de literatura. Os estudos de necessidade de informação quase sempre acontecem em comunidades universitárias e estão associados à informação em ciência e tecnologia. Mas há o outro lado: as comunidades sociais, as comunidades civis não acadêmicas, nas quais existem necessidades de informação, que “deverão estar associadas com outras necessidades básicas humanas” (BETTIOL, 1990, p.59).

Sobre o assunto, Barreto (1994), coloca a informação como instrumento de mudança a serviço do homem, quando este se movimenta pelo ambiente social, atendendo as suas necessidades básicas. Assim, as pessoas procuram satisfazer

as suas necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, sendo que o seu comportamento seria fundamentalmente o de perseguir e satisfazer estas necessidades, que representam a segurança de existir em um determinado espaço (BARRETO, 1994).

Os autores citados, Bettiol e Barreto, associam a necessidade de informação às necessidades básicas dos seres humanos. Ao pesquisar-se sobre o tema proposto, “necessidade de informação”, verificou-se, então, a dificuldade na exploração do conceito específico. Foi preciso considerar a pesquisa colocando a necessidade de informação dentro de um contexto mais amplo da própria informação e pensar no conceito de informação pública.

Em que pese o Estado brasileiro possuir os seus próprios meios de comunicação, este vem “atuando predominantemente como veículo de informação pública, sem interferir na esfera do lazer ou da informação utilitária” (MELO, 1986, p.27). Ao analisar-se tal afirmativa, depara-se então com uma questão: o que é informação pública e por que não contempla a informação utilitária ou a informação popular?

O conceito de informação pública é amplo, pois compreende toda informação direcionada ao conjunto da sociedade (ALMEIDA JÚNIOR, 2004). Justamente, esta amplitude é o que vai dificultar o atendimento das necessidades de informação do público. Diferentemente do que ocorre com a informação científica e tecnológica, segmentos nos quais os usuários têm suas necessidades atendidas, por serem específicas e direcionadas a um público localizado.

Almeida Júnior (2004) ao conceituar informação pública, observa que é um assunto ainda pouco analisado, provavelmente, pela dificuldade que existe na conceituação do termo, uma vez que toda informação é pública.

O conceito de informação pública está associado a espaços estatais de atuação, principalmente. Conceituação, que, paradoxalmente, levou profissionais a criar outras formas de atuação como a informação utilitária e a informação popular. Assim, como a informação pública é dirigida a todo o público, a informação utilitária é útil, e configura-se como informação pública. Já a informação popular, tem um caráter ideológico, resultado da necessidade de

atendimento aos movimentos sociais, diretamente envolvidos com a luta pela democracia (DEFINIÇÃO ..., 1981).

Ao focar a informação utilitária e a popular, depara-se com o campo da informação alternativa, justamente para fazer frente à informação pública, por causa do seu caráter estatal. A organicidade dos meios de comunicação, prevalente na área pública, mas como forma privada, inviabilizando o que se pressupõe por informação pública de caráter comunitário, fez com que organismos sociais que combatiam o Estado autoritário pensassem a informação como um processo alternativo que chegasse às comunidades.

A esse respeito, Almeida Júnior (1997), analisa e faz questionamentos sobre o assunto, concluindo que as propostas inovadoras de serviços de informações alternativas “não criam um novo tipo de biblioteca, mas apresentam caminhos e propostas alternativas para a atuação da biblioteca pública. Não seriam bibliotecas alternativas à biblioteca pública, mas propostas alternativas para sua atuação” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.137).

A informação alternativa foi relegada a um tratamento entre a dúvida, pela situação política do regime autoritário, àquela época, e o despreparo dos próprios gestores da informação, principalmente os bibliotecários. Jornalistas e advogados, principalmente, assumiram a gestão da informação tocando tais projetos e inserindo a informação como instrumento útil na participação popular (LIMA, 1986),

Provavelmente o período, os anos 1980, foi profícuo para estabelecer as bases para uma informação verdadeiramente pública, em que a comunidade pudesse estabelecer as bases do que era a informação necessária para o coletivo. Nesse contexto, as alternativas de informação utilitária e popular, entendidas como informação social, foram a base da atual informação pública, necessária no atendimento das necessidades de informação das comunidades carentes. Assim, pode-se dizer que, informação pública, implica em uma forma de mobilização social e política não partidária, a ser submetida às comunidades carentes. É, em uma das bases modernas, sobre as quais se assentam as decisões básicas que

norteiam as sociedades. Caracteriza-se pela existência de que um fato analisado será transformado em dado.

O importante é que o termo informação esteja contextualizado, dando-lhe definições que o especifiquem dentro das discussões que surgem nas nomenclaturas da informação, que circulam na literatura: sociedade da informação, sociedade em rede, mercado da informação. Termos que são adequados ao período dos anos 2000, em que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pode melhorar a relação da informação pública com as necessidades do público.

A partir dessas constatações, vê-se que definir informação não é tarefa das mais simples. Informação estaria no campo científico dos dados e conhecimento. Seria então, segundo Peter Drucker, citado por Davenport (1998, p.19), “dados dotados de relevância e propósito”. Para Davenport (1998, p.19), os dados são “observações sobre o estado do mundo” que, percebido em um contexto, dotado de significado, de interpretação, passa a ser conhecimento.

Enquanto se discute a informação pública numa sociedade globalizada, comunidades se defrontam com todo tipo de carência, entre elas a informação. Para aproximar-se desta sociedade é preciso que indivíduos e instituições tenham acesso a informações básicas que os integre harmonicamente e os façam vencer etapas que levem ao pleno exercício da cidadania. Ou seja, que permitam o direito à informação. Para Carvalho (1991, p. 1177) “o direito à informação antecede a prática de direitos humanos, e precisa-se garantir que as aspirações sociais sejam exercidas com liberdade”.

A relação necessária entre comunidade e informação se apóia no pressuposto do exercício da cidadania. Marshall, citado por Carvalho (1991, p. 1173), articula tal exercício em três categorizações: civil, político e social. O civil responde pelos direitos individuais de liberdade e propriedade. O político é a possibilidade de eleger representantes com o fim de formular políticas públicas e legislação. Quanto ao social, busca-se o “bem-estar social e para tanto, as facilidades de acesso aos serviços de comunicação e de informação...” (CARVALHO, 1991, p. 1174).

Entretanto, por mais que se queira moderno, o Estado não pensa na questão da informação como nos outros setores sociais; há um interesse, é inegável, em solucionar as áreas de saúde e educação, para citar apenas as mais pontuais. No entanto, com políticas públicas sempre em dívida para com a prestação de serviços, fica cada vez mais distante se ver a informação como necessidade básica. O setor informação é cristalizado no setor privado, via comunicação, e de pouca intervenção estatal (REIS, 2004).

Esse processo de informação fica então mais difícil de ser encontrado em comunidades excluídas, desfavorecidas por políticas públicas, o que termina por aprofundar o estado de pobreza que Lewis, citado por Menou e Mchombu (2004, p.129), denuncia: “A cura fundamental para pobreza não é dinheiro, mas conhecimento”. Se se considerar como fundamental essa citação de William Arthur Lewis, precisa-se então entender o processo de conhecimento como resultado do processo de informação. Não existindo presença do Estado, não existem recursos e estruturas adequadas para gerenciamento da informação que culmine no conhecimento.

A esse respeito, Milanesi (1991, p. 182) afirma que “enquanto o país não tomar como prioridade a batalha do conhecimento, não haverá como superar todas as feridas e seqüelas que a ignorância propicia”. Essa ignorância é resultado do desequilíbrio social patrocinado por um Estado que concede privilégios a quem não precisa e deixa de lado quem necessita. Menor desigualdade social vai implicar em maior acesso às informações. Isso implicará num equilíbrio que por certo diminuirá a extrema pobreza do país, quer pela inserção no processo educacional, quer pela geração de empregos e discussão da distribuição de renda.

No entanto, as justificativas para o entendimento de supostas demandas não ofertadas como privilégio (para o poder público há necessidades mais urgentes), revela a face preconceituosa de uma elite governamental para com uma sociedade pobre, que tem no serviço público o último recurso para suas necessidades.

Para que a comunidade passe a ter suas necessidades atendidas, é preciso então que se mude a trajetória tradicional de serviços institucionais. A questão é como fazer tal mudança. A literatura mostra alguns exemplos de tentativas (MILANESI, 1990; ALMEIDA JÚNIOR, 1997), mas os exemplos citados, mesmo que insistindo na mudança dos serviços, não promovem o que se persegue: a democratização dos serviços informacionais, configurada na resposta das instituições aos anseios de informação.

Então o problema está posto: o atendimento das necessidades de informação de determinadas comunidades. Observe-se, entretanto, que as necessidades referem-se a perspectivas por demais conhecidas: necessidades sociais localizadas. Fica difícil, no entanto, pensar necessidade de informação para o desenvolvimento (social, econômico) sem pensar no poder público que possibilite a inserção de informação no cotidiano da comunidade.

A Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, traz no seu bojo argumentações a respeito do direito do cidadão brasileiro, no que diz respeito às informações que sejam necessárias na vida de um cidadão. No art.5º, que fala dos direitos e deveres individuais e coletivos, em que preconiza que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”, o parágrafo XIV diz que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Já no inciso XXXIII, é reconhecido no texto que

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988, p.8).

No entanto, em que pese esse direito à informação, uma leitura atenta colocará a informação, como um serviço prestado ao público, longe de qualquer direito que se queira previsto. Informação, ou o acesso a ela, é tido ora como pressuposto de Estado, pois que é ‘resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional’, ora como interesse midiático, se buscados mais argumentos constitucionais, posto que o art. 220 refere-se à informação

como objeto de veículos de comunicação social, enquanto o art. 221 indica que se trata da produção e programação das emissoras de rádio e televisão (BRASIL, 1988, p. 144).

Tal como se coloca atualmente a situação da informação não permite a intervenção do cidadão, seja nos órgãos públicos, seja nas programações de rádio e TV, embora a Constituição pregue o contrário (Art. 220, II). Isso faz com que o cidadão fique ausente do processo de informação, seja para o seu acesso, seja para a sua necessidade, o que confirma a prática da demanda oficializada. Consome-se o que está posto, sem a influência das comunidades. Não existe a igualdade perante a lei.

O poder público, conhecido por sua ausência em alguns setores do serviço público, incluindo a questão ora pesquisada, revela a sua falha para com as necessidades de informação dos seus cidadãos. Muito embora, diga-se assegurado por lei, o que se configura é o não cumprimento do direito à informação. Embora a informação seja assegurada por lei, alguns setores da sociedade continuam sem serem atendidos. É o que afirma Novaes:

[...] hoje um 60 por cento dos brasileiros, carentes de quase tudo, não têm igualmente direito à informação. Não apenas porque não têm nenhuma garantia do seu direito de serem informados corretamente – não há legislação que os proteja –, como também porque não têm possibilidade de emitir informação, para que seja recebida pelo conjunto da sociedade e se transforme em objeto de decisão. (NOVAES, 1994, p. 86).

Melo (1986) situa o direito à informação como um dos direitos básicos; o outro é o direito à educação. No entanto, enquanto se pode afirmar que a educação é um direito constitucional, o mesmo não se pode dizer da informação. Observa-se que a informação, como um procedimento discutido na área de Ciências da Informação, está longe de ser um direito. A informação que está explícita na Constituição é uma outra atividade, pois diz respeito a processos de Estado, segurança principalmente. É preciso atentar para o fato de que a Constituição foi feita em um período de transição política, e que se reservavam certas deferências a determinados conteúdos. É fácil supor que informação foi um

desses conteúdos. Sendo assim, privilegiou-se a informação como processo de segurança, o que veio a ocasionar transtornos durante algum tempo (décadas de 1980 e 1990 do século 20) para quem trabalhava no entorno da informação em órgãos públicos de cultura, como bibliotecas e arquivos.

Garantir o direito à informação pressupõe etapas sociais anteriores, históricas e políticas ao mesmo tempo: uma educação que atente para um conjunto social em constante evolução e uma comunicação que atenda uma sociedade democrática com questionamentos à igualdade estabelecida.

São condições que se somam para garantir o direito. O Estado, por um lado, tomando a iniciativa de aplicar recursos na educação pública, estabelecendo regras que disciplinem o uso da mídia, e os cidadãos, por outro, incorporando-se à rotina das comunidades, participando com questionamentos e sugestões para formatação de uma prioridade esquecida, a informação. O direito à informação ainda é um problema a ser equacionado, posto que, na Constituição ele não tenha vida própria. Os artigos que revelam a questão, quase sempre estão associados ao direito à comunicação (arts. 220 e 221). Melo (1986, p.73) corrobora tal afirmação, ao destacar que “o Relatório MacBrice, da Unesco, situa o direito à informação como componente do direito à comunicação”.

5 COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Quando se fala em meios alternativos como proposta para solução da questão da informação, fica evidente a presença do rádio e da TV como suportes mediadores da perspectiva de levar informações às comunidades. No entanto, tais instrumentos de comunicação da informação estão longe de solucionarem os problemas das comunidades. Há um consenso de que a TV não funciona como redenção para soluções individuais, ou de caráter de solução para inclusão social. Quando do surgimento da TV a cabo, esta foi tratada como um instrumento promissor e saudada como um ambiente de comunicações, em que o público seria tratado com dignidade e não como uma massa indecisa (BRIGGS; BURKE, 2004, p.277). Mas não foi isso o que se viu. O historiador Brian Winston, citado por Briggs e Burke (2004, p.277), faz um comentário em sentido oposto: “os canais a cabo falharam quase totalmente em alterar de modo significativo os gêneros estabelecidos e as formas de transmissão de televisão, nada acrescentando”.

A televisão a cabo (CATV) surge na década de 1960, tendo sua tecnologia sido desenvolvida na década seguinte. Na verdade, toda a tecnologia colocada à disposição do público tem um preço inacessível, diga-se de passagem, para comunidades carentes, objeto deste estudo. As inovações situam-se na esfera capitalista, celebrando-se o auge da revolução do consumo, um paraíso do comprador, como afirma Bill Gates sobre o e-comércio, que fará com que “todas as mercadorias do mundo [possam] estar disponíveis para serem examinadas, comparadas, e, muitas vezes, feitas sob medida”. (BRIGGS; BURKE, 2004, p.315).

É também na década de 1970 que se lança o aprendizado à distância, no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia. As inovações tecnológicas, no entanto, não significam acesso à informação, pois entra em cena a questão econômica terminando não atingindo as comunidades carentes.

Há um mundo globalizado, muito mais pela intermediação midiática do que por crescimento econômico e desenvolvimento social. Assim, os índices globais podem contrastar com os locais, como as comunidades apresentadas nesta

pesquisa. Adicione-se, nesse contraste, o desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos de comunicação da informação disponíveis para as comunidades (televisão e rádio) permitem aos cidadãos permear-se com a informação, mas não criam a liberdade de informação, pois tais instrumentos convivem e realçam o sistema econômico e político.

A modernidade envolve a idéia de risco, e “o capitalismo é impensável e impraticável sem ele” (GIDDENS, 2000, p.36); assim, as comunidades carentes sentem os reflexos da modernidade mesmo sem terem mergulhado nela pelos efeitos do capital. Os reflexos são os efeitos da ausência da modernidade, uma vez que não podem dar provimento aos recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação. Assim, os recursos como a instalação de uma TV a cabo, ou a Internet por banda larga ficam inviáveis. Tem-se, então, uma parcela social afastada do processo científico e tecnológico, cada dia mais presente no cotidiano da sociedade.

Segundo Giddens, “cada vez que uma pessoa decide o que comer, o que tomar no café da manhã, se café descafeinado ou comum, ela toma uma decisão no contexto de informações científicas e tecnológicas conflitantes e mutáveis” (2000, p.41). Isso mostra como a contextualização informacional tende para o científico e o tecnológico, e a informação pública anuncia resultados técnicos, quase sempre não contextualizados no entorno dos grupos carentes. Café descafeinado é o exemplo. Como poderiam ser os radicais livres.

A informação faz parte de um sistema social, não existe sozinha, ou para contemplação individual. Assim, depende da comunicação, está atrelada, indubitavelmente, a esta para a sua leitura. A informação necessita, então, de um suporte que a comunique, que a leve até o indivíduo e a coletivize.

Castells (2003), em artigo intitulado “Internet e sociedade em rede”, expõe o que ele considera o tecido da vida: a importância da rede global de computadores na agilidade e facilidade da comunicação. Isto ocorre, bem verdade, pelas facilidades ofertadas, não pelas oportunidades distribuídas, posto que a rede é material e portanto impõe custos. Fica claro, então, que as comunidades carentes estão excluídas dessa rede, que é “um meio de comunicação, de interação e de

organização social” (CASTELLS, 2003, p.255). É o que o próprio Castells reconhece, quando observa que os usuários da Internet estão e estarão, por um longo espaço de tempo, em núcleos resolvidos seja econômica, política e culturalmente, o que dificulta a solução dos problemas de desigualdade social.

Harvey (1992) mostra a evolução do transporte no espaço e no tempo, quando fala do encolhimento do mapa mundial. O encolhimento do mapa facilitou a divulgação de informações, visto que mais transportes ligavam o mundo em menos tempo, o que garantia informação mais rápida chegando aos lugares. Mesmo assim, chegar a todos os lugares seria impossível e isso só pôde ser alcançado na evolução da sociedade quando se passou da etapa da fase industrial para a fase eletrônica. As novas tecnologias, como a comunicação via satélite, televisão a cabo, videotexto, teletexto, mudaram a sociedade proporcionando informações ainda mais rápidas, superando espaço e tempo, mas não conseguiram unificar a sociedade na rede que se preconiza.

O encolhimento do mundo, no entanto, deixou de fora alguns lugares. Foram as comunidades carentes, que excluídas das ações da rede social global, não contam com as facilidades oportunizadas pela tecnologia da informação. Servem-se dos meios de comunicação de massa para fazer frente ao processo de informação necessária.

Mas a realidade dos meios de comunicação social mostra que os meios massivos oscilam, tão somente, entre “a hegemonia da televisão e a pluralização funcionalizada do rádio” (Martín-Barbero, 2001, p. 261). São estes meios que estão ao alcance das comunidades carentes. Rádio e TV são meios que povoam as comunidades naquela profusão em que Martín-Barbero (2001, p. 261) revela: “o dial dos aparelhos de rádio ficará saturado de emissoras mesmo em cidades sem água corrente e os bairros de posseiros serão povoados por antenas de televisão”.

São o rádio e a TV que levam informação às comunidades carentes. A tecnologia da informação, com seus satélites, não populariza outros meios. São meios que podem produzir mudanças. São tidos como motores do desenvolvimento, “daí a importância estratégica que assume uma escola capaz,

hoje, de um uso criativo e crítico dos meios audiovisuais e das tecnologias informáticas” (MARTÍN- BARBERO, 2003, p. 62).

Para Bucci é inegável o crescimento do setor da indústria televisiva e os reflexos na população, mas não significa que isto ajude no desenvolvimento; pelo contrário, ele acredita num processo inverso: “a importância da televisão numa sociedade, atualmente, é diretamente proporcional às taxas de analfabetismo e de subdesenvolvimento. A influência do veículo tende a ser maior na pobreza do que na riqueza...” (BUCCI, 2000, p.15).

A televisão impõe, então, uma marca oficial e organiza a sociedade de forma autoritária. Para Canclini, citado por Bucci (2000, p.36), “como posso me informar” é uma das tantas perguntas que integram a realidade dos cidadãos; no entanto, a resposta pode não satisfazer às necessidades, pois, acontece, mais por intermédio dos meios de comunicação de massa, do que pela participação coletiva em espaços públicos.

6 COMUNIDADES DE INFORMAÇÃO

Em Sergipe são raras as bibliotecas públicas, sejam, do Estado ou municipais, como rara também é a presença do Estado nas escolas públicas enquanto gestor da informação. A comunidade, de modo geral, conta com uma pequena biblioteca municipal, quando o município insere-se na exceção, ou com alguma biblioteca escolar, que mais se assemelha a uma sala de leitura, lugar comum na oficialidade estatal da informação pública.

Assim, como senso comum, é a realidade das comunidades que, organizadas no entorno da Universidade Federal de Sergipe, formam um complexo de comunidades denominado de Grande Rosa Elze (GRE). Espremida numa faixa territorial entre Aracaju, capital do Estado, e São Cristóvão, cidade que faz parte do chamado Grande Aracaju, não dispõe de uma biblioteca pública, e a disponibilidade dos recursos informacionais existe na presença da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com perfil acadêmico e científico. Além desta biblioteca de origem federal, a comunidade do GRE conta com uma biblioteca escolar, pertencente à escola mais conhecida da região, a Escola de 1º. Grau Armindo Guaraná, situada em terreno da Universidade, e não em território comunitário.

A biblioteca escolar, citada acima, embora dada como realidade pela comunidade, não passa de uma sala de leitura, que sequer vence as demandas dos seus escolares. O que é fácil concluir que os comunitários, de modo geral, aquele público heterogêneo, público específico de biblioteca pública, não dispõe de um órgão público, seja estadual ou municipal, que lhe forneça informação.

As crianças e os jovens procuram o espaço da Universidade Federal de Sergipe para usar a Biblioteca Central, sendo encaminhados ao setor de referência, em busca de enciclopédias para as tradicionais pesquisas, e ao setor específico da memória sergipana, para a realização de trabalhos escolares ligados a cultura sergipana, com suas festas, folguedos e folclores. Configura-se a procura pela Biblioteca Central da Universidade para suprir a ausência da biblioteca escolar. Normalmente, o encargo de substituir a biblioteca escolar cabe

a biblioteca pública, na ausência desta, na região, este papel termina sendo desempenhado pela biblioteca universitária. Já os adultos, sem a necessidade de informação para o cumprimento de tarefas escolares, não precisam utilizar a biblioteca da Universidade, e, por outro lado, ficam sem espaço de informação que possam utilizar.

Vencer esta exclusão da demanda por informações em comunidades carentes requer discutir a questão de forma abrangente: ver as concepções de bibliotecas que, em princípio, são responsáveis por tais demandas e os conceitos que se coadunam com tal tipo de informação.

Das bibliotecas, tem-se, em princípio, a noção do funcionamento tradicional, com papéis sociais de preservação e difusão, sem considerar os papéis sociais da seleção e da disseminação. Da informação, tem-se, em princípio, a noção da comunicação formal, através da difusão das práticas biblioteconômicas. Aqui repousa, então, a perspectiva da confirmação do conceito de informação e o ensejo de um ponto de referência para disponibilização de tal informação: um ambiente público propício à disseminação coletiva de informação para aqueles que convivem em comunidades carentes, e, portanto, à margem de vários benefícios da sociedade capitalista globalizada.

Embora cada época tenha contribuído para a evolução da Instituição, é inegável que, independente de tempo e espaço, ela convive com os paradigmas da conservação como princípio maior. Isso pode ser visto considerando-se a Instituição desde o seu início até o tempo moderno, em que não faltaram tentativas de alternativas para vencer o modelo conservacionista.

Muito embora a difusão tenha ocorrido a partir de determinado momento da história do conhecimento, ocorre que até hoje, início do século 21, a instituição biblioteca ainda não conseguiu atingir a eficiência na disseminação, tanto que se tem perseguido alguns modelos de bibliotecas alternativas aos modelos existentes (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MILANESI, 1990,1991,1997; OBATA, 1999). Ação cultural, popular, comunitária ou interativa, todas as tentativas de quebra de paradigmas buscam estabelecer um órgão público que tenha autonomia e eficiência na difusão da informação.

Há que se observar que a evolução do modelo de biblioteca que saiu do paradigma da conservação para o paradigma da difusão colaborou com a estrutura da produção livreira, permitindo a reprodutibilidade dos materiais impressos, e conseqüentemente a revelação de um novo público de leitores. No entanto, foram pequenas as alterações no sentido de propiciar ao público o conhecimento, visto que os modelos tradicionais continuam a se preocupar com a preservação e a disseminação de materiais impressos de forma predominantemente didática.

Mesmo se admitindo a idéia de que as bibliotecas existem para o público, há uma segmentação que canaliza diferentes públicos para diferentes tipos de bibliotecas. Assim, algumas bibliotecas farão uma mediação muito mais satisfatória para os seus usuários, caso, principalmente das especializadas e universitárias. Não se pode dizer a mesma coisa quando da mediação da informação em uma biblioteca pública. Assim, elas existem para o público, mas não necessariamente com a informação necessitada pelo usuário.

Busca-se, então, uma nova concepção de biblioteca que cubra uma parcela importante da sociedade, aquela que, não tendo acesso à demanda de serviços essenciais, é excluída da vida social. Observa-se, também, que embora alguns autores teorizem sobre espaços alternativos (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, 2004; MILANESI, 1990, 1991, 1997; OBATA, 1999), todos eles orientam seus modelos alternativos tendo como base acervos constituídos. A diferença para os modelos tradicionais é que ampliam a visão de direcionamento, já que buscam a diversidade cultural e usos múltiplos.

Nesta pesquisa, a despeito de se discutir a necessidade de informação na comunidade, não se discute a concepção de uma biblioteca com tendência para o exercício da cidadania como se quis em determinado momento, com as bibliotecas de grande poder de interação entre os espaços e a comunidade, mas a concepção de um espaço estatal que permita a contemplação das necessidades de informação dos comunitários, tratando, sim, do exercício de cidadania, mas sem os dogmas tão propagados na segunda metade dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990 do século 20.

Ao poder público cabe promover os meios de inclusão social que possibilitem a superação de desigualdades e a promoção do bem estar. Essa postura política, concretizando-se, possibilitará uma nova situação para comunidades carentes, uma população periférica, com reflexos no desenvolvimento social que passa por uma concepção de conhecimento e educação.

Esta inclusão consiste em garantir que o avanço das tecnologias de informação e comunicação, resultante em grande número de aplicações, como o ensino à distância, possa melhorar significativamente a qualidade de vida dos cidadãos. Cabe ao poder público aproximá-las dos cidadãos para que se cumpra o que é preconizado no Programa Sociedade da Informação no Brasil (TAKAHASHI, 2000), caso contrário esse significado fica restrito aos cidadãos que podem pagar bens e serviços das empresas que ganharam competitividade. É a informação sendo dominada pelo mercado, que a vende aos cidadãos que têm poder de compra.

A confirmação dessa dominação do mercado, cria um conjunto de circunstâncias, com o qual teóricos e analistas do desenvolvimento social se preocupam, ou seja, a de que as tecnologias da informação e comunicação, tanto podem significar “oportunidade de redução de disparidades” quanto “risco de agravamento da situação atual” (TAKAHASHI, 2000, p. 9). Assim, “ao sabor do mercado, sem uma política que proporcione igualdade de oportunidades de acesso a essas tecnologias, haverá concentração ainda maior da utilização dos novos meios nas grandes empresas e segmentos sociais de renda mais elevada, nos centros urbanos mais populosos” (TAKAHASHI, 2000, p. 9).

A Sociedade da Informação no Brasil, no seu programa, considera que “As bibliotecas públicas, em particular, devido ao seu número, distribuição pelo País e perfil de freqüência, são pontos especialmente importantes a considerar em uma estratégia nacional” (TAKAHASHI, 2000, p. 64).

Quando da divulgação do documento sobre a Sociedade da Informação no Brasil, no ano 2000, o País contava com 3.500 bibliotecas públicas em 3.288 municípios, com uma freqüência média de 750 visitas/mês por bibliotecas,

excluindo-se as das metrópoles com 1.500 visitas/dia. O documento Livro Verde⁶ registra ainda a aquisição de livros na ordem de 1.460.000 no ano de 1997. Como se reconhece, no documento, a freqüência às bibliotecas públicas é basicamente de estudantes, o que reforça o que relata a literatura da área, que elas se configuram como grandes bibliotecas escolares. E cria um viés de que esses 1.460.000 adquiridos, no ano de 1997⁷ são em sua grande maioria didáticos.

Os números são extremamente modestos em termos de recursos para um País que quer integrar uma Sociedade de Informação Mundial e que tem como objetivo democratizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação. Na segunda metade da década de 1990 do século 20 foi estabelecido junto ao Ministério da Cultura (MINC) o programa “Uma biblioteca em cada município”, ao custo unitário de R\$ 30 mil. Em quatro anos foram implantadas 687 bibliotecas, uma média de 171 bibliotecas/ano, e um gasto um pouco acima dos R\$ 5 milhões por ano para algo cuja pretensão é tornar possível a prática do conhecimento. Essas bibliotecas públicas, dotadas de conexão telefônica, são os pontos focais para a capilarização do acesso às informações globais e a criação de conteúdos locais.

Observa-se que os investimentos são mínimos para a proposta da Sociedade da Informação no Brasil, principalmente quando se propõe criar “mecanismos para a produção de conteúdos por parte da comunidade” e promover “a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias” (TAKAHASHI, 2000, p. 65). Esses dois aspectos são fundamentais para a promoção do bem estar social, uma vez que as áreas carentes seriam contempladas, numa tentativa de redução das desigualdades sociais, tanto no acesso à informação, quanto na possibilidade de produção de conteúdos da própria realidade.

⁶ Sob a responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), contém as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação e foi elaborado pelo Grupo de Implantação do Programa sob a responsabilidade de Tadao Takahashi.

⁷ Considerando-se as 3.500 bibliotecas públicas funcionando, e admitindo-se a distribuição equitativa, isso permite a incorporação de 417 livros/ano, ou 34 livros/mês em cada biblioteca. Esse número torna-se volátil se for considerado o número de habitantes do País, na casa de 170.000.000 (2000).

Há locais que simplesmente são esquecidos pelas forças dominantes, excluindo pessoas e territórios, relegando-os a uma irrelevância estrutural; assim, núcleos habitacionais vão surgindo e fazendo o seu próprio caminho. Um recorte interessante para ser olhado quanto ao descuido governamental é na educação: quantos têm níveis suficientes de leitura? Quantos fizeram o ensino formal?

A Era da Informação, que determina uma nova correlação de forças no mundo globalizado, é indiretamente responsável por uma nova geografia política, no momento em que a tecnologia provocou um novo modelo de capital. Para Castells (2000, p. 194) “o que costumava ser chamado de Segundo Mundo (o universo estatista) desintegrou-se, demonstrando-se incapaz de dominar as forças da Era da Informação”. É simbólico o que relata o filme “Adeus Lênin”, de Wolfgang Becker, 2003. Além de mostrar o controle da informação pelas autoridades políticas que impediam o contato com o Ocidente; mostra um drama particular em que a televisão é o principal veículo de informação. Quando a Sra. Kenner desperta de um coma, o seu filho, Alexander Kenner, teme dar-lhe a notícia da queda do muro de Berlim. Os problemas surgem quando ela pede para por uma televisão no quarto em que está confinada.

Segundo CASTELLS (2000, p. 386) duas macro tendências caracterizam a Era da Informação: uma é a globalização da economia, da tecnologia e da comunicação, e a outra é a afirmação paralela da identidade enquanto fonte de significado. Cria uma nova hierarquia social que tem como base a cultura como fonte de poder e o poder como fonte de capital.

CASTELLS (2000, p. 427) advoga a tese de que a nova estrutura social é uma sociedade em rede, onde a produção e o poder constituídos em rede constroem “a cultura da virtualidade nos fluxos globais”. A ciência e a tecnologia, cada vez mais inevitavelmente superiores, terminam por provocar situações de descontrole social. No filme “Por um fio”, de Joel Schumacher, 2002, vê-se um exemplo do descontrole da tecnologia, quando um cidadão é exposto e fica indefensável frente aos avanços tecnológicos, perdendo totalmente a sua individualidade. Ao atender a um telefone em uma cabine pública, Stu (Colin Farrell) é vítima de chantagem. De dentro de uma cabine telefônica, ele vê sua

vida ruir a partir de suas ligações do celular. A sua vida invadida por um estranho é resultado dos avanços da Tecnologia da Informação e da Comunicação.

A questão das liberdades individuais, segundo Bauman (1998, p. 251) se vê comprometida pelo processo global que aprofunda a divisão entre as classes sociais. Para ele a pobreza relativa dos excluídos está crescendo, e estes se desesperam ao constatarem o aprofundamento da exclusão. A ausência do Estado nas comunidades é o toque de Midas ao contrário. Uma outra ótica da economia, com a substituição do emprego estabelecido pelos serviços terceirizados e o corte nas despesas sociais, cresce inevitavelmente. Agravam-se os problemas para fazer frente a serviços necessários como educação e saúde e os seus inevitáveis desdobramentos em materiais e medicamentos. Os já excluídos vão se isolando cada vez mais num sistema globalizante que aprofunda a exclusão em detrimento da inclusão e os semi-excluídos são tangidos num novo panorama, mais desesperador.

A constatação da situação de carência a que estão submetidas as comunidades pesquisadas afastam os benefícios do processo de globalização econômica. Mesmo se vivendo o impacto de uma sociedade tecnológica, o que isto tem favorecido à vida prática das comunidades nessa época de desenvolvimento tão proclamado?

Encontramos em “Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo por nós” de Anthony Giddens (2000) argumentos para dizer que a globalização nada está fazendo por nós. A hipótese de Karl Marx, de que o mundo se tornaria mais estável e ordenado a partir do desenvolvimento e da tecnologia, não se concretizou (GIDDENS, 2000, p. 14). Como os meios de comunicação podem atuar para passar informações que ajudem as comunidades carentes a entenderem os processos globalizados a que estão sujeitos?

A mídia, em particular a televisão, tem uma dupla relação com a democracia. Por um lado [...] a emergência de uma sociedade global da informação é uma poderosa força democratizante. Por outro, a televisão e os outros meios de comunicação tendem a destruir o próprio espaço público que abrem mediante uma incansável banalização e personalização das questões políticas (GIDDENS, 2000, p. 88).

Dois termos se tornariam conhecidos a partir dos anos 1970 do século 20: sociedade da informação e tecnologia da informação. Briggs e Burke (2004, p. 193) relatam que bem antes, no século 17 e 18, a informação era geralmente descrita como inteligência, e que o termo, derivado do latim, além de “relatar os fatos”, significava “formar a mente”. Para os autores, entretanto, essa importância (associação com a inteligência) ficava restrita a alguns círculos como os políticos e científicos. Trinta e cinco anos depois, em pleno século 21, a realidade dessa nova sociedade (Sociedade da Informação) não provocou mudanças tão significativas em comunidades como as aqui apresentadas.

A informação é um processo essencial e necessário na vida de qualquer comunidade. A ausência de condições mínimas de infra-estrutura coletiva sempre foi um fator de enfrentamento. Nesse procedimento onde a comunidade instrumenta-se para buscar soluções? Na biblioteca pública da comunidade? E este órgão, formatado tradicionalmente, responde a essa demanda de informação?

E quando este órgão público (biblioteca ou similar) não existe, como o indivíduo terá suas necessidades atendidas? Sem a existência de um ponto público de apoio, não terá respostas para suas questões, as informações não passarão pelo fluxo informacional; não sendo selecionadas, irão se perder nos canais informais, não serão indexadas e conseqüentemente não serão analisadas.

Como trabalhar as necessidades de informação sem a existência de uma entidade que sirva como referência? Existe a necessidade de um ponto público que atenda as demandas, as buscas por informação. Assim como o Estado trabalha o registro e a preservação das suas decisões, o indivíduo necessita de um órgão que sirva como apoio para seus atos.

O surgimento de uma biblioteca em uma borracharia na periferia de São Paulo, que empresta livros para a comunidade, ou o caso da criação de uma biblioteca em uma favela no Rio de Janeiro, formada por um pedreiro a partir de livros que iriam para o lixo, são fatos que ensejam uma reflexão sobre a importância e a necessidade da instituição de informação junto às comunidades. Outras iniciativas do gênero têm acontecido como a “bibliojegue”, uma biblioteca

móvel em Alto Alegre do Pindaré, no Maranhão, ou as “bibliotecas em albergues”, levando livros aos moradores de rua em São Paulo (DIMENSTEIN, 2006), ou, ainda, como a “biblioteca da Ocupação Prestes Maia”, no centro de São Paulo (PRÉDIO..., 2006).

A biblioteca pública, inicialmente tida como instituição voltada para eruditos, intelectuais e literatos, consolidou-se como órgão voltado para um público maior cumprindo funções de educação, instrução, formação, lazer e cultura para todos. Convencionou-se, modernamente, que a ela compete oferecer oportunidades para a melhoria de vida dos cidadãos, através dos seus acervos. Viu-se na necessidade de reformular-se e buscar novas funções e com elas novos clientes. A necessidade de reformulação passou pela criação de atendimento das necessidades desses novos clientes.

O papel de organismo importante para a sociedade veio com o advento da imprensa e o crescimento bibliográfico. Mais bibliotecas públicas surgiram. Vistas como órgãos que contribuíram para a democratização das oportunidades sociais, por meio dos instrumentos formais de educação e cultura, suas funções vêm se ampliando. O conceito de órgão moderno está associado ao avanço tecnológico.

Há transformações em curso nas bibliotecas públicas. A própria evolução social propõe transformações: por um lado, mudanças de ordem de conteúdo, bibliotecas com informação social, subsidiando as práticas do cotidiano; por outro lado, mudanças de ordem tecnológica, bibliotecas com informação especializada, possibilitando a conexão com o mundo globalizado. No entanto, tais transformações continuam distantes de vários segmentos da sociedade, e não configuram efetivamente a mudança.

Tais mudanças implicam em oferecer oportunidades para melhoria de vida, ou seja, ofertar informações que possibilitem ao cidadão a construção de um padrão sócio-econômico melhor. Tal consideração se insere no princípio do fundamento informador da biblioteca; isso, a partir da consideração de que a informação é base para o desenvolvimento social.

Essas mudanças, com a perspectiva de integração social, pressupõe que a informação seja contemplada em novos suportes documentais. Assim, o mais

famoso deles, o livro, ganha concorrentes. Para Henri-Jean Martin, citado por Chartier (1994, p. 95), “o livro não exerce mais o poder que teve; ele não é mais o mestre de nossos raciocínios ou de nossos sentimentos em face dos novos meios de informação e de comunicação dos quais a partir de agora dispomos”. Estavam em curso, à época, as mudanças de suporte da produção, transmissão e recepção da informação, superando, mas não enterrando, os suportes tradicionais, o livro e o periódico. A eletrônica assume o processo de mudança, e a biblioteca pública não foi inserida na ação. Estava aquém, muito aquém de poder participar desse processo .

A este respeito, Milanesi (1991), diz que as mudanças são lentas e acontecem nas regiões mais desenvolvidas do País. No entanto, observe-se que as mudanças a que ele se reporta são “algumas atividades pouco ortodoxas [...] integradas na rotina de bibliotecas públicas – como ‘a hora do conto’ que engendra até dramatizações com o público infantil. Exposições também são freqüentes, bem como palestras” (MILANESI, 1991, p.169). Tais atividades não revelam mudanças nas atitudes em relação ao usuário, mas oferecimento diferenciado de serviços. O tempo e a ação dos bibliotecários dentro de uma nova preparação acadêmica é que conduziram a tais posturas, da mesma forma como a modernidade tecnológica levou para dentro das bibliotecas os novos suportes documentais de informação (vídeo, DVD, PC, CDROM, etc.).

Esses novos suportes documentais abrem a perspectiva de novos horizontes na biblioteca para o público usuário, como afirma Milanesi:

Como ponto fundamental, deve ser destacado que nela o público não é um receptor passivo: ele pelo menos escolhe aquilo que deseja ter entre centenas, milhares de possibilidades. A biblioteca é um espaço informativo e deve ser sempre entendida assim (MILANESI, 1986, p. 171).

Esses novos suportes vão criar milhares de possibilidades de informação, e a biblioteca como espaço informativo tem um desafio, uma vez que “a informação se desdobra ao infinito: novas ligações são descobertas e novidades são anunciadas com uma freqüência e volume que praticamente nenhuma biblioteca

tem condições de cobrir” (MILANESI, 1986, p. 174). É com essa informação infinita que deve se preocupar a biblioteca. Os estudantes, bem ou mal, têm sido atendidos pela biblioteca pública; no entanto, o público potencial (aquele que pode usar, mas não o faz) vê-se diminuído na transposição para público real, uma vez que este último é assumido pelo perfil estudantil. Não por culpa do estudante, mas de todo um processo em que a biblioteca pública não ocupou o seu espaço como deveria.

É comum na literatura a representação da biblioteca pública como um órgão leniente, apático, que se destina apenas à preservação dos documentos. Essa foi a tônica da sua construção através dos tempos. Coletar, catalogar, classificar e armazenar foram formas verbais assimiladas e difundidas durante longo tempo. Selecionar e disseminar serão conjugados mais tardiamente (MILANESI, 1986).

O ato de informar, vinculado às bibliotecas, está diretamente ligado a acervos que são disseminados ao público. A ótica da biblioteca: atender demandas, disseminando documentos, que por sua vez contêm as informações. Mas esses documentos contêm, de verdade, as necessidades de informação do público? Essa é a questão que se coloca. Administrar o fluxo de informação seria ir mais além do que a demarcação de conhecimento do acervo existente. Para isso seria preciso estabelecer qual o objetivo de informar da biblioteca para com a sua comunidade. Hoje, em essência, as bibliotecas não passam “na maioria, de amontoados de livros velhos para uso de escolares obrigados a fazer aquilo que se convencionou chamar pesquisa” (MILANESI, 1990, p. 74).

As bibliotecas, sujeitas à burocracia estatal, ficam presas a políticas públicas que não contemplam as necessidades informacionais das áreas da educação e da cultura. E as bibliotecas, as prestadoras de serviços de informação, funcionam mais como repartições públicas e menos como instituições culturais. Não é sem propósito que Milanesi (1990, p. 97) observa que “antes de juntar um acervo com preocupações mais numéricas do que qualitativas, é necessário averiguar quem estará entre os livros e o público e, inclusive, qual é a necessidade que esse público tem de informação” .

É justamente a partir dos serviços e acervos que as mudanças podem ser concretizadas. Os vários exemplos de bibliotecas comunitárias, ou alternativas, as que trabalham especificamente com livros, como as da borracharia e dos albergues, e do prédio ocupado, em São Paulo, a da favela, no Rio de Janeiro, ou a móvel, no Maranhão, mostram essa necessidade de encontrar formas de atuação que possam garantir a participação da comunidade, que possam contar com a presença do público. Assim, quanto aos

- serviços: existe a necessidade de ações que contextualizem a informação além do conhecimento formal exposto em documentos;
- acervos: existe a necessidade de refletir de forma crítica as aspirações da comunidade, estabelecendo uma relação de compreensão entre as instituições e o usuário.

Essas mudanças não acontecerão sozinhas, mas acompanhadas de uma política de informação valorizando o usuário e não o suporte informacional. As transformações de ordem social, ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 do século 20, valorizaram os canais de difusão com conteúdos sociais, sem, no entanto, exibir a mesma valorização dos usuários de tais canais. Isso se evidencia a partir das experiências com as bibliotecas alternativas, quando algumas práticas, embora dedicadas aos seus usuários, na verdade, priorizavam os processos da preservação documental (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). Mais adiante, o processo tecnológico, que inicialmente encantou a todos, não deixou espaço para atitudes que tornassem o usuário um ator dos procedimentos, e este continuou como usuário espectador dentro do processo de uma biblioteca tradicional.

É conhecida a dificuldade que o público/usuário tem em conseguir a informação desejada na biblioteca pública. Imaginar que a biblioteca tenha sempre a informação desejada é supor privilégios em uma sociedade que tem dificuldade em entender os problemas dos órgãos públicos, ou os aspectos da sua necessidade cultural (leitura, informação, comunicação) que deveria ser atendida pelo Estado.

Hoje “a informação é elemento essencial estratégico para produzir e aprofundar o conhecimento sobre problemas e adequar intervenções visando a sua solução” (DRUMOND JÚNIOR, 2002, p.7). Dessa forma, pode-se pensar na importância da informação para o conhecimento da realidade na sociedade. A esse respeito, Drumond Júnior afirma que:

Ninguém mais, de boa fé, discute a necessidade delas. Há, é verdade, muita confusão, muita idéia falsa, muito conceito errado. Tudo isso é normal. A própria noção da utilidade das bibliotecas progrediu muito devagar através dos tempos” [...] o que precisamos é criar e organizar bibliotecas modernas, equipadas para atender não somente ao povo ou às elites, mas a todo cidadão.” [...] “Como esperar que elas sejam utilizadas se estão instaladas sem o menor conforto para os leitores; se não possuem catálogos modernos, que facilitem a procura dos livros; se não têm dinheiro para a compra do que aparece; se não dispõem de pessoal habilitado, capaz de orientar o consulente; se nada fazem para atrair o público?” (DRUMOND JÚNIOR, 2002, p.15, 17, 28).

Numa época em que se preconiza a ‘Sociedade da Informação’, em que a gestão do conhecimento torna-se a norma, a escola como fundamento é o padrão que exige acessórios cada vez maiores. A escola é uma passagem que descortina o mundo. Assim, cada vez mais, faz-se necessário o desenvolvimento de outras capacidades como conhecimento de mundo, em que a biblioteca pública terá um papel importante.

Na verdade, a acepção do termo conhecimento foi se distendendo à medida que novos suportes documentais foram surgindo. Assim, o conhecimento tradicionalmente buscado em livros passou a ter outros suportes complementares (diapositivos, slides, filmes, etc.). Os conceitos de informação em biblioteca, então, passaram a ser revistos e sofrer mudanças.

Contudo, no geral, a maioria das atividades desenvolvidas é tradicional, cumprindo funções da informação impressa. A informação disponível cristaliza-se no acervo livreiro, o caminho mais curto e previsível do atendimento ao usuário. Se a biblioteca não tem a informação que o usuário necessita, deve, então, indicar-lhe caminhos, indicar lugares em que o usuário possa satisfazer tal necessidade. Para isso precisaria dispor de recursos tecnológicos que

permitissem, por meio de equipamentos, consultas *on line* a outros órgãos públicos e privados. É um outro tipo de biblioteca ou um órgão similar, um órgão oficial gestor de informação pública, um centro de informação que atenda demandas requeridas e discuta a comunicação das informações.

É inegável o papel que a informação tem desempenhado na sociedade em termos econômico, social e cultural. O mundo em mudança tem provocado desenvolvimento de diferentes países em suas economias e modos de vida social. Essas mudanças têm exigido um processo qualificado de informações, criando-se assim uma sociedade globalizada em informação: a sociedade da informação (MOORE, 1999).

Tal sociedade tem se configurado baseada em três características: a informação como recurso econômico; a ampliação do número de usuários em informação; e a satisfação da demanda de meios e serviços de informação (MOORE, 1999).

Ao preconizar que a sociedade passou a viver uma nova era a Era da Informação, a comunidade científica e os meios de comunicação criaram uma nova sociedade, a Sociedade da Informação. No entanto, o que se preconiza para essa Sociedade não a atinge igualitariamente, posto que o conjunto de ações ocorre com o pensamento no mercado, na tecnologia da informação. Com isso, posterga-se o princípio maior que deveria estar associado a essa nova Era: informar. No momento em que a revolução se processa dentro de um conjunto tecnológico com a informação custando caro, pelos custos de investimento em novas tecnologias, diminuem as oportunidades para que a sociedade, como um todo, possa beneficiar-se.

Ao pensar-se numa sociedade informacional, com características de informatizada, pensou-se no mundo dos negócios. Entretanto, é preciso que se pense nas realidades sociais de uma globalização tão desigual. Como adverte Davenport (1998, p. 12), é preciso levar em consideração o ambiente da informação como um todo, levar em conta “os valores e as crenças empresariais (cultura); como as pessoas realmente usam a informação e o que fazem com ela (comportamento e processos de trabalho)...”. Mais que isso, é preciso considerar

os valores e as crenças comunitárias, também, uma preocupação com a cultura. O comportamento e os processos de trabalho, preocupação de Davenport, são os equacionadores da situação, posto que só a abordagem administrativa com a perspectiva de negócios não determinará a Sociedade da Informação, quando muito o mundo dos negócios da Informação.

A parafernália tecnológica, surgida e implantada em nossa época, como fruto da maior e mais veloz revolução técnico-científica, não veio exatamente nos ajudar a decifrar os enigmas e a explorar nossos potenciais de criatividade e lucidez. Veio, bem mais, nos entreter, amansar, resignar, enquadrar, simplificar, amesquinhar, entulhando-nos de mesmice, mau gosto, brutalidade, mediocridade, pobreza intelectual, incapacidade de pensar o abstrato, emoções e instintos primitivos, num avassalador supermercado de desumanidades e enganosas quinquilharias” (MONSERRAT FILHO, 1994, p .97).

Neste sentido, os discursos e as práticas da informação no contexto da modernidade, vislumbram uma divisão de classes operada no poder econômico. Assim, os que possuem capital têm acesso à cultura oficial, e os que não têm capital, os excluídos, não possuem os meios e os canais de expressões e disseminação das suas concepções de mundo (MARTELETO, 1994).

Para Marteleto, a informação possui um caráter normativo, um valor de referência cultural, sendo assim,

[...] a informação representa o elemento mediador das práticas, das representações e das relações entre os agentes sociais, por um lado. Por outro lado, ela constitui hoje mais uma maneira de lidar com a realidade, do que propriamente um elemento estanque, ou registro da tradição (MARTELETO, 1994, p. 133).

A expansão do capitalismo, a organização mínima de Estado e o progresso científico e tecnológico vão criar uma idéia de informação que assume um caráter público. Entretanto, o que se esperava do avanço tecnológico (através da modernização e da aplicação da racionalidade instrumental) e do nivelamento da informação (pela abrangência do setor educacional, modernização e ampliação dos meios de comunicação – sobretudo a imprensa), responsáveis pelo progresso e pela paz, não se realiza (MARTELETO, 1994).

7 COMUNIDADES CARENTES E A NÃO-INFORMAÇÃO

As diferenças sociais estão postas. Basta percorrer as ruas de terra batida (na sua maioria) e mal iluminadas do Grande Rosa Elze, para perceber que elas estão presentes. Presentes como um todo, em toda a região, e mais acentuadamente de modo específico em algumas localidades da região. Assim se processam as diferenças, as diferenças entre os iguais. Para Bauman (1998, p. 193) “as diferenças nascem quando a razão não está inteiramente desperta ou voltou a adormecer”.

A análise de Bauman se sustenta na perspectiva de existência das comunidades desde sempre e se dá em torno das comunidades sociais das minorias, dos grupos de iguais. Entretanto, o discurso pode ser associado também ao conjunto, ao coletivo, independente das comunidades das escolhas individuais. Assim, como estas (as comunidades de escolhas individuais) as outras (as comunidades coletivas de excluídos socialmente) precisam ser defendidas para sobreviver (BAUMAN, 1998).

Segundo Girard, citado por Bauman (1998, p. 223), “o nascimento da comunidade é antes e acima de tudo um ato de separação”. O texto de Bauman trata de comunidades minoritárias e se centra nas questões de gênero e das etnias. No entanto, trazendo para o corpus deste trabalho e apropriando-se da teoria ensaiada, as comunidades, a exemplo das analisadas neste trabalho, são minorias segregadas do urbano. A instalação do Campus da Universidade Federal de Sergipe em área rural, que terminou se transformando em área urbana, e posteriormente em grande aglomerado populacional denominado de Grande Rosa Elze, é a separação do urbano civilizado, quando se pensou na metropolização de Aracaju para desafogar o seu centro.

Assim, como as comunidades étnicas ficam à mercê de estranhos, na falta de “fundamentos institucionais confiáveis”, as comunidades urbanas, dentro da sua diversidade, enfrentam dificuldades pela participação na comunidade não ser predeterminada ou institucionalizada (BAUMAN, 1998, p. 224). As comunidades urbanas, tipo Grande Rosa Elze, são segregadas, separadas pela ordem

financeira, diferentemente das analisadas por Bauman, que são minorias de gênero e raça ou etnias.

O que as comunidades precisam acompanhar para inserirem-se na Sociedade da Informação diz respeito ao desenvolvimento econômico e à mudança tecnológica. Há uma mudança na forma de pensar a economia, e o setor terciário tem avançado no mundo como um todo, orientado pela forma com que a informação está sendo tratada e disseminada devido às tecnologias da informação e das comunicações.

Essas tecnologias da informação e das comunicações terminam por criar redes de conexão com a perspectiva de integração social. Essas redes estão espalhadas globalmente seja geográfica, política ou economicamente o que constitui uma nova morfologia social das sociedades em que vivemos (CASTELLS, 1999, p. 497). Com o ritmo globalizado a economia se processa de forma informacional, ou seja, instituições e governos dependem da capacidade que cada um tem de “gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos” (CASTELLS, 1999, p. 87).

Ainda de acordo com Castells (1999, p. 497) a difusão das redes modifica “de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Então, em qualquer comunidade tais pressupostos, em princípio, são validados tomando-se como premissa que esse novo modelo (a nova morfologia social) “fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 497).

Essa nova forma de vida social, explorando as diferenças locais, com o global interferindo no local, cria novas identificações globais e novas identificações locais, mexendo na questão da identidade que está presente nas questões comunitárias como uma discussão do indivíduo moderno (HALL, 1997; CASTELLS, 2000; BAUMAN, 1999). Os autores mencionados identificam o surgimento de novas identidades acompanhando um mundo também novo, moderno, globalizado. Estabelece-se uma crise de identidade desestabilizando as estruturas até então estáveis no mundo. Existe um deslocamento do indivíduo do seu lugar no mundo social e cultural que constitui esta crise (HALL, 1997).

Stuart Hall estabelece uma concepção de identidade que parte do sujeito do iluminismo (voltado para si mesmo) passando pelo sujeito sociológico (que se relaciona com outros), chegando ao sujeito pós-moderno (fragmentado, composto de várias identidades que compõem a nova sociedade). Uma sociedade de mudança constante, rápida, abrangente, contínua, que tem, segundo Giddens, citado por Hall (1997, p.16) as práticas “constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter”. (grifo nosso).

A identidade nacional não nasce com o sujeito, mas forma-se com ele, e transforma-se no interior de representações. A representação diz respeito ao conjunto de significados da cultura nacional. As comunidades, assim como a Nação, são simbólicas, o que explica o “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade” (SCHWARZ citado por HALL, 1997, p. 53). A identidade e lealdade estão simbolicamente representadas nas entidades sociais, que lutam no cotidiano comunitário, que são as associações de moradores de bairros.

E como é construída essa identidade nacional? Para Hall (1977, p. 56-60), a partir da inclusão de cinco elementos principais:

- 1 - pela narrativa da ação: representação das experiências partilhadas (estórias, imagens, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais) – ênfase na continuidade (tradição e herança);
- 2 - ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade;
- 3 - invenção da tradição: conjunto de práticas (ritual ou simbólica) que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição;
- 4 - mito fundacional: origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante;
- 5 - a idéia de um povo puro, original.

O discurso da cultura nacional constrói identidades de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. É o equilíbrio entre glórias passadas e o avanço em direção à modernidade (HALL, 1997, p. 61). A questão é saber se a cultura e a identidade

nacionais são realmente unificadas. Hall (1997, p. 63) citando Renan, diz que, se unificadas, então fazem a “comunidade imaginada”, sustentada em três conceitos:

- 1º - as memórias do passado;
- 2º - o desejo por viver em conjunto;
- 3º - a perpetuação da herança.

Hall (1997, p. 71), citando McGrew, refere-se à globalização como “processos atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo em realidade e em experiência, mais interconectado”, mas adverte que “as identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização” (Hall, 1997, p. 73).

Considerando-se a comunidade do Grande Rosa Elze, o sonho da sociedade em rede da tecnologia da informação e das comunicações ainda não se concretizou, pois a interconexão não é realidade. Sujeita ao processo de comunicação de massa, ela tem sua cultura moldada por uma lógica de redes que, segundo Castells, “modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (1999, p. 497). É o processo de comunicação que molda a cultura, que não deixa ver a realidade como ela é, mas do ponto de vista das linguagens, que são mídias que constituem metáforas que criam o conteúdo da cultura (CASTELLS, 1999).

Essa interferência na cultura das comunidades, deslocando-as para uma cultura globalizada, pode ser originada no que Castells (1999, p. 356) denomina de “a síndrome do menor esforço que poderá explicar a penetrabilidade da comunicação pela TV no cenário mundial”. Esse esforço mínimo se consolida “porque a TV apela à mente associativa/lírica não envolvendo o esforço psicológico da recuperação e análise da informação...” (CASTELLS, 1999, p. 357). Para Postman, citado por Castells (1999, p. 357) a “TV é mais adequada para conversações casuais”, diferente da mídia impressa que sistematiza as informações:

Possivelmente, a tipografia tem a tendência mais forte para a elucidação: capacidade sofisticada de pensar de maneira conceitual, dedutiva e seqüencial; alta valorização da razão e ordem; aversão à contradição; grande capacidade de desligamento e objetividade; e tolerância à resposta atrasada (Postman, apud CASTELLS, 1999, p.357).

É evidente que a tecnologia desenvolvida e aplicada na televisão a cabo não alcançou as comunidades carentes similares às aqui apresentadas neste estudo; não houve uma segmentação de público conforme se desejou, e a audiência televisiva continua massificada em rede aberta. Uma confirmação disso se dá na pesquisa aplicada no Grande Rosa Elze, quando as 68 pessoas que responderam ao questionário disseram ter aparelho de televisão, enquanto que só uma deles informou ter TV a cabo. Embora não exista levantamento oficial da recepção de TV a cabo no município de São Cristóvão, dos 15.830 domicílios existentes, 13.845 possuem aparelho de televisão (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001).

A lógica de que a TV de longo alcance, antenas parabólicas e TV a cabo, permitindo novas opções de informação possibilitaria uma nova forma de audiência, aproximando-se dos excluídos, é contraditória com a lógica de mercado, com o qual cada vez mais a televisão como um todo se vê envolvida. Castells (1999, p. 365) mostra como os investimentos se tornaram “generosos no campo das comunicações com a formação de megagrupos e alianças estratégicas para conseguir fatias de um mercado em completa transformação”. A formação desses megagrupos impôs derrota ao setor público com ganhos visíveis da iniciativa privada: na França o TF1 foi privatizado; na Espanha a TV privada passou a dominar o mercado, assim como na Rússia; no Japão as redes privadas fazem frente à rede pública; e no Reino Unido a BBC começa a privatizar parte de seu negócio público. A televisão torna-se mais comercial e mais oligopolista globalmente (CASTELLS, 1999, p. 365).

Isso faz com que as redes discutam a globalização pensando nos interesses de mercado. Enquanto isso, as comunidades carentes continuam excluídas do processo de globalização, uma vez que não participam das oportunidades possibilitadas pela comunicação eletrônica. Essa via tecnológica,

mundialmente articulada, é uma ferramenta de poder incrustada nos meios econômicos e sociais mais desenvolvidos.

Desse modo, as comunidades carentes, excluídas desse mundo eletrônico globalizado, ficam dependentes da atuação do Estado com a iniciativa de políticas públicas, que manifestem apoio à importância da informação nas comunidades carentes.

Definindo-se comunidade a partir de uma célula da nação e tomando o conceito de nação exposto por Castells (2000b, p. 69), tem-se, então, que a comunidade é construída a partir de um coletivo de pessoas em busca de pressupostos de igualdade social. Busca-se, com a formação de comunidades e suas representações de moradores, discutir um projeto social fundamentado na nova Era da Informação em que direitos de igualdade se sobressaem na esfera global. Na verdade se constituem em células locais, que com suas características culturais específicas almejam o compartilhamento político independente de partidos. No entanto, a prática, inevitavelmente, leva ao atrelamento político, como acontece com as comunidades do Grande Rosa Elze, conforme depoimentos de líderes das associações comunitárias (APÊNDICE C, p.158).

Nas comunidades estão os grupos articulados em associações de comunitários sujeitos ao conjunto de metas que Castells (2000b) sugere para os movimentos urbanos, que são as necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo, a afirmação da identidade cultural local e a participação na qualidade de cidadãos. Exclui-se a conquista da autonomia política, pois isto não é objetivo a ser alcançado pelas comunidades de moradores. Na verdade, existe a sujeição a partidos políticos, e, portanto, a necessidade de autonomia desse processo de apêndice, mas não de autonomia política. As comunidades, ao ressentirem-se da ausência de políticas públicas, vêem nas associações a solução de suas necessidades.

Para Castells (2000) a desigualdade está presente na sociedade quando renda e bens são apropriados de forma a estabelecer diferencial entre indivíduos e grupos sociais que interagem entre si. Têm-se, então, as comunidades mergulhadas na pobreza, que Castells (2000, p. 96) conceitua como o conjunto

que vive com recursos que não permitem atingir um padrão de vida mínimo para a sociedade.

A exclusão social por sua vez não quer dizer que atinja a miséria – pobreza extrema. Ela está associada à “tendência comum de se excluir permanentemente determinados segmentos da população dos mercados de trabalho formais” (CASTELLS, 2000, p. 97). Além disso, a exclusão social é resultado de políticas públicas que apenas criam condições mínimas de serviços, de forma que não conseguem suprir o que a diferenciação na distribuição de renda provoca ao cidadão excluído.

A presença do Estado em áreas excluídas pela diferenciação na distribuição da riqueza oportunizaria fluxos de informação através da infraestrutura tecnológica básica que permite a comunicação na Era da Informação. Essa comunicação se revela fundamental nos processos de produção e consumo atuais, e, portanto, não existindo, “resulta em uma geografia extremamente irregular de exclusão e inclusão territorial/social, que desabilita grandes segmentos da população...” (CASTELLS, 2000, p. 99).

Castells, em sua análise sobre o sistema de exclusão social (tomando como exemplo os guetos dos centros de cidades norte-americanas) culpa o Estado por sua crise que ele denomina de crise do “Estado do bem-estar-social”, que seria a responsável pela inclusão dessas minorias, sustentando programas sociais urbanos e políticos de condições sociais, econômicas e habitacionais. Não há como negar que o Estado vem reduzindo os seus quadros de funcionalismo público dentro de uma proposta de Estado mínimo, e, por conseguinte, tem-se o encolhimento da oferta de serviços sociais e de empregos no setor público.

Nessa rotina da exclusão, as comunidades, mesmo presentes no mercado de trabalho, ocupam postos cada vez mais terceirizados. Além disso, migram para o campo da informalidade. Para Castells (2000, p. 421) tal situação gera “crises profundas na vida familiar: perda temporária de emprego, crises pessoais, doença, vícios em drogas/álcool, perda de empregabilidade, perda de bens, perda de crédito”.

Então, quais os possíveis recursos, quais os meios (de informação) que as pessoas possuem para enfrentar a realidade do cotidiano de comunidades carentes? Associa-se sempre essa contribuição com a essencialidade do processo de informação de rompimento com a exclusão e na busca de um equilíbrio econômico e social. Alguns estudos demonstram que a informação é importante para superar a marginalização sócio-econômica. É o caso específico de um “Projeto de cidadania do povo negro” que tem necessidade de informação para uso em práticas sociais e pelo resgate da cidadania. Para os autores do projeto “o acesso à informação é um pré-requisito para o alcance da cidadania” (PIMENTA, 1991, p. 1108).

Embora o parágrafo acima seja o recorte de uso de informação em uma comunidade específica, a formação de uma comunidade acontece, quase sempre, dependente da existência de dificuldades infra-estruturais; portanto, ela se faz com a luta para diminuir dificuldades associadas a fatores sociais e econômicos, principalmente. A diversidade da população que se estabelece com grupos heterogêneos e diferença de caracterizações cria conflitos e necessidades que precisam ser equacionados, inicialmente associados a questões elementares como saúde, saneamento, habitação, educação, entre outras. No entanto, um tipo de necessidade se sobrepõe aos outros: a de informação.

Supõe-se habitualmente que a informação disponível, a ofertada, constrói o conhecimento. De fato, essa é a condição para qual existem os acervos formados a partir de aquisições com base no mercado editorial. Milanesi (1986, p. 236) questiona: se uma biblioteca pública mostra bons serviços, a população passa a servir-se dela como uma necessidade? Sim, mas para satisfazer necessidades que ela não criou, responde. Então, quais necessidades devem ser criadas? A discussão passa a centrar-se na construção da informação antes da construção do conhecimento.

Não se pode falar em demanda de informação numa comunidade que não tem um órgão público que trabalhe a informação como serviço. Assim, para que aconteça a demanda há que existir a oferta. Deve haver um fluxo de informação, onde acontece o consumo. Então, o correto é a necessidade de informação num

contexto onde a circulação da informação e/ou a transferência de informação assume o papel mais importante.

Constatada a importância, a informação passou a ser vista e analisada dentro de modelos nem sempre úteis à comunidade. A produção da informação com seus ciclos sempre estáveis - coleta de dados, armazenamento/recuperação de dados, processamento de dados, interpretação ou produção da informação e finalmente a decodificação - não parece servir de modelo para disseminar informações em uma comunidade que não tem como objetivo da informação o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos práticos. As necessidades por informação processam-se, quer parecer, de outro modo, atendendo outro objetivo.

Esse modelo, que é tradicional da comunicação, segundo José Teixeira Coelho Neto (1978, p. 29), “é um fracasso total em virtude de uma natureza paternalista”. Mas a produção de informação tal qual proposta e executada, que vai da coleta de dados à disseminação, da fonte ao receptor, acontece quando existe um órgão público que permite a concretização do modelo. Para Coelho Neto, as reais necessidades (de informação) das pessoas devem ser atendidas num processo de comunicação em que o receptor busca a fonte e não se sujeita a ela.

Há que se entender, entretanto, que os serviços públicos de informação, quando existem, não são alcançados por boa parte da população em virtude dos índices de analfabetismo e baixa escolaridade. Os serviços de informação são, geralmente, preparados para letrados, se não atentarmos ainda para outro fato excludente que é a questão dos suportes – mormente a comunidade excluída não ter conhecimento de equipamentos muitas vezes demasiadamente sofisticados. A presença do Estado se dá através de investimento em infra-estrutura (água, energia, esgoto, telefonia, entre outros) bem como serviços de informação. Sempre carentes, os serviços de expansão do setor público não diferenciam os serviços tradicionais dos mais modernos, como a informação – mesmo sendo considerada como atividade essencial da sociedade informatizada.

O período é de incertezas. Mudanças rápidas e profundas têm acontecido no mundo. O desenvolvimento social busca soluções. Informação passa a ser

negócio. O desenvolvimento industrial acelera-se e o social não o acompanha. Vive-se uma realidade em que surge “una nueva revolución cultural, económica y social, caracterizada por câmbios violentos, adelantos científicos-tecnológicos, y una competitiva economía mundial” (MORALES, 1990, p. 230).

Os técnicos que trabalham com a informação dão-se conta de que os sistemas devem ser cada vez mais apropriados para essa nova realidade. Pensa-se em informação no nicho de sistema para enfrentar a globalização. No entanto, não permeiam o assunto informação com análises de problemáticas de ordem social. Estruturas técnico-científica e industrial, tendo como base a informação tratada no bojo da transferência, não são equilibradas com estruturas de natureza de informação e cultura, levando-se em conta as necessidades de informação para vencer as contradições do desenvolvimento impostas pela globalização.

Nesse sentido, é importante a presença institucional pública para disseminação da informação. Assim, a existência de um órgão público em comunidades carentes cumpre a função social de propor produtos e serviços em informação. Isto porque a necessidade de informação não é estanque e apresenta diversidade numa mesma comunidade; são públicos diferentes que buscam informações diferentes, de áreas de conhecimento diferentes, com dados, aspectos e particularidades diferentes. À medida que as necessidades vão surgindo, o cidadão se vê na situação de procurar formas de atender tais demandas. A população estaria interessada em reivindicar as condições mínimas de infra-estrutura coletiva: água, luz, transporte, posto de saúde, escola. A biblioteca pública, por essência a responsável por informação pública, não faz parte dessa essencialidade. O setor público, por sua vez, estaria interessado em responder às demandas exigidas, normalmente às de infra-estrutura.

8 NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

No ano de 1988 a Universidade Federal de Sergipe incluiu na sua proposta para o desenvolvimento do Campus a criação de uma biblioteca comunitária. O projeto previa a construção de uma biblioteca que atendesse as necessidades de informação das comunidades circunvizinhas. No entanto, quando construída, a biblioteca, embora denominada Biblioteca Comunitária (BICOM), revelou-se uma biblioteca escolar dentro do Colégio de Aplicação (CODAP). É de uso restrito aos alunos do Colégio.

A UFS pretendia resolver a situação da informação na região, detectada já no início da década de 1980, quando da chegada da Instituição, pela presença constante de escolares pesquisando na Biblioteca Central. À necessidade de informação acadêmica para a produção de conhecimento vem somar-se outra necessidade a de cunho social para a subsistência.

Ao abordar-se a questão da necessidade de informação do ponto de vista teórico sente-se a ausência do Estado como responsável pelo serviço público de informação. Oficialmente tal serviço se processa num órgão cultural, que é a biblioteca pública. Diante da constatação, faz-se necessário que se proceda a uma análise do ponto de vista da prática atual das bibliotecas responsáveis pelas demandas públicas e como atendem as necessidades de informação das comunidades.

É de se supor que, ao serem construídas, as bibliotecas públicas atendem a uma necessidade social. Não fosse assim, não deveriam os governos gastar dinheiro com uma construção inútil. Então, o que se imagina é que, à época, ao serem criadas, as bibliotecas públicas têm importância para a sociedade, à luz da decisão para as autoridades do Estado. Em princípio é uma decisão tomada como uma medida de apoio educacional, mas integrando um projeto maior que seria elevar o padrão cultural da sociedade, ora servindo como apêndice da rede de educação, ora funcionando como um pilar da cultura do povo.

Observando-se as funções da biblioteca pública, constata-se o caráter educativo da mesma: desenvolvimento da educação formal através do apoio às

atividades educacionais e a satisfação das necessidades educacionais se revela como a função maior da biblioteca pública. A confusão na prestação de serviços estaria na própria essência da sustentabilidade financeira de origem governamental e, portanto não excludente de segmentos. Iguíniz, citado por Litton, assim define biblioteca pública: “Instituição de caráter popular e livre, destinada aos habitantes de uma localidade, distrito ou região, e sustentada por verbas do governo ou da comunidade”. (LITTON, 1975, p. 58).

Embora continuando a ter o estudante como cliente potencial, a biblioteca pública começou a se preocupar com um atendimento diferenciado, pensando na totalidade da comunidade. Novas prioridades e novos serviços foram se estabelecendo. Venceu-se a etapa estática da perspectiva educacional e buscou-se acoplar a esta o social. Era preciso estabelecer um público maior que o de estudantes. Crianças, donas de casas, operários, aposentados, entre outros, passaram a ser objetos de atenção. Fazia-se necessário construir uma nova imagem. Mais do que uma instituição educativa, era preciso consolidar-se como uma instituição cultural que valorizasse um coletivo social.

Apesar disso, os bibliotecários continuam elegendo como preocupação primeira o funcionamento da biblioteca e o atendimento das demandas quase sempre ligadas à área educacional. Atendimento que precisa ser ampliado por uma preocupação formal com a questão sócio-cultural e por complemento com a informação para as necessidades do cidadão. Esta questão tem forte relacionamento com a existência de bibliotecas públicas. Em tese, são responsáveis por informações que podem ajudar no processo de construção de uma sociedade fortalecida pela complexa estrutura burocrática.

Nesse processo sobressai-se um produto: informação, que está a disposição dos usuários. Com o produto disponível estabelece-se o problema: a biblioteca pública trabalha atendendo demanda ou criando demanda? A primeira alternativa diz respeito ao que lá está posto e não satisfaz o usuário; a segunda não é realidade, mas ao se concretizar, poderá satisfazer o usuário.

A primeira concepção de serviço (atendimento da demanda) é fácil, no entendimento de Milanesi (1997, p. 228), pois “ela é pequena e, quase sempre,

não ultrapassa as condições de serviço em oferta”. Em contrapartida, não há uma necessidade latente, e a biblioteca pública não é vista como um órgão para suprir necessidade de informação. “O público adulto, quase sempre, também busca a biblioteca compulsoriamente: há uma tarefa e não uma necessidade pessoal” (MILANESI, 1997, p. 229).

A esse respeito, Almeida Júnior (1997, p. 12) vê com dificuldade a solução do problema, mesmo porque para ele não existe uma referência sobre o assunto, seja ela de ordem teórica ou prática:

Qual ou quais, na verdade, dentro dos trabalhos das bibliotecas populares, são as contribuições para uma melhor adequação entre as necessidades informacionais da população e a atuação das bibliotecas atuais? Quase nada pode ser encontrado na literatura biblioteconômica que, clara e diretamente, responda a essa indagação”. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p.12).

Trata-se, então, da análise de uma biblioteca tradicional que, inserida num determinado contexto social, tenta entender qual o modelo de atendimento que possa suprir as necessidades de informação da comunidade, tendo-se em vista que alguns tipos de bibliotecas tentaram preencher essa lacuna e não conseguiram.

Para Figueiredo (1979, p. 74) os estudos que tentam estabelecer o uso da biblioteca, quem a usa e para que, já estão esgotados. A se pensar em estudar o não uso da biblioteca, ou seja, a demanda reprimida, depara-se com a escassez de literatura na área, está tudo por fazer. Como avalia Figueiredo, a questão não é quanto uso é feito, mas quem são os usuários, que uso é feito, que informação o cidadão encontra na biblioteca pública que não encontra em nenhum outro lugar?

Os estudos exploratórios sobre a necessidade de informação estão localizados nas bibliotecas de caráter científico, ou seja, nas universitárias e especializadas. Existem estudos que tentam resolver a questão do atendimento das necessidades da comunidade científica. São análises por grupos específicos, estudando-se os seus comportamentos com aspectos particulares, o que de certa forma torna a exploração mais suscetível de sucesso.

No caso da análise da necessidade de informação em biblioteca pública a exploração torna-se mais complexa por ser potencialmente utilizada por toda a

comunidade. Até por isso, ser a biblioteca pública é a mais complexa e completa das bibliotecas.

A esse respeito, Milanesi (2002, p. 34) apresenta um quadro comparativo das áreas de atuação em relação ao público que tem acesso, ao tipo de informação que circula, ao tipo de demanda e ao grau de complexidade. Afirma que é a biblioteca pública a única que tem um público grande e heterogêneo; que reúne todos os temas do conhecimento humano; a única que tem como prerrogativa criar demandas e atender demandas, na ordem exposta; enfim, é uma instituição de altíssima complexidade.

Ainda para Figueiredo (1979, p. 47) “a questão é saber-se o que é a comunidade, e qual é o público a quem a biblioteca pública moderna deve servir. É uma questão que perdura na literatura por 25 anos. Inúmeros estudos têm tentado examinar a relação entre a missão ou os objetivos aceitos pela biblioteca pública, como preceitua a convenção biblioteconômica, e as realidades do meio ambiente da biblioteca”.

A verdadeira função dos serviços da biblioteca pública, em consonância com as ciências sociais, seria responder às necessidades dos cidadãos à margem da sociedade. Assim, além de um público tradicional formado pela massa escolar, uma preocupação maior deveria nortear a direção da entidade voltando-se para a comunidade como um todo: desempregados, analfabetos, semi-alfabetizados, aposentados, donas de casa, e idosos entre outros.

Alguns autores, como Almeida Júnior (1997) estabelecem outros tipos de bibliotecas como alternativas, que, no entanto, não podem ser pensadas como alternativa à necessidade de informação, pois não existe ainda um estudo que atribua tal status para esse tipo de informação. O papel que uma biblioteca pública representa em uma comunidade passa pela compreensão da necessidade do seu comunitário. Uma biblioteca pública atinge uma diversidade de públicos com quadros sociais diferentes.

Não há como negar o caráter social da biblioteca pública (BASTOS; NEGRÃO, 1982; ALMEIDA JÚNIOR, 1997), no entanto, como auferir o resultado desse caráter? Pela importância da mesma na comunidade em que está inserida?

Pela necessidade dos usuários? Mas que necessidade? A do aluno da escola pública que não tem biblioteca escolar à sua disposição; a do analfabeto que não sabe locomover-se pelas placas de endereçamento do bairro; do desempregado que não tem como comprar o jornal para ler os anúncios classificados; ou da pessoa comum da sociedade em busca da cidadania? Para Almeida Júnior, a celebração desse caráter social se daria estreitando-se as relações com associações, sindicatos, comunidades eclesiais de base, movimentos organizados, “oferecendo-lhes informações, espaço, promovendo eventos em conjunto” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 80).

Sempre se pensou na evolução dos serviços da biblioteca pública de forma técnica, modificando-a para implantação de novos suportes. Pensou-se na reestruturação física para desenvolvimento tecnológico, tendo como base a acomodação do volume de informações produzida pelo homem em progressão geométrica. Contudo, o comportamento de atuação profissional continuou, também, sempre o mesmo, e a biblioteca continuou a atuar tradicionalmente. Embora a literatura da área mostre que o segmento não tem funcionado a contento, as tentativas de adaptação para reorganizar os serviços também não surtiram efeito, e se o tiveram foram efêmeros (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Dedicando-se ao estudo de bibliotecas públicas, Milanesi (1983, p.49) afirma que “[...] a biblioteca é mais do que livros, é informação, seja de que tipo for”, entretanto, não tem sido esta a prática, como o próprio autor analisa, num exercício de ficção, ao criar uma biblioteca cujo modelo ele próprio atesta não existir no Brasil (MILANESI, 1983, p. 7-10). Passaram-se mais de vinte anos desde então, mas o quadro continua o mesmo em termos de Brasil. Pode ser que a utopia tenha vencido a realidade e contrariado o texto, mas caso isso seja positivo ficará circunscrito a algumas localidades, onde o desenvolvimento econômico e social já atingiu patamares mais avançados no quadro geral.

Já em 1951, bibliotecários reunidos em São Paulo, durante um Congresso promovido pela Unesco, discutiram os objetivos da biblioteca pública, defendendo uma postura mais agressiva junto à sociedade (MARTINS, 1996, p. 326). Entendiam ser a biblioteca pública produto da democracia e posicionada na

vanguarda social, e para tanto deveriam cumprir um dos objetivos que seria “Fornecer ao público informações, livros, material e facilidades diversas em vista de melhor servir seus interesses e de satisfazer às suas necessidades intelectuais”. Para alcançar este objetivo seria necessário “Possuir material cuidadosamente escolhido e classificado em função das necessidades locais”.

Ao analisar o papel que cabe à biblioteca pública, Milanesi (1986, p. 20) indaga “qual é a função da biblioteca pública, hoje?”. Há uma certeza: a referida instituição tem assumido o papel de biblioteca escolar. Não tendo biblioteca na escola, e havendo o exercício da pesquisa, encomendada pelos professores, busca-se uma saída: procurar uma biblioteca pública. Estas existem, podem ser precárias, podem atender mal, podem estar na periferia da informação, mas existem.

Embora tenha havido avanço nos serviços prestados pelas bibliotecas públicas, principalmente nos atos culturais e de informação para a cidadania, isso não tem concorrido para uma conscientização institucional coletiva, não tem concorrido para manifestações praticadas em maior número de bibliotecas pelo país, como iniciativa de uma política de informação. As estruturas de formação de acervos e serviços continuam as mesmas como observa Milanesi (1986). Seja porque as bibliotecas não estão preparadas para este tipo de abordagem, seja porque os profissionais da biblioteconomia não têm como fazer a abordagem. Assim, como a biblioteconomia perdeu etapas na evolução dos procedimentos de informação, e tem demorado a se adaptar aos processos hipermídia, os bibliotecários perderam etapas na comunicação produtiva com o seu público real, deixando de lado os mecanismos das necessidades do público consumidor.

Almeida Júnior (1997) faz um estudo sobre a relação biblioteca-comunidade, procurando relatos de experiências de serviços alternativos à biblioteca pública tradicional. Na verdade, o pesquisador busca encontrar a necessidade de informação da comunidade sendo atendida por bibliotecas alternativas, espécie de bibliotecas comuns nas décadas de 1970 e 1980, surgidas para dar respostas aos anseios populares durante o regime de exceção.

Concretamente, elas serviram mais para dar suporte às entidades que defendiam os anseios populares contra o regime.

Já na década de 1940, Rubens Borba de Moraes alertava para a predominância da prática bibliotecária que terminaria por engessar a biblioteconomia. Não que fosse possível inexistir, mas não precisava ser exclusivista (MORAES, 1983, p. 22). Era preciso uma ação mais equilibrada, que pusesse a biblioteconomia como importante instrumento social.

Duas questões são levantadas a partir dessa constatação:

1ª - como fazer isso através dos acervos?

2ª - qual o material necessário a ser fornecido para oportunizar a informação necessária em uma sociedade de demandas sociais cada vez maiores?

Não são os temas que compõem o acervo de uma biblioteca pública, selecionados a partir da ótica de um bibliotecário, que por sua vez o fez tomando como espelho catálogos de editoras, que vão formar o conjunto de informações necessárias para a comunidade. No entanto, pela seleção dos documentos, pelo conjunto do conteúdo, pelo que é tradicionalmente colocado ao público, existe uma trajetória de serviços que não deixa margem à criação de um novo tipo de serviço. É preciso investir uma nova visão de linguagem de comunicação com o público usuário, ofertando um novo serviço; um serviço onde o público possa selecionar e propor a composição de um acervo, ou parte dele.

E como seria esse novo acervo? Não estaria, de certa forma, atrelado a condicionamentos ideológicos, tanto quanto os acervos tradicionais? Não estaria, também, condenado à tentativa de análise que contariam uma outra história, parcial e superficial esquecendo uma outra?

Os acervos hoje constituídos, em sua maioria, são didáticos para atender a solicitação de uso dos estudantes com suas pesquisas escolares. Os interesses comunitários ficam por conta do acesso aos livros. A preocupação, então, se localiza na solução de problemas tipo pesquisa escolar da rede de ensino e o empréstimo de livros para os comunitários. Isso configura o papel de atuação tradicional da biblioteca pública.

Pode-se entender em relação às necessidade locais que não há preocupação com o acervo constituído, mas a ser alimentado. Pode-se entender como análise de uma questão real: a demanda por informação não disponível no órgão. Não se trata de criar contradição quanto a demandas, mas da análise de complementaridade entre estas.

Na biblioteca estão as imagens/o imaginário de toda a sociedade. É no acervo que isto está representado, incluindo comportamentos, atitudes e ações humanas. E o cidadão presente em todas as estantes como a pesquisar o seu passado e inventariar o seu futuro. Podemos então pensar que estes sejam aspectos a serem considerados que "... enfatizam a necessidade de uma participação mais efetiva da comunidade nas decisões da biblioteca, de forma que os trabalhos e serviços prestados por esta sejam adequados e, principalmente, considerem e atentem para os valores e o modo de vida daquela" como preconiza Almeida Júnior (1997, p. 11).

Discutir a questão da informação do ponto de vista da necessidade das comunidades não-usuárias de sistemas de informação via órgãos públicos, é repassar a questão da informação como está gestada, ou seja, sem uma linha específica que a identifique. No caso das comunidades aqui analisadas, as do Grande Rosa Elze, com seus 50.000 habitantes, dentro do quadro social implantado pelo município de São Cristóvão, não existe uma definição para a solução da questão, que é a inexistência de um órgão público de informação.

Se por um lado as bibliotecas especializadas disponibilizam as informações necessárias para os seus usuários, que são informações de cunho profissional e funcional, as universitárias disponibilizam para o seu público as informações acadêmicas e científicas, e as bibliotecas escolares, com o seu público discente em busca de suas pesquisas enciclopédicas, mas todas identificadas com informações de um mundo específico, por outro lado as bibliotecas públicas com um público diferenciado, com questões profissionais e funcionais à parte, premidas por um contingente de deficiências e pela necessidade de sobrevivência, precisa da mercadoria informação de forma diferenciada dos outros usuários.

À biblioteca pública não cabe uma linha específica de cessão da informação, mas várias linhas de informação abrangendo público diferenciado. Por mínimo que possa ser a sua atuação, ela não existindo, deixa às populações carentes, como acontece com o Grande Rosa Elze, tão somente a possibilidade do rádio e da TV. A este respeito, Melo assim se posiciona:

A periferia dos grandes centros urbanos, as zonas de produção agropecuária, os núcleos populacionais do litoral não metropolitano, encontram-se marginalizadas da ação estatal ou do mecenato empresarial no campo da cultura. Às populações majoritárias que vivem nos sertões, nas favelas, nos cortiços, nas vilas operárias, nos conjuntos do BNH, resta como único e factível canal de consumo da cultura industrializada a engrenagem da comunicação eletrônica: rádio e televisão (MELO, 1986, p. 50,51).

O rádio e a televisão assumem, então, o papel mais importante na cessão da informação junto às comunidades carentes, motivado pela ausência do poder público. Assim, as necessidades de informação dessas comunidades ficam sujeitas ao processo eletrônico. Para fugir a esse processo de dependência, que Melo (1986) denomina de marginalização estatal, é preciso que para o atendimento de uma necessidade de informação de um cidadão exista um espaço físico para o atendimento. Tradicionalmente, quando existe a necessidade de se informar o usuário busca um sistema de informação. Esse sistema é representado fisicamente nas universidades pelas bibliotecas universitárias, nos institutos de pesquisas e empresas pelas bibliotecas especializadas, nas escolas pelas bibliotecas escolares, e nas comunidades pelas bibliotecas públicas ou comunitárias.

A necessidade de informação de usuários tradicionalmente é vista sob o aspecto acadêmico e científico. As bibliotecas universitárias, atentas às necessidades dos pesquisadores, desenvolveram, em determinado momento o que se denominou de Disseminação Seletiva da Informação (DSI). O serviço de DSI resolve as necessidades de informação científica e tecnológica da Instituição. Uma necessidade fácil de ser resolvida, pois existe a partir de análises feitas no campo do ensino superior, especificamente em bibliotecas universitárias e

especializadas. Nestas comunidades dá-se um processo de intermediação em que o usuário, a partir do acesso, quase sempre disponível, sabe avaliar a qualidade das informações recebidas como respostas às suas necessidades, a partir de um serviço minimamente eficiente (FIGUEIREDO, 1979).

Estabelece-se aí o diferencial do atendimento entre as necessidades dos não-usuários das comunidades carentes, sem serviços de informação disponibilizados pelo poder público, e as necessidades dos usuários que contam com a estrutura de órgãos públicos.

Um atendimento que não deve ser entendido apenas no sentido do cidadão ser informado corretamente, mas também no sentido de “produzir informação e ter a possibilidade de divulgá-la adequadamente, para que seja objeto da atenção da sociedade e tenha chance de ser tratada devidamente – inclusive para propiciar soluções, quando for o caso” (NOVAES, 1994, p.82).

Soluções que se apresentam na forma de informação transformada em conhecimento, o que confirma a necessidade de informação por parte de indivíduos, grupos, organizações ou culturas. Pressupõe-se, então, que as pessoas participem, ou tenham às suas disposição um sistema de informação.

Acontece que as comunidades carentes, como as do Grande Rosa Elze, que se ressentem de sistemas de informação, são formadas por pessoas que formam um contingente de não-usuários, ou seja, de pessoas que jamais utilizaram um sistema de informação. O que, segundo Le Coadic (1996, p.40) “não quer dizer que não necessitem de informação”.

Para Le Coadic, a necessidade de informação poderia estar na categoria das necessidades humanas básicas, no entanto, por não ser algo requerido por todos isto pode ser questionado (1996, p.40). A questão colocada é se a necessidade de informação é física ou derivada? Compreende-se como necessidade física aquela fundamental para o ser humano. E como necessidade de informação derivada àquela que vai servir à realização de outros tipos de necessidades.

A hierarquia das necessidades humanas mapeada por Maslow é adaptada por Barreto (1994), para relacionar demanda e oferta de informação na sua

estrutura básica. Neste sentido, Barreto, em sua “Pirâmide das Necessidades”, afirma que cada usuário apresenta um comportamento associado a uma necessidade. Assim,

- um comportamento de segurança é uma necessidade básica, portanto dependente de uma informação utilitária;
- a participação social, ou o pertencimento a uma comunidade, é uma necessidade de participação, portanto demanda uma informação contextual;
- a realização profissional e pessoal é necessidade de auto realização, portanto demanda uma informação seletiva.

O comportamento de segurança a que Barreto se refere, localiza-se na base da pirâmide, onde está o maior número de pessoas a necessitarem de informação, diz respeito a segurança como satisfação de necessidades básicas como saúde, educação, transporte, alimentação, entre outras.

Segundo Le Coadic (1996), o estudo de necessidades preconiza a melhoria do desempenho do sistema. O que se expõe é a perspectiva acadêmica em que existe o sistema. O que se propõe é a análise das necessidades onde não existe o sistema. Esta observação foi feita na Universidade Federal de Sergipe na época da implantação do Campus no Rosa Elze, quando se pensou na construção de uma biblioteca comunitária, cujo objetivo seria atender as necessidades de informação dos moradores do Rosa Elze, àquela época motivo de atenção da própria Universidade.

As necessidades aqui reportadas dizem respeito as necessidades de informação e repercutem na exclusão social que incorpora uma realidade moderna, a realidade de uma civilização dependente da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Ao analisar-se a importância da informação configurada na modernidade e nas possibilidades da Tecnologia da Informação e Comunicação, característica deste tempo em que se vive, imagina-se que a globalização alcançou a todos.

Mas, contrariamente ao que se imagina, a globalização da informação experimenta extremos que não permite comemoração.

A imagem de construção da globalização é ambígua. Enquanto empresas e organizações de países desenvolvidos aparentam uma situação de eficiência e eficácia, os países em desenvolvimento impressionam pela lentidão em promover a globalização entre os cidadãos. O caráter globalizado da informação não confere tal referência para as massas.

Assim, a informação, identificada com a organização dos seres humanos, tem a conotação da essencialidade para as comunidades carentes, ao assumir um papel importante na luta pela inclusão social, se apresentando como parceira na busca do atendimento das necessidades essenciais, as necessidades básicas, as necessidades da sobrevivência (BETTIOL, 1990; LE COADIC, 1996; BARROS; CARVALHO, 2004; BARRETO, 1994).

9 UM LUGAR ONDE NADA ACONTECE

Este capítulo trata da análise das informações prestadas pelas lideranças das comunidades pesquisadas, sob a forma de grupo de foco, e das informações concedidas pelos comunitários ao responderem aos questionários aplicados.

9.1 Análise da entrevista realizada com as lideranças das comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze

Ao analisar o resultado do grupo de foco realizado com os líderes comunitários do Grande Rosa Elze constata-se a convicção, por parte dos mesmos, de que à TV e ao rádio, os meios de comunicação de massa, cabem informar à sociedade. Os presidentes das associações de moradores no contato diário com os as suas comunidades, sempre necessitando de informação para o atendimento de reivindicações, têm a noção exata de que os veículos TV e rádio são instrumentos de comunicação da informação. Cabe à TV informar com exatidão, criando oportunidades de educação, oportunizando conhecimento, bem como proporcionando entretenimento e diversão. Ao rádio, cabem as mesmas prerrogativas, com a perspectiva de que este pode ser interativo, diferentemente da televisão.

A facilidade que o cidadão encontra para interagir com o rádio, por meio de programas informativos calcados no apelo pessoal do apresentador, os *talk shows*, não existe quando se trata da televisão. Isso faz com que associem o rádio com a democracia, o que não acontece com a TV.

O rádio permite a participação ao vivo, o que agrada ao cidadão. A forma de comunicação da TV não permite a contrapartida da informação, que é o debate com a comunidade. Isso leva a comunidade a uma postura crítica em relação à TV, acusando-a de não ser democrática.

A afirmação de Luzia, Presidente da Associação de Moradores do Tijuquinha, de que “ter uma televisão em casa é a melhor coisa do mundo”

(APÊNDICE C, p. 146)⁸, reforça a opinião de que à televisão cabe um papel importante no cotidiano do cidadão.⁹ No entanto, não é esta a visão da líder comunitária. É de reserva, de ceticismo quanto a esse valor, essa importância da TV enquanto veículo informativo. Acontece que o formato televisivo dos canais abertos prioriza o entretenimento e o lazer. As grades de programação reservam pouco espaço para a educação e o conhecimento. Sobressai o jornalismo, que informa sobre acontecimentos, dando a conhecer ao público os fatos globalizados.

A programação leva os líderes comunitários a uma postura crítica em relação à TV, acusando-a de não ser democrática. Criticam o poder de persuasão do veículo de comunicação e a sua postura em relação ao público. Para Luzia, Presidente da Associação dos Moradores do Tijuquinha, a TV é negativa, pois distorce as informações comunicadas, sendo decisiva em relação à opinião pública, pois “a gente só conhece mais as coisas é pela informação da televisão” (APÊNDICE C, p.146).¹⁰

A visão que os líderes têm do rádio é melhor que aquela que têm da televisão, pois entendem que ele funciona como um instrumento de mediação entre os acontecimentos e o público, entre o radialista que tem o papel de informar e o ouvinte que tem necessidade da informação. A Presidente da Associação do Tijuquinha considera o rádio democrático porque o pobre tem acesso a ele. Essa democracia se revela no que considera importante no papel do rádio, ao permitir a participação dos ouvintes, que é “pra denunciar, pra entrar em contato com a pessoa que tá falando dentro do programa. É mais fácil pra pessoas da comunidade ter como entrar em contato com essas pessoas” (APÊNDICE C, p.146).

Essas pessoas a que Luzia se refere são as autoridades dos poderes públicos, quase sempre, em programas radiofônicos, atendendo a pautas de

⁸ APÊNDICE C: Transcrição das fitas do grupo de foco realizado com os líderes de associações de moradores das comunidades do Grande Rosa Elze.

⁹ Na ausência de equipamentos públicos que proporcionem cultura e lazer na comunidade, a TV passa a ser o grande parceiro na questão diversão e lazer. Segundo a presidente da Associação do Tijuquinha, o futebol é a única forma de lazer existente.

¹⁰ Na transcrição da fala dos líderes comunitários (APÊNDICE C) manteve-se o coloquialismo das manifestações, de forma a se manter a fidelidade das expressões dos entrevistados.

prestação de contas de serviços públicos. Existe uma proliferação de programas do tipo nas emissoras de rádio de Aracaju.¹¹

A opinião de Luzia é recorrente. Neste sentido, Murilo, da Vila de São Cristóvão, expressa sua opinião dizendo que o “o rádio tem um espaço aberto e a TV não, ela tem apenas uma programação” e afirma que

A comunidade acompanha e varia de comunidade para comunidade o programa preferido. Os que não escutam é porque não gostam é porque não têm tempo para escutar naquele horário do trabalho, mas que ele tem um espaço aberto para participar a comunidade tem (APÊNDICE C, p.147)¹².

Concordando com as opiniões anteriores Antônio José do Rosa Maria assim se manifesta:

O rádio com toda essa coisa de liberdade, de poder falar, então o rádio diferente de ter interesse ele tá presente. [...] Programa de rádio, dentro desses programas que é aberto à comunidade, com certeza eles têm ibope na comunidade, porque cada vez mais dão voz àquelas pessoas que representam a comunidade. Tanto as emissoras AM quanto FM têm programas que permitem a participação da comunidade (APÊNDICE C, p.147).

Há um sentimento generalizado do poder que o rádio confere ao povo, ao permitir que possa falar com os políticos e com as autoridades responsáveis pelos órgãos públicos. Reside em tal atitude a noção da democracia do rádio. No entanto, ao interferir em programas de rádio, a comunidade não percebe que está num jogo de informações, via comunicação, que nem sempre ela é a interessada, como analisa Novaes

¹¹ Não existe emissora de rádio no município de São Cristóvão, portanto, os programas ouvidos são os das emissoras sediadas em Aracaju. Existem hoje sete programas matutinos que têm o mesmo formato: denúncia, prestação de serviços e debates com autoridades constituídas. Esses debates não ficam restritos ao estúdio e contam com a participação popular. Os programas são verdadeiras trincheiras políticas e os políticos circulam cotidianamente pelas emissoras de rádio.

¹² Os programa que são apresentados diariamente são os seguintes: Comando Geral com Augusto Júnior, na Rádio Jornal AM; Fala Sergipe com Fábio Henrique, na Rádio Atalaia AM e Atalaia FM; No Giro da Notícia com Jairo Alves, na Rádio Cultura AM; Sem Censura com Messias Carvalho, na Rádio Liberdade FM; Jogo Aberto com Gilmar Carvalho, na FM Sergipe e Jornal da Ilha com Eduardo Abreu, na Ilha FM.

[...] a sociedade vê a comunicação de formas bastante diferentes daquelas que povoam a cabeça dos comunicadores, dos jornalistas. Muito freqüentemente, aquilo que parecia da maior importância para os jornalistas era considerado secundário ou até supérfluo pelos representantes da sociedade. Da mesma forma que assuntos aparentemente irrelevantes para os jornalistas eram tidos como vitais pelos seus interlocutores (NOVAES, 1994, p.84).

A afirmação de Novaes é reforçada na manifestação de alguns líderes como Cláudio do Jardim Universitário que demonstra inconformismo com a programação do rádio, pois “a comunidade está desassistida totalmente do rádio do ponto de vista da programação educativa. [...] Não vou ser radical tem algum programa ainda que ainda dá pra educação” (APÊNDICE C, p. 149).¹³ Roberto, da comunidade Madre Paulina, observa que “hoje você tem uns tipos de programa que você vê que é para bater no adversário político, aí você deixa de dar informação para a comunidade”. (APÊNDICE C, p. 149).

Neste sentido, Luzia, do Tijuquinha, afirma que

A TV e o rádio pensa muito mais neles do que na comunidade. O próprio locutor pensa em si próprio do que na comunidade. A maioria dos radialistas é tudo político. Então eles pensam em si próprio. E aqueles que está mais prá o povo pobre, carente, melhoraria muito, mas enquanto eles só pensa neles próprios (APÊNDICE C, p. 149).

O presidente da Associação dos Moradores de Vila de São Cristóvão, Murilo, refere-se à postura comercial entre o rádio e a TV para justificar a diferença de atitude democrática. Acredita que o rádio tem mais flexibilidade na programação, coisa impossível na televisão, com uma grade de programação sempre rígida. Ambos existem comercialmente, mas o rádio formatou uma prática diferente. Ele abre o microfone para a participação popular, tem “uma prática, vamos dizer assim, de uma certa visão de poder voltar atrás em alguma notícia. Quando faz uma matéria na comunidade, assim, e a gente êpa, per aí, não é assim não, e no outro dia ele [o rádio] se retrata” (APÊNDICE C, p.146).

¹³ O líder comunitário refere-se à programação da rádio Aperipê, a emissora educativa do Estado de Sergipe.

Essa convicção da parceria do rádio com a comunidade não está dissociada de uma reflexão sobre o próprio rádio, que geralmente é propriedade de um político, e quase sempre o radialista ou é político ou é candidato a uma vaga no legislativo. No entanto, mesmo com a consciência de que ambos têm interesses pessoais, motivo pelo qual promovem a abertura do microfone ao povo, permitem a participação popular, o rádio está solidificado junto à comunidade justamente por explorar tal modelo e abrir a possibilidade de solucionar problemas emergentes do cotidiano.

Martin-Barbero (2003, p.65) reporta “a existência crescente de emissoras de rádio e televisão programadas e administradas pelas próprias comunidades” e são esses canais comunitários que conectam esses “bairros urbanos na busca de uma informação e de uma comunicação que responda a suas demandas de justiça social e de reconhecimento político e cultural” (MARTIM-BARBERO, 2003, p.73).

A importância de tais canais revela-se “quando os movimentos sociais de bairro ou locais encontram, em um espaço público como aquele que uma rádio abre, a possibilidade de não serem representados, mas de serem reconhecidos: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos” (MARTIN-BARBERO, 2003, p.74).

A este respeito, Antônio José, Presidente da Associação dos Moradores do Rosa Elze, considera que o rádio está sempre presente na comunidade, enquanto que a presença da televisão está sujeita aos índices de audiência. Avalia ainda que o jornal possa ser outro parceiro na disseminação de informação junto aos comunitários. No entanto, a mídia impressa está associada a algumas situações que não permitem ser alternativa na busca de informações. A competência do ato de ler é uma delas. A televisão leva vantagem em relação à leitura porque “há uma falta de educação de ler. Então na televisão tá ali a notícia, então ele já sabe de tudo sem precisar ler. Para ler ele precisaria se deslocar, comprar o jornal, uma série de coisas. Então na TV tá tudo ali” (APÊNDICE C, p.147-148).

O suporte jornal, citado acima, traz à discussão a conveniência que a TV proporciona em relação à leitura. Alguns fatores podem ser destacados neste

procedimento, como: 1) o índice de escolaridade, pois são comunidades com grande número de alfabetizados, mas sem seqüência escolar; e 2) e o fator econômico, por tratar-se de um número elevado de subempregados e desempregados. Fatores que podem indicar porque não existe nenhuma livraria e apenas duas bancas de revistas e jornais no Grande Rosa Elze.

Considerando-se, além das mídias falada, escrita e televisada, a possibilidade da informação existir em outros equipamentos como os órgãos culturais, constata-se a ausência total desses espaços. Não existe no Grande Rosa Elze nenhuma sala de cinema, teatro, galeria, museu, centro cultural, nem concha acústica. Na ausência de tais espaços, sejam atuando como disseminadores de informação, ou proporcionando entretenimento, as mídias falada e televisada são os meios possíveis para minimizar as necessidades de informação.

Assim, programas educativos, como regra geral, deveriam existir. É um recurso que já existe nas emissoras educativas; no entanto, como canais de pouco apelo popular, são vistos por uma minoria.¹⁴ Uma provável solução, para as necessidades de informação, é a criação de uma emissora de rádio comunitária.

Os líderes reconhecem no rádio a força necessária para que possam mudar a situação de regiões esquecidas pelo poder público, pela força da denúncia. Na verdade, o rádio vai possibilitar a mediação do popular com as instâncias constituídas, num processo tecnodiscursivo, “a partir de um entrelaçamento privilegiado da modernizadora racionalidade informativo-institucional com a mentalidade expressivo-simbólica do mundo popular” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.263).

Nessa proposta de criação de uma emissora comunitária para orientação dos moradores, os presidentes das associações revelam uma grande preocupação: informação para a saúde. É unanimidade que a maior procura por

¹⁴ A TV Aperipê é o canal público em Sergipe. Integra a Rede Pública de Televisão e retransmite as emissoras TVE, sediada no Rio de Janeiro, e a TV Cultura, sediada em São Paulo. Mas na sua grade de programação constam diversos programas de produção local.

informações nas associações diz respeito aos procedimentos ligados à saúde. Dois líderes, Jairo, da Associação Comunitária Loteamento Rosa do Oeste, e Mário Jorge, da Federação das Associações Comunitárias de São Cristóvão, relatam o caso da doença de Calazar (transmitida por cães) que atingiu a região, e que, na ocasião, ao procurarem a Secretaria de Saúde do Município de São Cristóvão em busca de informação para orientação da comunidade, não receberam apoio.

Quando o rádio e a televisão não conseguem suprir as necessidades de informação, como no caso específico relatado acima, e com a indiferença da Secretaria de Saúde do Município quando acionada, a ausência de uma biblioteca pública, ou um órgão público que dissemine informação (centro de informação, centro de documentação, qualquer que seja o título que tenha) amplia esse lugar comum da não-informação.

Mesmo não existindo biblioteca pública no GRE, os líderes comunitários avaliam a importância do órgão. Como não existe uma biblioteca na comunidade, as pessoas, quando necessitam, usam a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, ou as bibliotecas públicas de Aracaju (a Estadual Epifânio Dória, e as municipais Clodomir Silva e Ivone Menezes). Normalmente, tal uso é feito por pessoas diferenciadas dentro da comunidade. É o que relata Murilo, Presidente da Associação de Moradores de Vila de São Cristóvão:

Na minha comunidade tem pessoas que consultam a biblioteca da Universidade. São professores. Então, na minha comunidade, ela [a biblioteca] é importante para aquelas pessoas que são formadas, que têm instrução. Agora para o povão que não tem nenhuma ligação com a educação, não tem acesso, não tem condições de deslocamento para uma biblioteca que ele possa ter.(APÊNDICE C, p.150).

Luzia, do Tijuquinha, chama a atenção para as dificuldades que os estudantes da sua comunidade têm para fazer as pesquisas escolares. Revela que, não contando com bibliotecas nas escolas, dirigem-se à Associação em busca de livros: “acho que eles não sabem nem o que é biblioteca. A comunidade de lá não tem nem como [saber]”. (APÊNDICE C, p.150).

Para Mário Jorge, da Federação das Associações, “a biblioteca pública é uma obrigação do governo”; ele reclama que, “em função de não ter nenhuma informação, então, consultar biblioteca só se morar em Aracaju”. Para ele, “a associação tem que se movimentar para ter pelo menos um local através de doação. [...] A comunidade não tem uma biblioteca, mas é uma necessidade” (APÊNDICE C, p.151).

Cláudio, do Jardim Universitário, considera que “em virtude da pobreza da comunidade que não tem onde se valer na região” a biblioteca é uma necessidade. E Antônio José, da Associação do Rosa Maria, aponta as “dificuldades [principalmente financeiras] das pessoas se deslocarem até Aracaju para consultar a Biblioteca Pública Epifânio Dórea”. (APÊNDICE C, p. 151).

Observa-se que instados a se manifestarem sobre a importância da biblioteca pública no cotidiano da comunidade, as manifestações, todas, são associadas ao ensino e à pesquisa. Papel prioritariamente a ser desempenhado por outras bibliotecas: a escolar e a universitária. Ou seja, os líderes comunitários consideram necessário existir uma biblioteca pública na comunidade, mas fazem uma abordagem formal, uma abordagem da educação escolar para essa necessidade. Delineia-se, então, uma segunda necessidade de informação na região: informação para a educação.

Essa é a imagem que existe da biblioteca pública: uma biblioteca como outra qualquer, que existe para atender aos estudantes, ajudando-os, principalmente, nas pesquisas escolares. No entanto, para os estudantes deve existir a biblioteca escolar, cabendo à biblioteca pública ter outros objetivos, como as atividades de leitura, reclamadas como uma necessidade para fazer frente à programação televisiva, e as atividades de lazer, com uma programação cultural diferente do lazer oferecido pelas emissoras de TV, ocupando o lugar não preenchido por espaços culturais.

Há o sentimento que, com a inexistência da biblioteca pública na comunidade, criou-se o distanciamento do público com este tipo de Instituição. Algumas opiniões revelam isto:

O povo não tem educação para de uma hora para outra o povo chegar lá de uma forma acadêmica e de agora em diante esse prédio aqui vai ser uma biblioteca. Tem que começar um trabalho de conscientização, senão ninguém vai (Murilo, APÊNDICE C, p. 152).

Infelizmente a própria sociedade tem interesse para continuar nessa sociedade menos esclarecida, é chegar no rádio xingar, difamar, passar uma hora falando no programa e no final você vê que não era nada que lhe interessava, era problema político. Na biblioteca você vai atrás da informação que lhe interessa. Pergunte alguma coisa sobre São Cristóvão, nós não sabemos (Antônio José, APÊNDICE C, p. 152).

Existe um desestímulo com relação à questão de se ir a uma biblioteca pública, e ao mesmo tempo é negado pela falta de existência dela. [...] E como viu o efeito da TV, que para ele é produtivo, seria o caso da biblioteca, se você tem uma biblioteca no município, você tem que implantar um programa de orientação, de divulgação baseada no ato, no interesse do povo, então eu acredito que o povo não faz isso [frequentar biblioteca] seja pela oportunidade que não tem (Mário Jorge, APÊNDICE C, p. 153).

A relação que a comunidade tem com o rádio e a TV, expressa na visão dos líderes comunitários, fica impossibilitada de comparação com a biblioteca. O rádio e a TV, na medida em que são aparelhos receptores instalados na casa do usuário, criam a facilidade do acesso e a fidelidade de uso. Portanto, considerando-se a relação da comunidade com a mídia de comunicação de massa, e diante da inexistência de biblioteca, o líder comunitário precisa encontrar formas de atender às demandas de informação dos comunitários. Essas demandas dizem respeito às cobranças dos moradores feitas às Associações, sempre em busca de diminuir os problemas do cotidiano.

Esse atendimento deve acontecer em duas perspectivas, trabalhando as questões estruturais da região que culminem na melhoria social (saúde, infraestrutura, transporte) e no crescimento pessoal (cursos profissionalizantes, emprego). Então, revela-se que as informações trabalhadas no dia-a-dia inscrevem-se nas necessidades sócio-econômicas.

Embora exista a concepção do que é necessário, não existem as condições para a concretização das necessidades. Há uma carência de informação e de suportes informacionais. As associações, quando têm as informações

necessitadas, enfrentam o problema de como disseminá-las junto à comunidade. Duas propostas tomam forma nas discussões das associações: a criação de uma emissora de rádio comunitária e de um jornal da comunidade. Trabalha-se prioritariamente com a idéia do primeiro veículo, e com possibilidades remotas para o segundo. A rádio comunitária conta com a simpatia de toda a liderança da região. Por sua vez, o jornal já não empolga como a emissora de rádio, e esbarra no que aqui já foi abordado, que é a questão dos índices de competência de leitura.

A emissora de rádio e o jornal são buscas para solucionar a veiculação, a disseminação das informações necessárias para a comunidade. As associações defrontam-se com dois problemas: 1) espaço para reuniões para repasse das informações (essa é a forma atual); e 2) como trabalhar informações específicas, ou seja como esclarecer tais informações.

A esse respeito, alguns depoimentos:

O problema é que não tem palestra específica. A gente tem que trabalhar, dar primeiro informação, trazer pessoas. Falar da importância do ensino. Agora, nós vamos ter que ir atrás de espaço [físico] para isso. Aqui, não temos espaço específico para isso, o único espaço que temos [em todo o GRE] é o salão paroquial que cabe uma média de 200 pessoas. A gente precisa primeiro mostrar as pessoas que é importante a informação, mas também abrir o setor público para a sociedade como um todo (Cláudio, APÊNDICE C, p. 155).

Eu precisei de um espaço para realizar um encontro de jovens. Primeiro seria aqui, procurei a Escola Armindo Guaraná (pública estadual) que fica dentro do terreno da Universidade e me negaram dizendo que naquele domingo já estava cedido para a Universidade. Eu sabia que era mentira. Então, para conseguir um espaço para um encontro de estudantes da comunidade vejam a dificuldade que existe para conseguir um espaço público. Se um presidente de uma Associação passa por tudo isso para marcar uma palestra para estudante, se isso acontece com a liderança imagine como é difícil para um estudante [ou seja, para um comunitário] (Mário Jorge, APÊNDICE C, p. 155).

Eles se referem à necessidade de encontrar um modelo para trabalhar as informações específicas, como levar de forma precisa as informações necessárias. A proposta é trabalhar as necessidades esclarecendo e orientando, como observa Cláudio líder comunitário do Jardim Universitário:

Eu vou dizer as informações que a gente precisa. Primeiro as mães e os pais tenham consciência de que os filhos precisam ser educados na escola, que têm que estudar. [...] A gente tinha que ir buscar esse tipo de informação pra que os pais tivessem consciência da importância dos filhos na escola (APÊNDICE C, p.156).

Para Antônio José líder comunitário do Jardim Rosa Maria, além da educação, há uma preocupação com as atividades de formação e a presença de atividades de lazer.

As carências constituídas na comunidade do GRE, como os procedimentos de saúde, educação, formação profissional mostra como as associações não têm ainda noção de organização social e política. Essa é uma carência a ser trabalhada imediatamente, fazendo-se uma reflexão sobre a necessidade de informação para a organização associativa, para poder atuar de forma efetiva na comunidade. As direções das associações quase sempre estão ligadas a projetos pessoais como possibilidades de escalada social, a postulação de cargo comissionado na Prefeitura, ou junto a vereadores e deputados.

Nesse contexto surge outra necessidade: informação para liderança comunitária. Necessidade que vai juntar-se às três anteriormente detectadas: saúde, educação formal e formação para mercado de trabalho

Necessidades informacionais amplas precisam de recursos humanos e estruturais para sua concretização. No entanto, a comunidade, em que pese ter sido criada há mais de 30 anos, e ampliada consideravelmente nos últimos 20, não conta com uma biblioteca pública ou outro órgão público que possibilite ou que trabalhe a disseminação de informações na comunidade. Mesmo diante do exponencial crescimento da região, com uma concentração populacional maior que muitos municípios sergipanos, nenhum dos líderes tem conhecimento de qualquer projeto municipal, estadual ou federal que beneficie a região no trato da informação.

A análise do grupo de foco realizado com líderes comunitários do Grande Rosa Elze, aqui realizada, revela a carência de suportes e equipamentos de informação na região, carência que determina impedimentos para a ação na

prestação de informações que podem provocar mudanças no cotidiano dos comunitários.

À mercê do poder público que não dá atenção à área, os líderes comunitários tornam-se co-autores da manutenção de um lugar onde nada acontece e pensam como provocar mudanças e despertar a atenção do poder público. A proposta de criação de uma rádio comunitária, como foi citada em determinado momento da entrevista, permite: 1) buscar informações fora da comunidade para atender as demandas internas; e 2) atuar criando a própria informação. Uma postura positiva, a considerar-se o que Melo escreve a respeito do assunto:

[...] os cidadãos se limitam a consumir as poucas informações que circulam no seu ambiente comunitário e que são indispensáveis para as suas decisões cotidianas, sentindo-se desmotivados para buscar outras informações [...] É esse tipo de comportamento passivo, acrítico, que imobiliza grande parte da nossa sociedade, fazendo com que a relação dos cidadãos com os meios massivos de informação se reduza ao consumo puro e simples das mensagens facilmente digeríveis (MELO, 1986, p.75).

Passividade que preocupa os líderes comunitários. A procura por um modelo para levar informações aos comunitários inclui justamente isso: mobilização. Embora reclamem da inexistência de espaços para a promoção de ações, como faz Cláudio, líder do Jardim Universitário, ao lamentar que o maior espaço existente é o do Salão paroquial com capacidade para 200 pessoas, reunir 100 pessoas é motivo de elogios. Essa preocupação com mobilização social tem ainda que ser reforçada com um enfrentamento de ordem política, uma vez que os comportamentos de políticos levam a desmobilização da comunidade, como se queixa Mário Jorge da Federação das Associações de Moradores de São Cristóvão: “quando o político bate na lata ali, ou é pra ele sair correndo atrás do trio elétrico ou pra dar dinheiro na calada da noite. Então, o presidente da associação fica sem sustentação, sem base pra trabalhar” (APÊNDICE C, p. 157).

A este respeito José Honório Rodrigues, citado por Melo, analisando tal situação conclui que “é uma pequena minoria do povo que se associa às lutas políticas; a grande maioria do povo, inculto, inconsciente, só compartilha dos festejos populares, cívicos, religiosos ou esportivos” (1986, p.66).

Fica evidente na fala do presidente da Federação das Associações de Moradores, ao reclamar da interferência dos políticos que estes atuam justamente por conhecerem as necessidades que existem nas regiões carentes. Há um quadro de pobreza que facilita o trabalho do político na submissão do cidadão às suas especulações políticas. É a existência da pobreza que “submete os homens ao império absoluto da necessidade como todos os homens a conhecem a partir de sua experiência mais íntima independente de todas as especulações” (ARENDT, 1988, p.48).

O quadro de pobreza aprofunda as carências sociais concorrendo para “a abdicação da liberdade em face dos ditames da necessidade” (ARENDT, 1988, p.49). Abdicação que provoca desmobilização, como pode ser visto na afirmação de Melo (1986, p.68) para quem “um povo que não participa, não fala, atua como ator coadjuvante no cenário da política nacional, é um povo desprovido dos direitos civis mais elementares [...] fica impossibilitado de defender os direitos fundamentais da pessoa humana: o direito à vida, ao trabalho, à segurança, ao bem estar.”

É possível que os índices de escolaridade desfavoráveis e a situação financeira dos cidadãos do Grande Rosa Elze, possam contribuir para a ausência de participação na vida comunitária e provoquem a não mobilização de luta por melhores condições e a conseqüente dependência política. Atitudes compreensíveis, considerando-se que o cotidiano dessas pessoas acontece num contexto de exclusão do processo educativo e cultural, portanto, distante da inserção no desenvolvimento social. Longe dos processos formais de acesso à informação, o cotidiano das pessoas da comunidade do Grande Rosa Elze é baseado nos meios de comunicação, fazendo interação com o rádio. A TV e o rádio são os meios existentes e possibilitam “o acesso a outras visões e a outros costumes” (MARTIN-BARBERO, 2003, p.71), contribuindo assim para modelar a informação possível. A informação que circula não será a necessária, mas a possível.

9.2 Análise dos questionários aplicados aos moradores das comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze

Foram aplicados 68 questionários aos moradores de 11 comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze. O questionário consta de duas partes, sendo a primeira destinada a informações sobre os respondentes, como sexo, idade, escolaridade e ocupação funcional. A segunda parte destina-se ao levantamento de informações sobre o objeto da pesquisa e contém dados sobre uso e necessidades de informação.¹⁵

1 Sobre o perfil dos respondentes.

1.1 Sexo.

68 pessoas responderam aos questionários, sendo:

- 29 do sexo masculino;
- 39 do sexo feminino.

Esta representação maior do gênero feminino guarda relação com os índices relativos à questão no município de São Cristóvão, quando da realização do último Censo, em 2000. Na ocasião foi apontada uma maioria feminina, com um índice na ordem de 51,17% (33.083 mulheres), contra 48,82% masculino (31.564 homens), do total de 64.647 residentes.

1.2 Faixa etária.

Os moradores pesquisados estão situados nas faixas etárias constantes do gráfico a seguir (Gráfico 2). Os estratos do eixo das idades, considerando-se o intervalo de dez anos, são baseados na forma usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando mostra dados por grupo de idade.

¹⁵ O modelo do questionário aplicado junto a comunidade do Grande Rosa Elze está disponibilizado como Apêndice (APÊNDICE B - Questionário aplicado junto a comunidade do Grande Rosa Elze).

Gráfico 2 – Faixa de idade dos moradores do Grande Rosa Elze.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Dentro do intervalo mostrado, a maior concentração de idade dos respondentes corresponde à faixa dos 30 aos 39 anos, com 27 residentes (44,11%). No entanto, essa mesma faixa em relação aos dados do IBGE aparece em terceiro lugar como 14,16% da população. A maior faixa apresentada no Censo 2000, cabe aos residentes entre 10 e 19 anos, uma população de 14.924 pessoas, que representa 23,08% da população de São Cristóvão, vindo em seguida às pessoas entre os 20 e os 29 anos, com 18,56%. O somatório desses percentuais aponta uma população de 55,8%, com menos de 40 anos, o que caracteriza uma população adulta jovem. Dado confirmado no GRE considerando-se o somatório das duas faixas com menos de 40 anos, que indica uma população de 60,2% com menos de 40 anos.

1.3 Escolaridade.

Os números correspondentes à escolaridade dos moradores do Grande Rosa Elze estão demonstrados no Gráfico que segue (Gráfico 3).

Gráfico 3: Escolaridade dos moradores do Grande Rosa Elze.
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O gráfico mostra um universo de escolarizados, uma vez que todos os 68 comunitários têm algum nível de instrução. A escolarização, por mínima que fosse, foi estabelecida como premissa da pesquisa para que o respondente tivesse entendimento do questionário, e assim pudesse responder.

Percentualmente, os dados revelam que 36,76% dos cidadãos que integram as comunidades do Grande Rosa não chegaram a completar o primeiro grau. No outro extremo estão os 7,35% que completaram o último grau do nível formal da educação.

Considerando-se as 50.161 pessoas acima de 10 anos, 41.431 pessoas do município de São Cristóvão são alfabetizadas, um coeficiente de 82,6%. Dessas 41.431 pessoas, 24.067 (58,08%) freqüentam escola, sendo que 15.910 (66,10%) estão no ensino fundamental. Os dados revelam, então, que nem todos chegam ao final do ensino fundamental.

1.4 Ocupação funcional.

Os números relativos à ocupação funcional revelam que os homens, embora sejam minoria populacional, são maioria quando se trata de mercado de trabalho. Os dados do IBGE apontam que no município de São Cristóvão, a ocupação de cargos de trabalho é da ordem de 56,51% por homens e 43,48% por mulheres. Além de ocupar o maior número de postos de trabalho, os homens, também, são melhores remunerados. A média mensal de rendimento para os homens é de 2,6 salários mínimos, e de 1,6 salários mínimos para as mulheres.

Gráfico 4: Ocupação funcional dos moradores do Grande Rosa Elze.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Dos 30 com emprego fixo 13 são funcionários públicos, dos quais seis são professores. Os outros sete são agentes de saúde, auxiliares de enfermagem e policiais. No quadro dos servidores na área privada aparecem prioritariamente pessoas ligadas à área de segurança, oficinas mecânicas e serviços administrativos.

Percentualmente 51,47% dos moradores da região têm renda mensal fixa (empregados e aposentados), enquanto que 48,52% não possuem renda fixa,

como é o caso dos autônomos (23,52%) e das donas de casa e desempregados (25%).

Os dados acima compõem o perfil da comunidade inserida no mercado de trabalho: uma população entre 30 e 50 anos (66,17%), com escolaridade de ensino médio, uma vez que 20 residentes disseram ter concluído o segundo grau, um percentual de 29,41% dos respondentes.

Somente 8,82% têm o primeiro grau completo, e, por razões de necessidades de sobrevivência, precisaram trabalhar, não prosseguiram nos estudos. Somados estes 8,82% aos 36,76%, que não concluíram o primeiro grau, têm-se um percentual de 45,58% de comunitários que não passaram do ensino fundamental. Na faixa do ensino médio, tem-se um percentual de 42,64% - somando os concludentes (29,41%) e os não concludentes (13,23%). Os comunitários de nível superior situam-se na faixa de dos 11,76% (7,35% que concluíram tal nível de estudo, contra os 4,41% que não chegaram a concluir).

Pouco mais da metade da população pesquisada tem emprego fixo, perfazendo um percentual de 51,47%. Uma parte, 23,52%, tem rendimento variável, uma vez que se insere em um de mercado de trabalho flutuante; e 25% da população do Grande Rosa Elze não tem emprego.

2 Sobre o uso e necessidades de informação.

2.1 Procurou-se saber da existência de bibliotecas nas comunidades sendo afirmado que não existe biblioteca em nenhuma das onze comunidades pesquisadas configurando-se assim a inexistência de biblioteca pública no Grande Rosa Elze.

2.2 Perguntados se, diante da ausência de biblioteca pública nas comunidades do Grande Rosa Elze, freqüentam alguma biblioteca, a ausência desta não determina a procura por outra fora das comunidades. É o que atestam 51 informantes (75%) ao dizerem que não freqüentam qualquer biblioteca. Os outros 17 informantes (25%) disseram freqüentar bibliotecas fora das comunidades. No entanto, só seis

usuários (8,82%) terminam se locomovendo para as bibliotecas públicas que existem em Aracaju, uma vez que 11 (16,17%) usam a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, justificada pela facilidade de locomoção, uma vez que a Universidade fica situada no bairro Rosa Elze, que dá nome a região Grande Rosa Elze.

Em relação às visitas efetuadas às bibliotecas públicas em Aracaju, quatro usuários (5,88%) referem-se à Biblioteca Pública Epifânio Dória, integrante da Secretaria de Estado da Cultura de Sergipe, e os outros dois usuários (2,94%) referem-se à Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, da Fundação de Cultura de Aracaju.

Não existe, no entanto, uma freqüência sistemática às bibliotecas acima citadas, pois 15 usuários (88,23%) dos que disseram ter tal atitude (17 usuários que representam 25%) admitem fazer uso de forma ocasional. Apenas dois (11,76%) dos 17 que usam uma biblioteca fora da comunidade registraram ter freqüência semanal. Esse percentual corresponde a respondentes que têm o ensino médio completo. Considerando-se o uso semanal de bibliotecas fora das comunidades dentro do universo da pesquisa, a representação é da ordem de 2,94%.

2.3 Em relação à satisfação das necessidades de informação, ou seja, de ter sido atendido quanto ao que desejava, considerando-se os 17 respondentes (25% do universo da pesquisa), 64,7% (11) consideraram-se satisfeitos, e a insatisfação representa 17% (apenas três informantes), enquanto outros 17% (três informantes) não tiveram opinião, por se tratar de freqüência ocasional.

2.4 Sobre lugares possíveis de encontrar informação.

Perguntou-se ao residente do Grande Rosa Elze em que lugar ele encontrou informação. Considerando-se que ele tenha precisado, a que lugar ele recorreu. Foi listada uma série de locais, como associação de moradores, biblioteca, escola, igreja, jornal, rádio, sindicato e televisão, equipamentos públicos

e midiáticos, que podem proporcionar informação aos comunitários. Foi permitido, ainda, que o respondente pudesse informar qualquer outro lugar.

Solicitou-se que o respondente numerasse de acordo com a prioridade dada ao lugar em que encontrou a informação. Solicitou-se ainda numerar a partir do número um como o mais importante na prioridade de busca.

Em relação ao local em que encontraram as informações, a TV é o veículo mais citado, com 25% de indicações; o jornal, com 17,64% de indicações, é o segundo veículo mais procurado.¹⁶ Escola, biblioteca e associação de moradores aparecem juntas em terceiro lugar, com 13,25% das prioridades; rádio e igreja aparecem com 5,88%. A Sub-Prefeitura instalada na Região foi citada apenas por 2,94%, enquanto que os sindicatos e o posto de saúde, indicado na categoria de outro local, aparecem com 1,47%. (Gráfico 5).

Gráfico 5: Lugar em que o morador encontrou informação. Primeira opção.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

¹⁶ Credita-se ao encarte dos classificados dos jornais a indicação que confere aos jornais uma segunda posição. Quando da aplicação do questionário alguns respondentes disseram ter acesso a jornais, mas para consultar os classificados em busca de emprego. Uma pergunta que se fez presente foi se os jornais de sindicatos e igrejas poderiam ser citados.

Como segunda opção de preferência para procurar um lugar em que pudesse ter atendida uma necessidade de informação, foram obtidos os seguintes dados:

O rádio é o veículo mais importante para os cidadãos, com 23 indicações (33,82%). Em segundo lugar aparece a TV, com onze citações (16,17%); a escola é o terceiro local indicado, com nove votos (13,23%), seguida pela biblioteca e pelo jornal, cada um com cinco indicações (7,35%); a associação de moradores teve três citações (4,41%), postos de saúde e Internet foram citadas uma vez cada (2,94%), enquanto que sindicato não foi citado e seis informantes (8,82%) não fizeram uso da segunda opção, marcando apenas um único local em que encontrou o que necessitou.

Quando se verifica o resultado tomando-se todas as opções de busca, somando-se o total das nove opções, de forma linear, o resultado mostra que a TV é o lugar preferido por 72,05%, vindo logo em seguida o rádio com 66,17%. Isso significa que a TV e o rádio aparecem com os maiores índices de citações nas duas primeiras opções. (Gráfico 6).

Gráfico 6: Lugar em que o morador encontrou informação. Somatório das opções.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Os dados confirmam a realidade das possibilidades de disseminação de informação na Região por meio da TV e do rádio, uma vez que os dois aparelhos domésticos são os mais presentes nos domicílios de São Cristóvão. São 13.845 aparelhos de TV e 13.472 aparelhos de rádio nos 15.830 domicílios de São Cristóvão; ou seja, 87,46% dos domicílios têm aparelhos de TV e 85,1 têm aparelhos de rádio. Números maiores que o de geladeiras, que estão presentes em 12.934 (81,7%) domicílios. Em compensação só 375 domicílios têm microcomputadores, isso significa que somente 2,36% de residências em São Cristóvão pode estabelecer contato com uma possibilidade de informação fora dos canais formais de comunicação.

O número de rádios no GRE é de 94,11% e de TV é de 100%. Números maiores que o de São Cristóvão no seu conjunto. Já a presença de computadores em domicílios de São Cristóvão, é semelhante ao número de computadores usados por residentes (número unitário de pessoas) do Grande Rosa Elze que é de 10,29%, um pouco maior que o número de pessoas que acessam a Internet, 8,82%. O número de acesso à Internet está próximo do percentual de acesso brasileiro que é de 11,66%, considerando-se os 21 milhões de acessos hoje feitos no país.

2.5 Dificuldades encontradas quando precisou de informação.

Foram perguntadas quais as principais dificuldades encontradas quando o cidadão precisou de informação. Foi solicitado que a resposta indicasse prioridade das dificuldades porventura encontradas. Foram apresentadas algumas situações possíveis de dificuldades como: acesso ao órgão, desconhecimento de um local para consulta, distância de locomoção, falta de documentos para consulta e ausência de pessoal para informar.

Os resultados da questão estão nos dois gráficos seguintes (Gráfico 7 e Gráfico 8), que apresentam, respectivamente, os dados relativos à primeira manifestação, e ao resultado transversal das dificuldades encontradas.

Gráfico 7: Principais dificuldades encontradas na busca de informação. Primeira opção.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A maior dificuldade encontrada quando pessoas das comunidades buscam informação diz respeito à falta de pessoal para informar. Esse item foi apontado por 26,8% dos pesquisados. Ou seja, eles não têm a quem recorrer para solicitar ajuda, para ter a indicação sobre onde poderão encontrar a informação necessitada. Este item está associado ao segundo mais apontado, que é o desconhecimento de um local onde encontrar a informação que precisam (22,3%). Somados estes dois itens, eles apontam 49,1% do que é visto como dificuldade quando os moradores do Grande Rosa Elze precisam de informação.

A terceira dificuldade citada é consequência das duas primeiras, uma vez que diz respeito à locomoção entre a moradia e um órgão a ser visitado (16,4%), pois, não existindo a possibilidade de solução da informação na região, é preciso ultrapassar fronteiras, é preciso se locomover até Aracaju.

Como pode ser observado quando questionados sobre a frequência a bibliotecas fora das Comunidades (ver 2.2) em que 25% disseram fazer uso de tal expediente, registra-se que apenas 9% terminaram se locomovendo, pois os outros 16% se detiveram na biblioteca universitária que fica no entorno da região. Neste ponto reside uma questão que diz respeito ao valor do transporte público.

A dificuldade da locomoção é seguida pelo problema de acesso a um órgão (14,9%): para serem acessados, é preciso vencer certa distância física, caso das bibliotecas públicas de Aracaju, ou é preciso vencer a dificuldade de linguagem, caso da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.

A informação propriamente dita, na forma do documento necessitado, é a última dificuldade apontada. Entende-se, com essa posição, que a existência de informação não é a etapa maior a ser vencida, e sim a existência de pessoal para informar, um local para usar e um acesso possível.

Como segunda opção de dificuldade encontrada quando precisou de informação, a locomoção foi a mais citada (17,9%), seguida da reclamação de pessoal para informar (16,4%). O documento, ou seja, a informação propriamente dita, assume uma posição intermediária, aparecendo em terceiro posto de dificuldade (14,9%), seguido pelo local e acesso, ambos com (11,9%).

Gráfico 8: Principais dificuldades encontradas na busca de informação. Somatório de todas as opções.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Considerando-se os números transversais, possíveis pela computação de todas as opções, ou seja, tabulando-se todas as opções de cada um dos respondentes, a ausência de pessoal para informar tem 47 indicações, 70,1%, o

que confirma a informação da primeira opção. 64,1% é a indicação das dificuldades encontradas quanto a um local para buscar informação, e 62,6% colocam no impedimento de locomoção as dificuldades para satisfação das necessidades de informação.

2.6 Informação necessária no cotidiano.

Perguntou-se qual o tipo de informação necessária no cotidiano do comunitário. Foi solicitado que numerasse as colunas de acordo com necessidade, a partir do número um como a maior prioridade. Foi apresentada uma relação de assuntos relativos ao dia-a-dia dos moradores: estudos, cultura, moradia, negócios, saúde, trabalho e transporte. Foi dada a possibilidade ao respondente acrescentar outra(s) atividade(s).

No tópico principal da pesquisa, que se refere ao levantamento de dados quanto à informação necessária por parte dos comunitários, a pesquisa aponta que a principal necessidade diz respeito à informação para educação (33,3%), seguida de informação sobre saúde (30,3%) e sobre trabalho (12,1%). (Gráfico 9).

Gráfico 9: Tipo de informação necessária. Primeira opção.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

No conjunto das opções, a saúde aparece como o tipo de informação mais necessitada pelos moradores do Grande Rosa Elze. São 77,94% de indicações de necessidades desse tipo de informação. Em seguida, vêm as necessidades referentes a questões ligadas a trabalho (72,05%), aparecendo em terceiro lugar as necessidades de informações para estudos (educação formal e informal) com 64,7% de indicações. (Gráfico 10).

Gráfico 10: Tipo de informação necessária. Somatório de todas as opções.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Esses dados, relativos às necessidades de informações das 11 comunidades que integram a região do Grande Rosa Elze, reforçam as manifestações dos líderes comunitários, durante a realização do grupo de foco, quando colocaram como prioridade a necessidade de informação sobre saúde. Saúde, trabalho e educação, são as necessidades de informação reclamadas pelos moradores que responderam aos questionários.

O que chama a atenção no resultado transversal é o aparecimento das informações culturais como quarta indicação no conjunto, quando como primeira prioridade foi a última com apenas 1,47, junto à questão política, citada como outra atividade por um morador. Esse dado pode ser justificado ao ser relacionado o processo cultural ao educacional. Nesse sentido, era constante, ao

responder ao questionário, fazer-se o comentário de que não existe nada de cultura na Região, mas que cultura era importante.

Essa posição reforça a preocupação dos líderes comunitários, ao dizerem que lá não existia nada em relação à cultura como entretenimento e diversão, como cinema, teatro, museu, galeria, concha acústica, e que a única possibilidade de diversão era o futebol (Luzia, APÊNDICE C, p. 149).

2.7 Acesso às informações necessitadas.

A seguir, procurou-se saber quais os canais ou as fontes usadas para conseguir tais informações. Para isso procurou-se saber sobre o uso de suportes impressos e midiáticos, por parte da comunidade.

2.7.1 Sobre o uso de periódicos, fica demonstrado que tal recurso não está ao alcance dos comunitários, pois apenas três disseram assinar periódicos. A questão da assinatura reveste-se de necessidade de trabalho, já que dois são professores e usam as revistas Nova Escola e TV Escola como instrumentos de trabalho, o que reforça o item anterior quanto à informação necessária para estudos. (Registre-se que, dos 30 moradores com rendimento fixo no mercado de trabalho, oito são professores.) O outro depoente, um funcionário de empresa estatal aposentado, assina revistas semanais de informação geral.

2.7.3 Contrário ao quesito da informação impressa, a informação midiática é absoluta na preferência dos comunitários. Quando perguntados se possuíam aparelho radiofônico, apenas quatro disseram não tê-lo em casa. Dos 64 que possuem, 48 fazem uso diário do aparelho. Os programas noticiosos sensacionalistas numa linha editorial própria, misturando política e polícia, alicerçados na denúncia e pouca ou nenhuma informação, são os campeões de audiência, com 40 opções dos 48 considerados, inclusive os que não usam o rádio diariamente. Os programas de entretenimento (musicais, horóscopos, etc.) aparecem em segundo lugar, seguidos pelos programas evangélicos.

2.7.4 Na questão TV, todos os que responderam aos questionários têm o receptor de imagens em casa, e 59 deles (86,76%) assistem a programação diariamente. Os jornais televisivos são os programas preferidos por 52 pessoas (76,47%), sendo seguido pelas telenovelas com 21 citações (30,88%).

Em contrapartida, a questão da democratização da informação via televisão pode ser questionada pelo fato de que, mesmo tendo o aparelho de televisão e com 86,76% (59 informantes) ligando-a diariamente, estas pessoas estão desligadas da tecnologia da informação de ponta, ou do acesso que esta permite, pois somente um morador pesquisado tem TV a cabo.

Esse perfil desconectado de uma realidade que se diz global fica patente quando as pessoas são instadas a responder sobre o uso de computador. Apenas sete (10,29%) têm computador em casa, nove (13,23%) têm acesso no trabalho e 52 (76,47%) nunca usaram um computador.

Esses números se assemelham à questão que diz respeito ao acesso à Internet. Dos sete que têm computador em casa, seis utilizam a rede mundial de computadores. Cinco disseram poder acessar no trabalho, e 55 apontaram que nunca tiveram contato com a Internet. Dois respondentes que optaram por responder que não acessam a Internet disseram já ter usado em uma ocasião em uma LAN House.¹⁷ Observe-se, entretanto, que não existe LAN House nas comunidades pesquisadas.

Os acessos, em sua maioria, são por linha discada, o que dificulta a frequência mesmo dos que acessam. Dos onze, apenas um usa a Internet diariamente. A maioria (sete) acessa semanalmente (sem precisar o número de vezes), e os outros por um espaço superior a duas semanas, em média.

2.8 Importância do local que possui informação.

¹⁷ LAN (Local Area Network). LAN House, casa em que se colocam à disposição do público computadores em rede.

Buscou-se saber qual a importância de alguns locais possíveis de se encontrar informação quando existe necessidade. Apresentou-se uma relação de locais: associação de moradores, biblioteca, escola, espaço cultural, igreja, jornal, rádio, revista e televisão. Para responder a questão, solicitou-se usar a escala que vai de muito importante a sem importância.

Gráfico 11: Importância do local em que podem ser encontradas informações.
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

As respostas apresentadas no gráfico acima, em relação à importância que as pessoas das comunidades dão ao local em que podem encontrar informação, levam à seguinte classificação:

- 1° – Escola, com 80,88%;
- 2° – Biblioteca, com 69,11%;
- 3° – Jornal, com 58,82%;
- 4° – Igreja, com 55,88%;
- 5° – Televisão, com 52,94%;
- 6° – Rádio, com 51,47%;
- 7° – Associação de moradores, com 42,64%;
- 8° – Revista, com 22,05%;
- 9° – Espaço cultural, 17,64%.

Essa classificação guarda uma lógica, pois, a comunidade, convivendo rotineiramente com problemas sociais, entende:

- a) a escola como um lugar em que as informações podem ajudar a melhorar as questões sociais por meio da educação, residindo, nesse contexto, a preocupação com o mercado de trabalho;
- b) a biblioteca é associada à escola, é como ela é conhecida;
- c) o jornal está associado às entidades sindicais, e aos classificados em busca de emprego;
- d) a igreja tem a recorrência da necessidade de expressão da fé, muito presente na atual sociedade.

2.9 Importância da biblioteca, TV e rádio como fontes de informação, diversão e lazer.

Procurou-se saber como a instituição biblioteca e as empresas de comunicação da informação são vistas em relação a importância que cada uma delas têm como fonte de informação e diversão para a comunidade. O resultado é o seguinte:

- a biblioteca pública é considerada fonte de informação muito importante por 63 dos respondentes (92,64%), enquanto que, a diversão e o lazer como atividades foram considerados muito importantes por apenas oito comunitários (11,76%);
- o rádio é considerado por 73,52% (50 pessoas) como muito importante fonte de informação, e por 22,05 (15) como muito importante como fonte de diversão e lazer;
- a TV é considerada muito importante como fonte de informação por 59 informantes (86,76%), e como fonte de diversão e lazer por 18 (26,47%).

Os números acima revelam o aspecto primordial de como o rádio é usado na região, transformando-se em instrumento de comunicação de informações, dentro dos programas interativos, normalmente matutinos.

2.10 Importância da TV e rádio no atendimento das necessidades de informação.

Perguntados como vêem a TV comercial e a TV pública em relação ao atendimento das suas necessidades de informação e diversão, os informantes assim se manifestaram:

- a TV comercial é muito importante no atendimento das necessidades de informação para 33 informantes (48,52%), e é muito importante no atendimento das necessidades de diversão e lazer para 28 residentes (41,17%);
- a TV pública, a rede educativa de televisão, como fonte de informação é considerada muito importante no atendimento das necessidades por 25 pessoas (36,76%), e muito importante no atendimento das necessidades de diversão e lazer por 21 informantes (30,88%).

10 CONCLUSÃO

No dia 22 de outubro de 2006, às 8h54min, foi endereçado um e-mail a um dos colunistas da Página www.ofaj.com.br, por meio de contato por visitante. O visitante JBSB, após ler na página um comentário sobre o filme Diários da motocicleta, e precisando de informações para escrever um trabalho sobre o filme, ao qual deveria assistir, resolveu escrever para o colunista solicitando ajuda.

Necessitando de informação sobre o assunto, utilizou a Internet por puro acaso. Morando no interior, em um lugar onde não existe biblioteca, um colega fez a indicação da página, para leitura da coluna específica sobre a informação necessitada, e permitiu que ele usasse o computador em busca das informações.

Como na Internet não existe fronteira geográfica, e a privacidade do internauta está respeitada, não é possível saber de que lugar do Brasil foi originada a mensagem. A Página www.ofaj.com.br, hospedada em provedor situado em Londrina, no Paraná, pode ser lida em qualquer lugar do Brasil e do Mundo que tenha conexão com a rede mundial de computadores. O leitor, e visitante, do sítio mencionado está no Brasil, posto que, no endereço eletrônico é possível identificar o registro .br. Mas não se sabe em que lugar do Brasil. Tanto pode ser no interior do Paraná, quanto no interior de Sergipe. Pode estar em qualquer comunidade carente de qualquer estado brasileiro.

Nesse contexto, o visitante da página, acima citada, aproxima-se do morador do Grande Rosa Elze pela carência de informação. No seu núcleo habitacional, não existe uma biblioteca pública para consulta, bem como não existe um lugar público para acessar a Internet. Mas, com certeza, existe a TV e o rádio, integrados à paisagem globalizada da informação, por meio das transmissões de longo alcance, como os canais disponíveis pelo sistema de antenas parabólicas e os de TV a cabo. O lugar em que mora JBSB (iniciais do visitante, respeitando a sua identidade) é semelhante ao Grande Rosa Elze, onde a informação não acontece, um lugar carente de informação. Semelhança que confirma a sentença de Martim-Barbero (2001, p.206) de que “[...] o que nos constitui é o que nos falta, o que nos constitui é a carência”.

Necessitando de informação (para a educação formal, por tratar-se de um trabalho escolar), provavelmente, por não contar com uma biblioteca escolar, deve ter recorrido a uma biblioteca pública, com a qual também não pôde contar, e posteriormente, considerando o mundo globalizado em que vive, deveria ter recorrido a um lugar público onde pudesse usar um computador, e assim, conectado à rede mundial de computadores, enfim, fazer a sua pesquisa. Mas, nesse lugar do interior do Brasil, em que mora JBSB, não existe um órgão público que proporcione aos seus cidadãos o acesso à informação, via Internet. Assim, a sua busca para suprir uma necessidade de informação foi contemplada por uma iniciativa particular, a permissão de uso de um computador privado.

No Brasil as tecnologias da informação e da comunicação – satélites, informática, televisão - presentes em espaços múltiplos, globais, não se fazem presentes com tal intensidade nas comunidades, muito menos nas regiões periféricas, quase sempre carentes. A televisão e o rádio são as presenças mais firmes e constantes. Mas a informática e os satélites, os meios tecnológicos possíveis de provocar mudanças de comportamento, para quem ainda tem necessidades a serem contempladas, não fazem parte do cotidiano dessas comunidades.

A pesquisa realizada nas comunidades Rosa Elze, Rosa Maria, Eduardo Gomes, Jardim Universitário, Vila de São Cristóvão, Madre Paulina, Luiz Alves, Tijuquinha, Lafaiete Coutinho, Rosa do Oeste e Maria do Carmo, que reunidas formam a região metropolitana denominada de Grande Rosa Elze, em determinado momento evidencia que nada acontece na região. É quando, durante o grupo de foco, os líderes comunitários atestam que, além da inexistência de biblioteca pública, tampouco existe qualquer outro equipamento público que viabilize informação e cultura.

Configura-se assim, a ausência de outros meios de acesso à informação. Então, além da inexistência de biblioteca, e, conseqüentemente, de livros, não existem computadores colocados à disposição pública, o que impossibilita o acesso à Internet, o meio de acesso à informação mais difundido modernamente.

Isolada do mundo globalizado, no quesito tecnologia da informação, a comunidade tem na TV e no rádio os comunicadores de informações, e o processo interativo proporcionado pelo rádio pressupõe a solução dos problemas do cotidiano. No entanto, as soluções, embora pontuais, restringem-se às reclamações em relação a assuntos que demandam solução imediata. Este tipo de interação não cria vínculo de desenvolvimento, de mudança de comportamento para procurar fazer as coisas ainda melhores.

Isso revela que uma área tão próxima do mundo científico, separada apenas por uma cerca e uma rua, de uma área em que se desenvolve a prática científica e tecnológica, o Campus da Universidade Federal de Sergipe, não conte com o apoio deste mesmo mundo, ao não inserir o local em que se desenrola a vida cotidiana na sua prática acadêmica e científica. A tecnologia existente no Campus esbarra numa cerca e não consegue atravessar uma rua. Configura-se a exclusão social provocada pela tecnologia da informação.

Neste sentido, excluída do mundo globalizado, como viabilizar a produção e a divulgação de informação? A rádio comunitária é uma saída, conforme a colocação de vários líderes, que vêem numa emissora de rádio a concretização da comunicação da informação. É pertinente lembrar que a produção de informação impressa é cara, além da questão do público mais reduzido por causa dos índices de competência de leitura.

A respeito do assunto leitura, observa-se que o Programa Campus Aproximado, citado no início deste trabalho (capítulo 1: Introdução), não trata de informação, conhecimento e leitura em suas ações, em que pese ser a área do Grande Rosa Elze definida, formalmente, como de práticas acadêmicas, e reconhecer que os contingentes populacionais existentes na área, não possuem o domínio da leitura e da escrita.

A realidade a que está exposta à comunidade do Grande Rosa Elze, em relação às suas necessidades de informação, diz respeito ao convívio com o rádio e a TV, como pode ser visto quando perguntados em que local encontram as informações (capítulo 9: Análise dos dados). No entanto, tal realidade não se coaduna com os anseios, pois, quando perguntados sobre a importância que dão

a determinados locais, o rádio e a TV passam a ocupar o quinto e o sexto lugares, respectivamente. O que comprova a hipótese defendida neste trabalho, de que não tendo acesso a algum órgão público que dissemine a informação, os residentes dos núcleos habitacionais da Região se conformam com as informações proporcionadas pelos veículos de comunicação de massa.

Por outro lado, a escola e a biblioteca se apresentam como os dois locais mais importantes para a comunidade, o que revela uma preocupação social. Neste sentido, conclui-se pela importância da existência de uma biblioteca pública no Grande Rosa Elze, posto que, ao considerar a escola e a biblioteca como os locais mais importantes onde se pode encontrar a informação, a comunidade, mesmo não sendo algo consciente do ponto de vista acadêmico, mas consciente do ponto de vista social, insere a informação nos procedimentos de informação para o conhecimento.

As necessidades, então, se configuram em dois aspectos:

1º – as necessidades para a educação formal, escolar, quando as famílias concretamente precisam suprir as deficiências de pesquisa para a confecção de trabalhos escolares, uma vez que não solucionam tal problema nas escolas;

2º – as necessidades para a melhoria do padrão de vida, quando precisam de informação para a saúde, como procedimento familiar, para a educação profissionalizante, como forma de inserção no mercado de trabalho, e para o transporte e moradia, como a melhoria do bem estar social.

Ao término da pesquisa, algumas questões foram respondidas: o tipo de informação necessária; quem necessita de informação, e porque precisam dela:

- a informação necessária, tanto para os líderes comunitários, quanto para os comunitários, diz respeito a questões de saúde, educação e de trabalho;
- a informação é necessitada, principalmente, pelos que estão no mercado de trabalho e na escola. Em ambos os casos a necessidade se prende ao fator social do conhecimento para provocar ação de mudança pessoal;
- precisam, individualmente, para tentar ascender na vida profissional, e coletivamente, para o desenvolvimento social da comunidade.

Voltando à questão da necessidade de informação sobre saúde, ela é unanimidade entre as lideranças comunitárias. Essa é a grande dificuldade encontrada pelas lideranças, a questão da informação para a orientação no atendimento da saúde, já que no GRE não existe tal tipo de informação, a considerar o que dizem os líderes comunitários (capítulo 9: Análise dos dados). Existem as necessidades de informação, que não podem ser satisfeitas, pois não existem órgãos públicos dedicados à questão.

Neste sentido, a biblioteca pública, tradicionalmente responsável pela circulação da informação, desde a captação à disponibilização, não estando presente em uma região, com uma população estimada em 50.000 habitantes, distribuídas em 11 núcleos habitacionais, abre uma lacuna em um tipo de serviço público necessário para satisfação das necessidades básicas, lacuna essa ocupada pelos veículos de comunicação de massa, que terminam criando um sentimento dubio em relação aos dois principais veículos de comunicação: a TV e o rádio. Embora vaga, existe uma noção, por parte dos líderes comunitários, embora vaga, e sem sustentação científica, de que a TV manipula a informação, de que aquilo a que o telespectador tem acesso não é verdade (capítulo 9: Análise de dados). Essa noção não existe em relação ao rádio, já que este permite a interação entre ouvinte e apresentador e trata de temas específicos de interesses do dia-a-dia.

Assim, sendo o rádio o principal veículo de comunicação da informação, apresentando-se como um canal possível de dar voz ao povo, estabelecendo-se como o veículo de comunicação mais democrático, vislumbra-se para os líderes comunitários a solução dos problemas de informação nas comunidades: a criação de uma emissora de rádio comunitária.

Mesmo tendo essa noção em relação ao rádio, os líderes comunitários consideram que a existência de uma biblioteca pública é primordial e tem um papel importante a ser desempenhado na comunidade. A biblioteca enseja a possibilidade da circulação de livros e informação, tomando-se como pressuposto que as pessoas não comprem livros ou jornais pela questão econômica. É evidente que, embora o problema financeiro exista, não é o único fator de

impedimento, pois se deve também considerar o fato de que as pessoas não têm o hábito da leitura.

Diante da ausência de um órgão público dedicando-se à prestação de serviços em informação, como as lideranças comunitárias podem conseguir informações e fazer chegar aos moradores? Esta é a questão que eles tentam equacionar. Argumentam que estão abandonados pelo setor público: não existe biblioteca pública, nem qualquer outro órgão similar que possa ceder informação ao público. A TV e o rádio, veículos a que recorrem, estão presos a suas programações entre a diversão e a informação de notícias.

Como capilares de uma rede de moradores, que convivem com necessidades que vão das básicas às derivadas, alegam, os líderes comunitários, que, se eles encontram dificuldades na busca de informação, então, essa busca é muito mais difícil para o morador comum. São pessoas que não têm acesso aos órgãos públicos em busca de resultado para suas demandas, e portando não têm as suas necessidades de informação atendidas.

Existem necessidades de informação em saúde, trabalho, educação e cultura; prioritariamente, no entanto, tendo em vista as dificuldades de serem atendidas, as comunidades se conformam com as informações possíveis. As demandas, direcionadas aos canais possíveis (a informação buscada nos canais de comunicação), encontram as respostas possíveis, nos rádio e TV, e não contam com o apoio do poder público.

Este trabalho trata de informação, mas tendo em vista a Biblioteca como órgão público, que dá suporte à informação, que comporta todos os suportes impressos e midiáticos. Assim, em que pese argüir-se que, hoje, a Internet é muito mais disseminada (quantitativamente), que há muito mais gente conectada à internet do que indo à biblioteca, a internet não é equipamento público, é um instrumento de pesquisa, não é um órgão; portanto, a internet não está de portas abertas ao público, ela não está disponível para quem lá quer entrar, ela está disponível em órgãos, sejam públicos ou privados.

Considerando-se que, na Região, não existe um serviço de informação prestado pelo poder público, este trabalho conclui pela necessidade da presença

de uma biblioteca, órgão público responsável por serviço de informação. A biblioteca pública, como órgão público, atinge a todos, indistintamente, o que permite, teoricamente, que possa, alcançar o maior número possível de comunitários.

Embora ainda se veja a biblioteca como o local de livros, na verdade ela pode e deve ser vista como um local de informação. A correlação com o suporte livro, mais que a própria relação histórica, diz respeito aos acervos e à questão básica para o seu uso: a leitura. Acervos atualizados e bibliotecas equipadas já dimensionam uma nova ordem de uso e possibilitam o acesso às informações mais que o livro. A biblioteca pública, existindo, pode contemplar o acesso à internet, e trabalhar para a inclusão digital.

Recomendação:

A Universidade Federal de Sergipe, como aglutinadora dos núcleos habitacionais que resultaram no Grande Rosa Elze, deve ter uma atuação maior na região, incluindo no Programa Campus Aproximado, visando o trato da informação, conhecimento e leitura em suas ações. Um exemplo: considerando-se a questão do lixo, já que existem bolsões a céu aberto e a Prefeitura tem o serviço de coleta, o papel da Universidade seria o de informação para a educação ambiental e uma proposta de reciclagem de lixo na área. Além disso, trabalhar em um programa que contemple um projeto de inclusão digital.

REFERÊNCIAS

ADEUS Lênin. Direção: Wolfgang Becker. Produção: Stefan Arndt. Intérpretes: Daniel Brühl; Katrin Sab; Maria Simon e outros. Roteiro: Wolfgang Becker e Bernard Lichtenberg. Música: Yann Tiersen. Alemanha: Sony Pictures, 2003. 1 bobina cinematográfica (118 min), son. color. 35 mm.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas. Londrina: Editora da UEL, 1997. 171p.

_____. Informação pública: conceitos e espaços. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.) Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. 191p. p. 71-81.

ARENDT, Hannah. Da revolução. Tradução de Fernando Dídimo Vieira. Brasília: Editora da UnB, 1988. 261 p. (Série Temas: Estudos Políticos, v.5)

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994.

BARROS, Ricardo Paes de; Carvalho, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. In: GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme; URANI, André (Orgs.). Reformas no Brasil: balanço e agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 543p. p.433-455.

BASTOS, Luiza E.; NEGRÃO, May B. Automação: porque, quando e como. In: Bibliotecas públicas e escolares. Brasília: ABDF, 1982. p.33-53.

BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 272p.

BETTIOL, Eugênia Maranhão. Necessidades de informação: uma revisão. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v.18, n.1, p.59-69, jan./jun. 1990.

BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Brasília, n°. 4, p. 95, out. 1967.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292p.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 377p.

BUCCI, Eugênio. Brasil em tempo de TV. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 182p.

BUONOCORE, Domingo. Diccionario de bibliotecologia. Buenos Ayres: Marymar, 1976. 452p.

CARVALHO, Kátia de. Informação: direito do cidadão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, Salvador, 1991. Anais. Salvador: APBEB, 1991. v.2, p. 1172-1180.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617 p.

_____. Fim de milênio. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 497 p.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. 414p. p.255-287.

_____. O poder da identidade. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: EdUnB, 1994. 111p.

COELHO NETO, J. Teixeira. A biblioteca como modelo de sistema de comunicação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.11, n.1/2, jan./jun., 1978.

COUTO, Luiz Mário M. A produção da informação e o MEC. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v.16, n.1, p.65-74, jan./jun. 1988.

DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Tradução Bernadette Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DEFINIÇÃO e conteúdo da documentação popular. Lima: CELADEC, 1981. 12 p. Mimeografado.

DIMENSTEIN, Gilberto. Jornalismo comunitário: notícias. FolhaOnLine, São Paulo. <Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/>> Acesso em: 26/10/2006

DRUMOND JÚNIOR, Marcos. Vida e morte em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FERREIRA, Karla Regina; SANTOS, Márcia Cunha. A autogestão como alternativa de trabalho e renda: um desafio a ser alcançado. São Cristóvão, 2002.

FIGUEIREDO, Nice. Avaliação de coleções e estudo de usuários. Brasília: ABDF, 1979. 96p.

GALVÃO, Maria Cristiane B. Os conceitos dos termos biblioteconomia, documentação e ciência da informação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.12, n.1/2, p.100-114, jan./jun., 1993.

GANUZA, Enrique; LEÓN, Arturo; SAUMA, Pablo. Gasto público em servicios básicos em América Latina y el Caribe: análisis desde la perspectiva de la iniciativa 20/20. Santiago, Chile: PNUD; CEPAL; UNICEF, 1999. 758p.

GIDDENS, Anthony. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo por nós. Tradução Maria Luiza de A. Borges. São Paulo: Record, 2000. 108p.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. 111p.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios; resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001. 519p.

JORNAL Nacional: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 407p.

LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119p.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005, 148p.

_____; VERGUEIRO, Waldomiro. A utilização do grupo de foco para a avaliação da opinião dos clientes: a experiência do Serviço de Biblioteca e Documentação da ECA/USP. Revista Informação&Informação, Londrina, v. 4, n. 2, p. 95-104, jul./dez. 1999.

LIMA, Deuza Silva. Concepções do ensino de história em escolas públicas noturnas da Grande Aracaju: diagnósticos no Jardim Rosa Elze, São Cristóvão, Se. São Cristóvão, 2003. 67p.

LIMA, Justino A. Serviço de documentação e informação popular: a informação a serviço das organizações populares. . Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.19, n.1/4, p.32-49, dez., 1986.

LITTON, Gaston. Arte e ciência da biblioteconomia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 209p.

LOPES, Maria Immacolata; BORELLI, Sílvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002. 394p.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. R. Esc. Biblioteconomia UFMG, Belo Horizonte, v.23. n.2, p. 115-137, jul./dez. 1994.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio de Néstor Garcia Canclini. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, 369p..

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis (Org.). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. 414p. p.57-86.

MARTINS, Wilson. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996. 519p.

MELO, José Marques de. Comunicação: direito à informação. Campinas: Papirus, 1986. 152p.

MENOU, Michel J.; McHOMBU, Kingo. Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). Atuação profissional na área de informação. São Paulo: Polis, 2004. 191p. p.129-150.

MILANESI, Luís A. A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura. 3.ed. ver. e amp. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997. 271p.

_____. A casa da invenção: centros de cultura: um perfil. São Paulo: Siciliano, 1991. 189p.

_____. A formação do informador. Informação&Informação, Londrina, v.7, n.1, p.07-40, jan./jun. 2002.

_____. O que é biblioteca? São Paulo: Brasiliense, 1983. 107p. (Coleção Primeiros Passo, 94).

_____. Ordenar para desordenar. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

_____. Centro de cultura: forma e função. São Paulo: Hucitec, 1990. 91p.

MONSERRAT FILHO, José. O direito à informação qualificada. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo (Org.). Informação e poder. Rio de Janeiro: Record, 1994. 126p. p.93-99. Textos apresentados na SBPC.

MOORE, Nick. A sociedade da informação. In: A INFORMAÇÃO: tendências para o novo milênio. Brasília: IBICT, 1999.

MORAES, Rubem Borba de. O problema das bibliotecas brasileiras. Brasília: ABDF, 1983. 37p.

MORALES, Luiz W. Gutiérrez. La gerencia de la informacion desafios y responsabilidades. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v.18, n.2, p.229-238, jul./dez. 1990.

NOVAES, Washington. Informação e cidadania. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo (Org.). Informação e poder. Rio de Janeiro: Record, 1994. 126p. p.79-91. Textos apresentados na SBPC.

OBATA, Regina Keiko. Biblioteca interativa: construção de novas relações entre biblioteca e educação. R. Bras. Bibliotecon. Doc., São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 1, p.91-103, 1999.

PIMENTA, Ana Lúcia et al. A informação como insumo do projeto de cidadania do povo negro... In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, Salvador, 1991. Anais. Salvador: APBEB, 1991. v.2, p. 1108-1124.

PLANO urbanístico: ante-projeto do código de urbanismo e obras. In: PROPOSIÇÃO DE INSCRIÇÃO DA PRAÇA SÃO FRANCISCO EM SÃO CRISTÓVÃO/SE NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Aracaju: Secretaria de Estado da Infra-Estrutura,/Sergipe, 2005. 1 CD.

POLKE, Ana Maria Athayde et al. Biblioteca, comunidade e informação utilitária: um estudo de como circula a informação utilitária no bairro de Pompéia em Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11., João Pessoa, 1982. Anais. João Pessoa: APBPB, 1982. v.1, p.131-159.

POR um fio. Direção: Joel Schumacher. Produção: Gil Netter e David Zucker. Intérprete: Colin Farrel; Kiefer Sutherland; Forest Whitaker; Randra Mitcher; Katie Holmes e outros. Roteiro: Larry Cohen. Música: Harry Gregory-Williams. EUA: 20th Century Fox, 2002. 1 bobina cinematográfica (81 min), son. color. 35 mm.

PRÉDIO ocupado tem quase 6 mil livros em sua biblioteca. Brasil almanaque de cultura popular, São Paulo, ano 8, n. 87, p. 9, jun. 2006.

REIS, José Guilherme; URANI, André. Uma visão abrangente das transformações recentes no Brasil. In: GIAMBIAG, Fábio; REIS, José Guilherme; URANI, André (Orgs.). Reformas no Brasil: balanço e agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. 543p. p. 3 -22.

ROSS, Murray G. Organização da comunidade: teoria e princípios. Caxias, RS: La Salle, 1955. 237p.

SÃO CRISTÓVÃO e seus monumentos: 400 anos de história. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura/Governo de Sergipe, 1989. 45p.

TAKAHASHI, Tadao (Org.) Sociedade da Informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

TARACENA, Julio Edgar Barrios. Elementos para a avaliação de projetos sociais. In: METODOLOGIAS e técnicas de serviço social. Brasília: SESI, 1996. 81 p. p.71-81. (Caderno Técnico, 23).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Relatório do Programa Promoção Social no Campus Aproximado Grande Rosa Elze. São Cristóvão, 2003. 24p.

WEFFORT, Francisco. Entrevista. D.O. Leitura, São Paulo, v.20, n.3, p. 6467, mar. 2002.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS DO GRANDE ROSA ELZE

Este roteiro de entrevista tem como objetivo verificar o entendimento dos líderes comunitários da região do Grande Rosa Elze no que diz respeito à informação, quais as demandas e as necessidades existentes, e como resolvem os problemas do dia-a-dia a partir das informações que necessitam.

1) Para o Sr(a) qual o papel de uma biblioteca pública no dia-a-dia da comunidade?

- Qual a importância que o Sr(a) dá a informação existente em uma biblioteca pública?

2) Na sua visão qual o papel da TV e do rádio no dia-a-dia da comunidade?

- Que importância o Sr(a) dá a informação vinculada na TV e no rádio?
- A televisão e o rádio aumentam a participação da comunidade como cidadãos na sociedade?
- Quais os aspectos que podem ser trabalhados no cotidiano da comunidade?
- Os sistemas de comunicação de massa, tipo TV e Rádio, ajudam a melhorar as condições de vida das comunidades? De que forma?

3) De que tipo de informação o Sr(a). precisa?

- Quais as dificuldades encontradas quando precisa de informação?
- Consegue atender as suas necessidades de informação?
- Quais os meios utilizados pelo Sr(a). para conseguir a informação desejada?

4) Existe na comunidade um órgão público (biblioteca ou outro) que disponibilize ou facilite a informação para os cidadãos?

- Na sua comunidade existem projetos que a beneficiem em relação à questão da informação?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO À COMUNIDADE DO GRANDE ROSA ELZE

Este questionário tem como objetivo verificar as necessidades de informação existentes nas comunidades do Grande Rosa Elze, e como, e onde, os comunitários buscam as informações necessárias. Está dividido em dois campos: o primeiro diz respeito aos dados pessoais do respondente; o segundo às questões ligadas ao uso e necessidade da informação. Faz parte do processo metodológico, quanto ao levantamento de informações sobre as comunidades pesquisadas, referente a Tese de Doutorado em Comunicação junto a Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo

Comunidade em que mora: _____

I – Dados pessoais.

Nome: _____

Endereço: _____

Idade: _____ Sexo _____ Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Ocupação funcional: _____

II – Uso e necessidades de informação.

1Existe uma Biblioteca Pública na sua comunidade?

(Atenção: não considerar a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe)

Sim () Não ()

Se respondeu Sim, responda agora aos itens 1.1 e 1.2

1.1 O Sr.(a) a frequenta ?

Sim () Não ()

1.2 Com que frequência ?:

Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal () Ocasional ()

2 O Sr(a) freqüenta alguma Biblioteca fora da sua comunidade?

Sim () Não ()

2.1 Caso freqüente, diga qual: _____

2.2 Com que freqüência ?

Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal () Ocasional ()

3 O Sr(a) considera a Biblioteca Pública, caso freqüente, um local que satisfaz as suas necessidades de informação?

Sim () Não ()

4 Quando o(a) Sr(a) precisou de informação encontrou em que lugar? Numere de acordo com a prioridade dada pelo(a) Sr(a), a partir do número 1 como o mais importante na sua prioridade.

Atenção: é importante que o Sr(a) numere as colunas, portanto não coloque x.

Associação de Moradores	()
Biblioteca	()
Escola	()
Igreja	()
Jornal	()
Rádio	()
Sindicato	()
Televisão	()
Outro(s) lugar(es):	()

5 Quais as principais dificuldades encontradas quando o Sr(a) precisou de informação? Numere de acordo com a prioridade dada pelo(a) Sr(a).), a partir do número 1 como o mais importante na sua prioridade.

Atenção: é importante que o Sr(a) numere as colunas, portanto não coloque x.

- Acesso ao órgão ()
 Desconhecimento de um local para consulta ()
 Distância de locomoção ()
 Falta de documentos para consulta ()
 Ausência de pessoal para informar ()
-

6 Qual o tipo de Informação que o Sr(a) necessita no seu dia-a-dia? Numere de acordo com a sua necessidade.), a partir do número 1 como o mais importante na sua prioridade.

Atenção: é importante que o Sr(a) numere as colunas, portanto não coloque x.

- Estudos ()
 Cultura ()
 Moradia ()
 Negócios ()
 Saúde ()
 Trabalho ()
 Transporte ()
 Outra(s) atividade(s) ()
-

7 Assina algum jornal e/ou revista?

Sim () Não ()

Se assina, cite qual(ais): _____

7.1 Tem rádio?

Sim () Não ()

7.2 Se tem, ouve com que freqüência:

Diária () Semanal () Ocasional ()

7.3 Quais os programas preferidos?

Cite-os: _____

8 Tem TV?

Sim () Não ()

8.1 Se tem, assiste com que frequência:

Diária () Semanal () Ocasional ()

8.2 Quais os programas preferidos?

Cite-os: _____

9 Tem assinatura de TV a cabo ?

Sim () Não ()

9.1 Se tem, quais os programas preferidos?

Cite-os: _____

10 Usa computador?

Em casa () No trabalho () Não usa ()

10.1 Acessa a Internet?

Em casa () No trabalho () Não acessa ()

10.2 Se acessa, diga com que frequência:

Diária () Semanal () Quinzenal () Mensal ()

Para responder as questões a seguir, use a seguinte escala:

Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância
4	3	2	1

11 Qual a importância que o Sr(a) dá a esses locais onde você pode conseguir informação:

Atenção: é importante que o Sr(a) responda a todos os itens.

Ass.	4	3	2	1
Moradores				
Biblioteca	4	3	2	1
Escola	4	3	2	1
Espaço cultural	4	3	2	1
Igreja	4	3	2	1
Jornal	4	3	2	1
Rádio	4	3	2	1
Revista	4	3	2	1
TV	4	3	2	1

12 Para você uma biblioteca pública é fonte de:

Informação	4	3	2	1
Diversão e lazer	4	3	2	1

13 A TV é fonte de:

Informação	4	3	2	1
Diversão e lazer	4	3	2	1

14 O rádio é fonte de:

Informação	4	3	2	1
Diversão e lazer	4	3	2	1

Para responder as questões a seguir use a seguinte escala:

Muito	Pouco	Muito pouco	Nenhuma
4	3	2	1

15 Considerando a questão do acesso à TV, o Sr(a) considera que a TV comercial (Globo, SBT, e outras) atende alguma das suas necessidades de:

Informação para o dia-a dia	4	3	2	1
Diversão e lazer	4	3	2	1

16 A TV Pública (TV Aperipê) atende alguma das suas necessidades de:

Informação para o dia-a-dia	4	3	2	1
Diversão e lazer	4	3	2	1

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DAS FITAS DO GRUPO DE FOCO REALIZADO COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS DO GRANDE ROSA ELZE

Em 13 de dezembro de 2005; das 16h30m às 18h.

Local: sala Audiovisual 1 da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

Participantes:

Antônio José – Associação dos Moradores do Conjunto Rosa Maria.

Cláudio – Conselho Comunitário do Jardim Universitário.

Jairo – Associação Comunitária Loteamento Rosa do Oeste.

Luzia – Associação dos Moradores do Tijuquinha.

Mario Jorge – Federação das Associações Comunitárias de São Cristóvão.

Murilo – Associação dos Moradores de Vila de São Cristóvão.

Roberto – Associação dos Moradores de Madre Paulina.

1ª questão: Qual o papel da televisão e do rádio no dia-a-dia da sua comunidade?

Que importância os Srs. E Sras. Dão a informação veiculada na TV e no rádio?

Roberto – Informar a sociedade.

M.Jorge – É veículo de informações. Informar com opinião, educação, entretenimento, diversão. Buscar o que ocorre no Brasil e no mundo com aprofundamento.

Murilo – A televisão tem muito a desejar, ela tem muito sensacionalismo, mostra tudo distorcido e não diz a verdade. É uma programação de matéria paga, e leva a comunidade a acreditar em algo que vai, vai e termina aceitando, se acomoda.

A. José – A informação, de modo geral a televisão tem o personalismo, tem a informação que leva as piores consequências, e não tem a contrapartida da informação que é o próprio debate para a comunidade.

M.Jorge – A televisão não faz com que a comunidade aumente a participação, pois ela não é democrática. A TV tem o poder de concentrar a mente das pessoas, fazer com que essas pessoas acreditem no que ela propôs. Quanto a isso que é que nós podemos fazer para melhorar isso, eu acredito que muito pouco no sentido dela ouvir a sociedade, mas valeria a pena ver como seria através de programas como esse (se referindo ao grupo de foco). Se nós levarmos em conta determinados programas de má qualidade para nossos filhos isso poderia mudar através de estudos da Universidade.

Luzia – Sobre a Televisão, acho que ela informa muita coisa, mas ao mesmo tempo mostra muita violência, ela vê a desgraça muito mais do que a informação. Ela não ajuda no cotidiano da comunidade. Só faz atrapalhar. A miséria, do povo, a gente que mora na comunidade, a gente sabe o que tá passando. Cada vez mais pior do que já anda. Eu tiro pelo meu trabalho. Agora quando é tempo de eleição, chega todo mundo, tem isso, tem aquilo outro. Mas na realidade para chegar junto, para ajudar a comunidade é nada.

Moderador – Há um dado posto. Segundo sua colocação a TV tem duas posturas: no dia-a-dia e no período de eleição.

Luzia – A televisão tem uma participação decisiva na eleição, e nesse lado acho que é negativa. Mostra coisa que não é nada disso, não.

Moderador – Mas você está se referindo ao programa eleitoral...

Luzia – Não, não falo de programa eleitoral não. É de informação. Porque fala isso e aquilo, mas na realidade se for analisar e ver não é nada daquilo do que

fala. De informação, não de programa eleitoral. Porque vão pra televisão e falam aquelas coisas toda. E a gente só conhece mais as coisas é pela informação da televisão. A televisão é que ensina mesmo. E a comunidade, na comunidade ter uma televisão em casa é a melhor coisa do mundo.

Observador – Tem alguma outra fonte de informação das coisas que acontecem no mundo, que não rádio e televisão?

M. Jorge – O jornal. Mas alguns de nós líderes comunitários. A comunidade não. Não tem acesso a jornais.

Moderador – E o rádio? Como fica na comunidade?

Luzia – O rádio, acho que o pobre tem mais acesso que a televisão. Pra denunciar, pra entrar em contato com a pessoa que ta falando dentro do programa. É mais fácil pra pessoas da comunidade ter como entrar em contato com essas pessoas (radialistas e políticos). Mas televisão mesmo é vago.

Moderador – Embora a TV seja o veículo mais visto, tenha uma penetração maior, o rádio é o veículo que pode proporcionar a participação da comunidade no cotidiano?

Murilo – É que o rádio tem um espaço aberto, e a TV não, ela tem apenas uma programação. Ela vende o que ela quer vender. E o rádio apesar de também ter isso, de vender o que quer vender. E o rádio apesar de também ter isso, de vender o que quer vender, mas abre aquele espaço. Uma prática, vamos dizer assim, de uma certa visão de poder voltar atrás em alguma notícia. Quando faz uma matéria na comunidade, assim, assim, assim, e a gente êpa, peraí, não é assim não, e no outro dia ele (o rádio) se retrata, a TV não, ela não tem condições de se retratar, de fazer outra matéria no outro dia. Ela não abre espaço para a comunidade.

Observadora – O rádio é mais democrático, mas apesar disso a televisão é mais influente.

Murilo – O rádio é mais democrático.

Observadora – Aracaju tem sete programas de rádio matutino.

Murilo – A comunidade acompanha e varia de comunidade para comunidade o programa preferido. Os que não escutam não é porque não gostam é porque não têm tempo para escutar naquele horário do trabalho, mas que ele tem um espaço aberto para participar, a comunidade tem.

Moderador – O rádio ajuda a comunidade a participar da sociedade?

Murilo – Ajuda! (todos concordam). O rádio é mais participativo para a comunidade.

Observadora – Mas o dono do rádio é um político, e o apresentador, muitas vezes, é outro político, que tem seus interesses. Então, a comunidade, vocês das associações têm consciência de que quando vão para o rádio, muitas vezes que além do interesse de vocês existe outro interesse?

A. José – Sem dúvida. O político só tem interesse. Assim, como a TV tem toda essa consciência de que não ela não é liberal, ela é contrária, de que ela é restrita à participação da comunidade, ou seja, ela só trabalha o que dá Ibope. Então, se for uma coisa que tenha Ibope ela vai. O rádio, com toda essa coisa de liberdade, de poder falar, então o rádio diferente de ter interesse ele tá presente. O jornal seria o que mais se aproximaria. Mas há uma falta de educação de ler, uma crise de ler. Então na televisão tá ali a notícia, então ele já sabe de tudo sem precisar ler. Para ler ele precisaria se deslocar, comprar o jornal, uma série de coisas.

Então na TV tá tudo ali. Programa de rádio, dentro desses programas que é aberto à comunidade, com certeza eles têm lbope na comunidade, por que cada vez mais dão voz aquelas pessoas que representam a comunidade. Tanto as emissoras AM quanto FM tem programas que permitem a participação da comunidade.

Moderador – Vocês associam a questão de que a TV quando se reporta á informação isso está ligado ao noticiário, então o papel da TV na comunidade é passar o noticiário, não existe informação na programação como um todo; outra fonte citada foi o jornal, mas tem o agravante de que as pessoas não querem ler, pela facilidade da TV. Não tem um outro componente, que é o índice de alfabetização nas comunidades carentes, ou seja as pessoas não estão preparadas, educadas para isso...

A. José – A prova disso é que só tem duas bancas de revistas e jornais na comunidade.

Moderador – Apenas duas bancas em todo o Grande Rosa Elze, é um dado que permite ver a dimensão do papel da TV e do rádio na comunidade.

Observadora – Que diversão a comunidade tem que não seja a TV?

Luzia – Futebol.

Moderador – Tem cinema, teatro, galeria, museu?

Observadora - Concha acústica?

Todos – Não.

M. Jorge – Não há espaço de entretenimento nas comunidades. Não existe isso aqui.

Moderador – Para fechar esta questão: de que forma a TV e o rádio poderiam atuar para melhorar as condições da comunidade. Vamos pensar em termos de informação. Que informação a TV e o rádio poderiam dar para melhorar a vida da comunidade?

Murilo – Programas de prevenção, palestras para a pessoa se defender de germes, bactérias. Porque o que eu vejo é na área de saúde, precisa de informação de saúde. A área de saúde é terrível. O pessoal chega a procurar a Associação para procurar ajuda na área de saúde.

Luzia – A TV e o rádio pensa muito mais neles do que na comunidade. O próprio locutor pensa em si próprio do que na comunidade. A maioria dos radialistas é tudo político. Então eles pensam em si próprio. E aqueles que está mais prá o povo pobre, carente, melhoraria muito, mas enquanto eles só pensa neles próprios.

Cláudio – A comunidade está desassistida totalmente do rádio do ponto de vista da programação educativa. Pensar na formação, nós temos a rádio e a TV Aperipê que acabou agora com esse governo. Não vou ser radical tem algum programa ainda que ainda dá pra educação. Agora, eu sugeria uma rádio comunitária. Seria muito bom se a gente pudesse instalar uma rádio comunitária e fazer uns tipos de programas educativos. Fazer educação, citar informação orientar mesmo (referindo-se a ações de higiene).

Roberto – Hoje você tem uns tipos de programa que você vê que é para bater no adversário político, ai você deixa de dar informação para a comunidade.

Jairo e M. Jorge – (A discussão sai do foco e se instala na questão da doença do Calazar que atingiu a região. Jairo disse da necessidade de a comunidade precisar de informação sobre a doença, de a Associação ter procurado a

Secretaria de Município da Saúde e não ter tido retorno. M. Jorge acusou o município de não ter tido responsabilidade sobre o assunto). – Se configura a necessidade de informação em saúde.

Moderador – Passemos a segunda questão. Nesse bloco saímos da TV e do rádio e vamos para a Biblioteca. Basicamente a mesma questão: qual o papel, qual a importância da Biblioteca Pública no dia-a-dia da comunidade? Que importância a informação veiculada por uma biblioteca pública tem para suas comunidades?

Cláudio – Então automaticamente a Biblioteca da Federal está fora porque ela não é pública.

Luzia e outros. Não tem. (Não tem biblioteca em nenhuma das comunidades.)

Moderador – Não existe biblioteca pública no Grande Rosa Elze, então vamos conversar sobre o que vocês pensam, o que vocês acham, porque vocês não têm na comunidade, mas digamos que consultem uma outra biblioteca pública. Que idéia que fazem, então podem falar sobre a informação.

Murilo – Na minha comunidade tem pessoas que consultam a biblioteca da Universidade. São professores. Então para minha comunidade ela é importante para aquelas pessoas que são formadas, que têm instrução. Agora, para o povão que não tem nenhuma ligação com a educação, não tem acesso, não tem condições de deslocamento para uma biblioteca que ele possa ter.

Luzia – Na minha comunidade pesquisa que eles fazem, procuram livros, vão é na escola, vão na associação, mas acho que eles não sabem nem o que é biblioteca. A comunidade de lá não tem nem como.

M. Jorge – A biblioteca pública é uma obrigação do governo. Em Sergipe há necessidade de biblioteca e informação do cidadão é primordial. Política de informação, grande parte das informações das pessoas não conseguindo evidentemente o documento das informações acadêmicas em função de não ter nenhuma informação, então consultar biblioteca só se morar em Aracaju, se morar em uma grande cidade como Itabaiana, Lagarto, ou se tiver recursos próprios pra manter uma biblioteca particular. Porque o efetivo público, o cidadão, é obrigado ter uma biblioteca pública, porque a Constituição Federal obriga, e a lei não está sendo cumprida. Uma biblioteca é primordial numa comunidade. E a associação tem que se movimentar para ter pelo menos um local através de doação, de nível da universidade, de nível profissional. A comunidade não tem uma biblioteca, mas é uma necessidade.

Cláudio – (Fala da necessidade que é muito grande em virtude da pobreza da comunidade que não tem onde se valer na região. Fala das informações até políticas que eles poderiam ter, mas que infelizmente como já falou Mário Jorge a lei não é cumprida).

Antônio José – (Fala da necessidade de emprestar livros e jornais que poderiam ser lidos, inclusive de outros países, e das dificuldades das pessoas se deslocarem até Aracaju, para consultar a Biblioteca Pública Epifâneo Dórea).

Moderador – (Alerta sobre a discussão biblioteca pública até então falada pelas lideranças que abordam a questão do ponto de vista formal, a educação, os trabalhos de pesquisa, e lembra dos outros o povo em geral. O estudante tem a biblioteca escolar, e a biblioteca pública deve conter atividades de lazer, de literatura, e onde o povo pode ir buscar a informação para o dia-a-dia. Então quer saber, na compreensão das lideranças, qual a importância desse ponto, da existência dessa informação).

- Vocês compreendem e colocam muito bem a questão da informação na televisão e no rádio, e na biblioteca pública vocês têm a compreensão de que existe uma informação desses processos da comunidade?

M.Jorge – A biblioteca não é só um lugar para estudante ir. A biblioteca, a sociedade como um todo.

Murilo – É educar. É que aquilo ali vai ser construído, aquilo ali para que o povo vá ali. O povo não tem educação para de uma hora para a outra, o povo chegar lá de uma forma acadêmica e de agora em diante esse prédio aqui vai ser uma biblioteca. Tem que começar um trabalho de conscientização, senão ninguém vai.

A. José – Para a comunidade a biblioteca passa a ser uma coisa secundária, porque se fizer uma biblioteca realmente como deve ser, no início ela até pode dar satisfação, mas depois ela passa a ser uma coisa secundária, porque nós não fomos educados para isso, nós fomos sim, a gente era forçado a fazer trabalhos lá na Epifânio Dórea. Então para pesquisar, tinha que ir lá mesmo. Nós éramos obrigados a ir. E usávamos. Então uma biblioteca na comunidade, uma biblioteca comunitária, porque não tem jeito, porque a partir do momento que se cria uma coisa que não tem expectativa as pessoas são mais difíceis de serem informadas, vão ser mais controladas, vão ser mais educadas nessa questão. Infelizmente, a própria sociedade tem interesse para continuar nessa sociedade menos esclarecida é chegar no rádio xingar, difamar, passar uma hora falando no programa e no final você vê que não era nada que lhe interessava, era problema político. Na biblioteca você vai atrás da informação que lhe interessa. Pergunte alguma coisa sobre São Cristóvão, nós não sabemos.

Cláudio – É aí, Tonho, que eu acho que a intervenção, que a biblioteca é decisão do partido. É do prefeito mesmo. Agora mesmo nós estamos procurando os limites do GRE, e nós não temos aonde buscar. Então uma biblioteca como essa, era buscar no setor de que forma e detalhada e de que forma é que está lá.

M.Jorge – Existe um desestímulo com relação a questão de se ir a uma biblioteca pública, e ao mesmo tempo é negado pela falta de existência dela. Então se houver programas comunitários conveniados com a Universidade ou com entidades que tenham expressão pública, o povo é algo dirigível. Tudo o que você faz, que você inventa, a tendência é que o povo vá compreender, seja para o bem ou para o mal. E como viu o efeito da TV, que para ele é produtivo, seria o caso da biblioteca, se você tem uma biblioteca no município, você tem que implantar um programa de orientação, de divulgação baseado no ato, no interesse do povo, então eu acredito que o povo não faz isso, seja pela oportunidade que não tem. Essa questão do povo usar ou não usar dependeria de uma formação comunitária, de divulgação.

Moderador – Ficou uma questão meio lacuna devido a inexistência de uma biblioteca pública na comunidade. Então, tudo aquilo que falamos sobre (a relação da) TV e rádio com a comunidade fica impossibilitado de falar sobre biblioteca pública porque ela não existe. Mas, uma nova questão, sobre necessidade de informação, no dia-a-dia da comunidade, qual informação o líder comunitário vai buscar para atender a comunidade. O que precisam de informação? Quais as necessidades?

Roberto – O líder comunitário precisa de informação, porque ele precisa passar para o povo. O povo tem acesso ao líder comunitário. Ele não tem acesso ao jornalista, por exemplo. Então, a gente (líder comunitário) precisa se atualizar bem.

A. José – Na comunidade o que se tem que fazer é com alguma via com órgãos maiores para uma rádio comunitária, que tem um papel fundamental na comunidade porque ela leva alguém para esclarecer alguma coisa, isso seria interessante. Outra coisa que a comunidade poderia fazer é ter um informativo, um jornalzinho, mas no todo a informação e o resultado, porque o que mais se

pede na comunidade é resultado. Aí a comunidade se estressa, se encolhe, passa reclamar, não acredita mais em ninguém, e o tempo vai passando e as coisas ficam como está. A comunidade precisa de resultado. O povo reclama de saneamento básico. Enquanto não fizer isso aí, você pode fazer o que for. Faz de um jeito, mas a comunidade critica de outro. Não tem sustentação.

Jairo – A informação, a liderança tem que sair na frente, porque se trata de lidar com a comunidade, ele tem que tá bem informado. Ele não pode ficar parado cuidando de outros assuntos que não tem nada a ver com a comunidade. Levar a informação para a comunidade, como representante, isso é bom.

Luzia – Mas você faz uma reunião, diz olhe vai ter uma palestra de qualquer coisa de interesse da comunidade, poucas pessoas vão.

Jairo – Cícera, do Centro Social Menino Jesus, consegue botar 100 pessoas. Ela diz reunião do seu interesse.

Grupo - (Vários disseram tratar-se de uma estratégia dela. Ela não diz o assunto e as pessoas vão interessadas em algo, pensando o assunto do seu interesse ser algo que vá receber).

Jairo – Mas ela passa as informações que ela quer: é o curso profissionalizante, é o primeiro emprego, que é importante, coisa que as associações até agora não fizeram.

Moderador – Pelo que o Sr. está colocando, as informações que vocês trabalham no dia-a-dia têm todo esse caráter econômico? O Sr. falou em primeiro emprego, curso profissionalizante, é sempre assim o dia-a-dia das associações, a informação que vocês trabalham é nesse nível?

Jairo – A Federação trouxe vários cursos para a comunidade. É esse o trabalho, é essa a informação que a comunidade precisa.

Cláudio – O problema é que não tem palestra específica. A gente tem que trabalhar, dar primeiro informação, trazer pessoas. Falar da importância do ensino. Agora, nós vamos ter que ir atrás de espaço (físico) para isso. Aqui, não temos espaço específico para isso, o único espaço que temos (em todo o GRE) é o salão paroquial que cabe uma média de 200 pessoas. A gente precisa primeiro mostrar as pessoas que é importante a informação, mas também abrir o setor público para a sociedade como um todo.

M. Jorge – Um exemplo prático. Tenho um grupo de jovens, que reúno, orientando os que têm interesse em ler, e outras coisas. Eu precisei de um espaço para realizar um encontro de jovens. Primeiro seria aqui, procurei a Escola Armino Guarani (pública estadual) que fica dentro do terreno da Universidade e me negaram dizendo que naquele domingo já estava cedido para a Universidade. Eu sabia que era mentira. Então, para conseguir um espaço para um encontro de estudantes da comunidade vejam a dificuldade que existe para conseguir um espaço público. Se um presidente de uma Associação passa por tudo isso para marcar uma palestra para estudante, se isso acontece com a liderança imagine como é difícil para um estudante (ou seja, para um comunitário).

Cláudio – Eu acho que a Universidade, e não sei se ela está aberta para isso, ela devia ter um espaço (físico) para que a gente, não só líder, mas qualquer pessoa pudesse levar um palestrante para a comunidade. Que ela ajudasse não só com o espaço físico, mas também com a pessoa, para trazer o palestrante.

Moderador – Quando vocês estão colocando as informações que vocês precisam no dia-a-dia, então ...

Cláudio – Eu vou dizer as informações que a gente precisa. Primeiro as mães e os pais tenham consciência de que os filhos precisam ser educados na escola, que têm que estudar. As mães botam os filhos nas creches, primeiro as condições de serviço, pra se livrar das crianças, não pra estudar, pra ser educado. Isso é péssimo. A gente tinha que ir buscar esse tipo de informação pra que os pais tivessem consciência da importância dos filhos na escola. Esse é um fato fundamental.

Moderador – Já que o Sr. identifica um tipo de informação que tem necessidade, que tem que trabalhar relativa à educação, porque o Sr. não faz isso enquanto líder comunitário, qual a dificuldade que tem que enfrentar?

Cláudio – Isso que a gente falou. Espaço físico a gente não tem e também aquela dificuldade das pessoas, um filósofo, um sociólogo, uma pessoa que conheça bastante a educação, a área de informação e também a psicológica.

Moderador – Podemos dizer, então, que toda a necessidade de informação dos Srs. passa pela questão de informação para formar a comunidade. É isso?

A. José – Na verdade, a liderança é parte disso, qual o princípio de se criar uma liderança na comunidade. Ou no interesse pessoal, particular, ou então quando a pessoa que sofre, que tem pena daquela comunidade, pensa na educação e se sente na obrigação de correr atrás. E pra isso tem dificuldades enormes de manter contato, daí a gente depara com uma série de problemas, de dentro da própria comunidade. A minha comunidade, eu diria assim, tanto eu quanto qualquer outro que venha a assumir a comunidade seria:

- diversões e uma série de atividades de formação na comunidade, porque aí não teria como prender jovem dessa associação, se tivesse uma linha mais exigente, uma série de atividade nessa comunidade. Por exemplo, aqui na Proex (Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFS) tem uma série de atividades na comunidade, vários cursos na comunidade, vários trabalhos daqui

pra lá e de lá pra cá via comunidade, ocupando espaço de maneira possível. Teve uma administração que lutou para construir uma sede para a associação. Seria uma coisa inédita. Infelizmente a questão política não deixou que acontecesse. Tínhamos o terreno, a UFS entrou com o projeto. Isso que acontece, a gente se sente impedido. Agora quando chega o período político, todo mundo procura a associação, a presidência. Quando passa esse momento, que tem que trabalhar pra comunidade, e você quer juntar a comunidade você tem dificuldade. É preciso mudar o conceito de liderança, deixar de ser pessoal.

M. Jorge – Isso mostra que as associações não têm ainda noção de organização social e política. Ele (o comunitário) acha que está contribuindo com algo que não o beneficia, sem ele conhecer daquela realidade que existe com o seu povo, com a sua índole. Como a maioria dos líderes comunitários são pessoas que não tem renda, basicamente vivem de contribuição de associados que é de importância pequena, leva à dependência política, os líderes comunitários passam a ficar vinculados a prefeitos, vereadores, deputados, não sei o que. Essa é uma das dificuldades que faz com que esses espaços desapareçam. Porque não é de interesse deles que as associações tenham cooperativa, cujos profissionais, de qualquer outra coisa, que tal associação tenha uma padaria industrial, que outra tenha um projeto agrícola de desenvolvimento de horta comunitária, ou algo que o valha, que outra comunidade no fundo da Universidade, paupérrima, região de uma carência, o sacrifício daquelas pessoas tudo isso vem da condição financeira. Porque aquele pobre que já passa dificuldade ainda vai ter que contribuir com a associação? Quando o político bate na lata ali, ou é pra ele sair correndo atrás do trio elétrico ou pra dar dinheiro na calada da noite. Então, o presidente da associação fica sem sustentação, sem base pra trabalhar. É exatamente isso que vai terminar acontecendo aqui se a Universidade não abrir uma porta para criar uma parceria, não pra dar dinheiro, mas para criar, viabilizar uma condição administrativa, através de seus laboratórios, de seus técnicos, seus professores, seja o que for.

Observadora – (A partir da fala de Mário Jorge, tece comentários a respeito das dificuldades econômicas atuais das pessoas e a dificuldade de se manter funcionando alguma entidade a partir de contribuições, principalmente as de caráter cultural e recreativo).

- O reflexo nas associações comunitárias eu não sei, mas primeiro, a dificuldade financeira da comunidade, e segundo, na maioria as pessoas (as direções) se utilizam delas (das organizações) para escalada socialmente, conseguir um cargo comissionado com o prefeito ou com um deputado.

- Então, vocês precisam de informação além de como trabalhar com saúde, com educação, mas informação de:

- como eu me organizo;
- como eu me preparo para fazer projeto;
- quais são os meus direitos enquanto cidadão, esse tipo de informação que é muito difícil, ninguém sabe nem que direito tem, com exceção para o direito do consumidor.

A. José – Deixo uma proposta pra que se promova um fórum de liderança no sentido de discutir informação para a liderança, o que pode se fazer para tornar uma associação..., então, discutir a questão da informação para a liderança.

Cláudio – Primeiro formar o líder. Qual a necessidade básica, a informação básica que o líder tem que saber:

- primeiro a política, a política partidária, para saber quando for discutir com o prefeito saber o direito que você tem, o direito da política partidária;
- depois formar o líder pra a política social;
- depois o direito: o direito do cidadão, o direito do povo, o direito das coisas para ir buscar as coisas. Não digo que tudo tem que ser formado, mas ter no mínimo uma noção. É uma grande necessidade.

Moderador – Como última questão gostaria de saber dos Srs. e Sra. se existe na comunidade algum órgão público que trabalhe informação para os comunitários?

Todos - Não, não existe.

Moderador – E algum projeto que beneficie a região, isso em termos de informação, pode ser um projeto da Prefeitura, do Estado, ou até Federal?

Luzia – Se existe ninguém conhece. (Todos concordam).

- (Diante da negativa às duas últimas indagações do último questionamento, demos por encerrada a entrevista. 18 horas.).

Fizemos um sumário para os líderes do que apontamos inicialmente a partir daquele contato:

1ª questão – Fica claro que do ponto de vista das lideranças, a TV e o rádio teriam a contribuir com uma programação educativa;

2ª questão – Embora não exista biblioteca pública na comunidade, as lideranças consideram que seria importante a existência de uma na comunidade;

3ª questão – Ficou patente que a informação que os líderes gostariam de ter na comunidade seria a informação para o desenvolvimento sócio-econômico;

4ª questão – Não existe nem órgão nem projeto algum a respeito de informação na região.

APÊNDICE D - TABULAÇÃO DOS DADOS

Campo 1: Dados pessoais dos informantes:

Sexo: Masculino - 29

Feminino - 39

As idades:

- 14 - entre 20 e 29 anos

- 27 - entre 30 e 39,anos

- 18 - entre 40 e 49 anos

- 9 - acima de 50 anos

Nível de escolaridade:

Primeiro grau incompleto – 25

Primeiro grau completo - 6

Segundo grau incompleto - 9

Segundo grau completo - 20

Curso superior incompleto -3

Curso superior completo - 5

Ocupação funcional:

Emprego fixo - 30

Autônomos - 16

Aposentados - 5

Desempregados - 11

2 Campo 2: Uso e necessidades de informação.

2.1 Biblioteca pública nas comunidade - zero

2.2 Freqüência à bibliotecas fora das comunidades:

Freqüentar bibliotecas fora das comunidades - 17

Não freqüentam biblioteca - 51

2.3 Bibliotecas visitadas:

- Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe - 11 pessoas;

- A Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória - quatro pessoas;

- A biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva - duas pessoas.

2.4 Freqüência de utilização:

Freqüências ocasionais - 15

Freqüências semanais -2

2.5 Satisfação:

Satisfeitos, ou seja, têm as necessidades atendidas - 11

Insatisfeitos, ou seja, não se sentiram atendidos - 3

Não opinaram - 3

2.6 Local em que encontrou informação

Local	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
Associação de moradores	9	3	1	4	2	5	4	3	-	31
Biblioteca	9	5	-	4	4	1	3	2	-	28
Escola	9	9	11	4	4	4	3	-	-	43
Igreja	4	3	1	6	6	2	2	2	-	26
Jornal	12	5	11	5	4	2	1	-	-	39
Rádio	4	24	8	4	2	2	2	-	-	45
Sindicato	1	-	4	7	-	3	1	5	1	23
Televisão	17	11	12	5	4	1	-	-	-	49
Outros	3	2	1	-	-	-	2	-	1	9
Total	68	62	49	39	26	20	17	12	2	293

2.7 Principais dificuldades encontradas

	1º	2º	3º	4º	5º	Total
Acesso	10	8	5	3	4	30
Local	15	9	5	5	5	43
Locomoção	11	12	14	2	4	42
Documento	8	10	9	9	1	31
Pessoal	19	11	6	7	5	47
Outros	-	1	-	-	-	1
Nenhuma	5	-	-	-	-	5
Total	68	49	39	25	19	199

2.8 Tipo de informação necessária

	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	Total
Estudos	23	5	4	5	3	2	1	-	43
Cultura	1	10	6	11	6	2	1	-	36
Moradia	6	4	6	1	8	4	2	-	30
Negócios	3	10	6	7	3	2	2	-	33
Saúde	20	16	9	7	1	1	-	-	53
Trabalho	9	18	11	4	3	5	1	-	49
Transporte	4	3	8	7	3	3	7	-	34
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	67	65	50	42	27	19	14	-	

2.9 Importância que dá ao local

Local	4	3	2	1	Total
Associação de moradores	29	25	7	8	69
Biblioteca	47	16	3	2	68
Escola	55	12	1	-	68
Espaço cultural	17	33	12	6	68
Igreja	38	25	3	3	68
Jornal	41	22	6	-	64
Rádio	35	29	3	1	68
Revista	15	22	22	9	68
Televisão	36	26	5	1	68
Total	313	210	62	30	609

2.10 Biblioteca pública é fonte de

	4	3	2	1	Total
Informação	63	4	1	-	68
Diversão	8	37	17	5	67

2.11 A TV é fonte de

	4	3	2	1	Total
Informação	49	18	1	-	68
Diversão	18	33	24	2	67

2.12 O rádio é fonte de

	4	3	2	1	Total
Informação	50	16	1	1	68
Diversão	15	31	16	6	68

2.13 TV Comercial e atendimento das necessidades

	4	3	2	1	Total
Informação	33	31	4	-	68
Diversão	27	22	12	6	67

2.14 TV Pública e atendimento das necessidades

	4	3	2	1	Total
Informação	35	27	18	3	68
Diversão	21	23	15	9	68